

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS RESTINGA**

**PROPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA
INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS**

PAULO RICARDO CORRÊA BERNARDES

**Porto Alegre
2017**

PAULO RICARDO CORRÊA BERNARDES

**PROPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA
INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, junto ao Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Desportiva e de Lazer.

Orientador: Prof. Me. Renato Koch Colomby

**Porto Alegre
2017**

PAULO RICARDO CORRÊA BERNARDES

**PROPOSIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA
INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Tecnólogo em Gestão Desportiva e de Lazer.

Orientador: Prof. Me. Renato Koch Colomby

Aprovado em 30 junho de 2017.

M^e Renato Koch Colomby

Professora D.^{ra} Cíntia Mussi Alvim Stocchero – IFRS/Restinga

M^a Arieli Fernandes Dias – UFRGS/ESEFID

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Osvaldo Casares Pinto

Pró-Reitor de Ensino: Profa. Clarice Monteiro Escott

Diretor do Campus Restinga: Prof. Gleison Samuel do Nascimento

Coordenadora do Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do Campus Restinga: Profa. Hernanda Tonini

Bibliotecária-Chefe do Campus Restinga: Paula Porto Pedone

Dedico este trabalho aos meus pais, Sr. Adão e Sra. Francelina Bernardes que, ao seu modo, me apoiaram em mais um momento. Minha madrinha, Êni Corrêa, pelas eternas cobranças. Meus irmãos Janaína, Cleber e Ezequiel e suas respectivas famílias.

AGRADECIMENTOS

Momentos de reflexão pelos últimos três anos, memórias de ações que foram sucesso, e outras que serviram para aprendizado. Sonhos compartilhados e ombros à disposição. Algumas madrugadas passadas em claro, finais de semana à frente do computador. Saídas técnicas e eventos, sempre levando com muito orgulho o nome IFRS/Restinga. Pergunto a mim mesmo: será que valeu a pena? – Claro que valeu a pena!

Agradeço a todos os colegas que, desde o início de curso, contribuíram para que eu chegasse a esse momento. Sei que alguns optaram por outros caminhos, mas isso faz parte da vida, e é um aprendizado também: escolher o que te faz bem. Escolhi chegar ao final deste curso por que acredito nele – ele me faz bem; acredito na proposta pedagógica e curricular das pessoas que o elaboraram com muito cuidado.

Um tanto quanto difícil elencar as pessoas a quem quero agradecer, então sem quaisquer critérios de importância, de tempo, ou de amizade vou tentar apresentá-los.

Ao grande amigo de algumas décadas Edison Silva, que me disse “*Paulinho, meu querido! Tem um curso que é a nossa cara, e tu tens que ir pra lá, pra gente agitar as discussões...*”. Imaginem dois sujeitos que nem gostam de conversar, uma hora e meia depois voltei para casa e fui ler o PPC do tal curso... é! Ele tinha razão, o curso tem a nossa cara.

Não posso esquecer-me de agradecer a todos os envolvidos nas respostas aos questionários e entrevista que subsidiaram a construção dessa monografia. Alunos e Servidores dos *campi* Alvorada, Canoas, Feliz, Ibirubá, Osório e Restinga. Agradecimento especial à Adm. Josiane Roberta Krebs por ceder um pouquinho do seu tempo.

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e incentivo, aos meus professores pela atenção e colaboração prestadas e aos meus colegas pela solidariedade nos momentos difíceis, pelo companheirismo e discussões. Obrigado Vera Fróes, Rita Ávila, Ermínia Duarte, Cristina Salomão, Antonio da Costa, Dalva da Silva, Moisés Cunha, Adriana Tanaka, Bruna Schmitz, Jefferson Franco, por fazerem parte desse último semestre. Ah! Carine Popiolek que me auxiliou a obter mais uns dez respondentes para a pesquisa, muito obrigado!

Ao meu orientador Prof. Adm. Renato Colomby que com toda sua calma, questionamentos, conselhos, conhecimento e competência soube cativar mais um amigo.

Destaco alguns colegas, em especial, Patrícia Paiva, Priscilla Costa, Evandro Costa, Renata Fontoura e Felipe Lima por compartilharem algumas tardes no grupo de pesquisa “Educação, Lazer e Saúde” e no grupo de extensão “Aretê”. Às Escolas Municipais por terem recebido a proposta do “Programa Aretê” de braços abertos, não poderia esquecê-los.

Ainda faltam alguns agradecimentos!

Ao Diretor do *Campus* Restinga, Prof. Gleison Nascimento que sempre proporcionou “carta branca” para os eventos que realizamos. Prof. Neudy Demichei, embora não tenha sido seu aluno ao longo de um semestre, tive a oportunidade de tê-lo como Diretor de Ensino no *Campus* Restinga e como um dos responsáveis pela construção do curso de GDL, muito obrigado pelos seus esforços.

Prof^{as}. Dânia Gonçalves, Mirelle Barcos, Cristina Rörig, Gisele Paim, Prof^{es}. Pedro Rocha e Mauro Melo muito obrigado pela paciência, sensibilidade, confiança e incentivo na participação de eventos internos e externos.

Prof^{as}. Juliana Plochanski e Carina Vasconcellos Abreu, substitutas insubstituíveis.

Ao “cartão de visitas” do *Campus*, equipes de segurança, limpeza e recepção, personificadas no Paulo e Patrícia, muito obrigado pelos “bons dias” até em dias nublados.

Ainda tenho a quem agradecer e será que meu repertório de elogios já acabou?

A minha afilhada Amanda Pereira Medeiros pela torcida, paciência, dedicação e competência ao escrever o *abstract*. Tenho muito orgulho de ti, hein *guria*.

Prof^a. Cíntia Stocchero – *sports team* – mesmo que tenha ficado por um ano afastada, a sua recomendação “*hands-on*” continuou norteando nossos passos por aqui. Obrigado pelas recomendações de leitura, pelo incentivo e dicas para a candidatura ao Mestrado.

Prof^a. Hernanda Tonini – *leisure team* ou *equipo de ócio* – parabéns pelo desempenho à frente da Coordenação do Curso. Obrigado pela confiança, principalmente para quando segredos deveriam permanecer segredos (quem quer guardar segredo não deve contar pra mim). Obrigado pela amizade, piadas e, principalmente, pelas cervejas artesanais.

É possível que tenha esquecido alguns nomes, então já peço desculpas por isso.

Tenho quase certeza que já falei isso a alguém, mas mesmo assim vou repetir... é um momento estranho esse, se por um lado é um momento alegre e de festa, por outro há um quê de tristeza e de despedida. Ah! Bola no centro da quadra, que recomeça o jogo.

Sempre em frente!

Muito obrigado IFRS/Restinga por proporcionar um ensino de excelência.

“La vivencia de ocio gana significación, importancia y calidad en la medida que se separa del mero «pasatiempo» y se incardina en nuestras vidas rompiendo las barreras del tiempo objetivo. La experiencia de ocio se enriquece al fijar su realidad en presente, procesual y significativamente, con el pasado y el futuro que le corresponde. El tiempo que precede a la realización de una actividad de ocio no tiene que ser necesariamente «tiempo libre», ni tampoco su tiempo posterior. La vivencia de una experiencia de ocio se inicia, o puede iniciarse, mucho antes de la realización de la actividad en sí misma. El atractivo del tiempo que ha de venir nos permite vivir la esperanza y nos llena de ilusión.”

(Manuel Cuenca Cabeza)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como transcorria o processo de construção da Política Institucional para o Esporte e Lazer (PIEL) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); identificar e caracterizar quais atores sociais estavam envolvidos e quais as suas preferências sobre este campo do conhecimento; identificar a teoria predominante dessa construção; descrever como o grupo de trabalho que formulava tal política decidia a agenda; e por último propor ações a essa construção. Para tanto foi realizada uma entrevista com ex-Diretora de Extensão; aplicado um questionário *web* para o grupo de formuladores da política; aplicado um questionário *web* para o público destinatário da mesma. A pesquisa foi classificada como mista, com abordagem quali-quantitativa, sendo usada a perspectiva da ferramenta de Estimativa Rápida Participante (ERP). Do grupo de trabalho formulador da política houve o retorno de quatro questionários válidos e dois questionários analisados em separado. Do grupo amostral de destinatários da política houve o retorno de cento e setenta e sete questionários, com indicativos de comportamento sedentário, com uso predominante de automóvel para deslocamento ao *campus*, com forte interesse em atividades esportivas como forma de lazer. Os resultados apontam no sentido de se aprofundar os debates nesta temática, inclusive com uma diversidade maior de formações profissionais no grupo de trabalho que construirá a política institucional de esportes e lazer; uma possível criação de núcleos de esporte e lazer nos diversos *campi*, uma vez que a estrutura *multicampi* do IFRS dificulta uma ação homogênea; e a contratação de um profissional com formação na área de políticas para o esporte e lazer.

Palavras chave: Esporte e Lazer; Políticas; Estado; IFRS

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze how occurred the construction of the Institutional Policy for Leisure and Sports (IPLS) at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do *Rio Grande do Sul* (IFRS) (*Rio Grande do Sul Federal Institute* of Education, Science and Technology); identify and characterize what social actors were involved, along with their preferences in this area of knowledge; determine the predominant theory of this construction; describe how the work group responsible for conceiving this policy decided the agenda; and, lastly, propose actions for its elaboration. Thereunto, it was accomplished: (1) an interview with the Extension's ex-Principal; (2) the application of a specific web questionnaire aimed at the formulators of this policy and another one to its public receiver. Furthermore, the IPLS constituted a qualitative-and-quantitative study which used the perspective of the statistical instrument Estimativa Rápida Participativa (ERP). There were four valid questionnaires returned from the group of individuals who originated the policy and two analyzed separately. However, one hundred and seventy seven questionnaires returned from the IPLS' remitters, with indicatives of sedentary behavior, significant use of vehicles as a locomotion alternative to arrive at the campus and a strong interest in sport activities as a way of leisure. The results demonstrate the necessity of: (1) deepening the debates on this thematic, including with a larger diversity of professional qualifications in the work group that will build the Institutional Policy for Leisure and Sports; (2) creating sports and leisure nucleus at the innumerous *campi*, since the *multicampi* structure of IFRS hampers a homogeneous action; and (3) hiring a professional with qualification in the area of policies for sports and leisure.

Key-words: Sport and Leisure; Policies; State; IFRS

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

CAPÍTULO 2	
Figura 1 – Dinâmica do modelo de equilíbrio pontuado	27
Figura 2 – Dinâmica do modelo de múltiplos fluxos	29
Figura 3 – Dinâmica do modelo incremental	30
CAPÍTULO 3	
Figura 4 – IFRS – instituição multicampi	43
CAPÍTULO 4	
Gráfico 1 – Tempo de atividade no IFRS	49
Gráfico 2 – Formação na Graduação	49
Gráfico 3 – Tema, linha ou projeto de pesquisa recente	50
Quadro 1 – Percepções para a metodologia da PIEL	52
Quadro 2 – Lazer para Cuenca	53
Quadro 3 – Presença de gestores do desporto e lazer na PIEL	54
Gráfico 4 – Sexo dos respondentes	54
Gráfico 5 – Faixa etária dos respondentes	55
Gráfico 6 – Campus de origem dos respondentes	56
Gráfico 7 – Vínculo dos respondentes ao IFRS	57
Gráfico 8 – Deslocamento dos respondentes ao IFRS	58
Figura 5 – Gráfico de dispersão com a posse de veículos x renda <i>per capita</i> média por estado	58
Gráfico 9 – Atividade física dos respondentes	59
Gráfico 10 – Percepção sobre o próprio condicionamento físico	61
Gráfico 11 – Sugestão de atividades de lazer	62
Gráfico 12 – Sugestão de esportes	63
Quadro 4 – Relação de concordância entre atitudes face ao lazer e hábitos de lazer	64
Quadro 5 – Bloco 3 – atitudes face ao lazer – aspectos cognitivos	65
Quadro 6 – Bloco 4 – atitudes face ao lazer – aspectos afetivos	66
Quadro 7 – Bloco 5 – atitudes face ao lazer – aspectos comportamentais	67
Quadro 8 – Bloco 6 – hábitos de lazer – aspectos hedonistas	68
Quadro 9 – Bloco 7 – hábitos de lazer – aspectos lúdicos	69
Quadro 10 – Bloco 8 – hábitos de lazer – aspectos instrutivos	70
Quadro 11 – Autores citados como essenciais para a teoria do esporte e lazer	71
Quadro 12 – Lazer para Marcellino	71
Quadro 13 – Lazer para Dumazedier	72
Quadro 14 – Lazer para Chemin	73
Quadro 15 – Conhecimento de ferramentas de avaliação e diagnóstico	73
Quadro 16 – Metas e objetivos da PIEL	75
Quadro 17 – Proposições para a PIEL	76

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 4

Tabela 1 –	Campus de origem	56
Tabela 2 –	Prática de atividade física diária	59
Tabela 3 –	Idas mensais a praças e parques	60
Tabela 4 –	Horas dedicadas à atividade cultural diária	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPI – *Computer-assisted personal interviews*

CST GDL – Curso Superior em Tecnologia de Gestão Desportiva e de Lazer

ESF – Estratégia Saúde da Família

f_i – frequência

$fr_i\%$ – frequência relativa percentual

IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

MEC/SETEC – Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

PIEL – Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS

PSF – Programa Saúde da Família

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino do IFRS

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 2	POLÍTICAS PARA O LAZER	18
2.1	COMPREENDENDO O CAMPO LAZER	19
2.1.1	Lazer ou Desporto e Lazer?	19
2.2	O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	23
2.3	MODELOS ANALÍTICOS PARA FORMULAÇÃO DE AGENDAS POLÍTICAS	25
2.3.1	Modelo de equilíbrio pontuado	26
2.3.2	Modelo de múltiplos fluxos	28
2.3.3	Modelo de política incremental, efetiva e convergente	30
2.3.4	O diagnóstico da realidade local	32
2.4	MODELOS TEÓRICOS PARA FORMULAÇÃO, TOMADA DE DECISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS	33
2.4.1	Modelo de política vista por uma perspectiva clássica e racionalista	34
2.4.2	Modelo de política vista por uma perspectiva construcionista estruturalista	35
2.4.3	Modelo de política vista por uma perspectiva subjetiva do comportamento organizacional	37
CAPÍTULO 3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
3.1	TIPO DE ESTUDO E MÉTODO DE ABORDAGEM	41
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	42
3.3	INSTRUMENTOS E MEDIDAS	44
3.4	TRATAMENTO ESTATÍSTICO	46
3.5	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	47
CAPÍTULO 4	ANÁLISE DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS	48
4.1	PERFIL DOS ATORES PROTAGONISTAS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS	48
4.2	PERFIL DOS DESTINATÁRIOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS	54
4.3	ABORDAGEM TEÓRICA PREDOMINANTE NAS DISCUSSÕES DE FORMULAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS	70
4.4	ATIVIDADES E CONTEÚDOS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS	73
4.5	A FORMAÇÃO DE AGENDA E PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS	75
CAPÍTULO 5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
	APÊNDICES	88
	ANEXOS	100

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado “Proposições para construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (PIEL IFRS)”, pela perspectiva da área do conhecimento das Ciências Administrativas, no qual se consistiu em uma contribuição às ações institucionais que buscavam elaborar, constituir e executar as atividades para a sedimentação de uma política orientada ao lazer na esfera organizacional.

Na maioria das vezes, pensa-se na burocracia estatal de carreira como a detentora absoluta do poder de decisão, acreditando-se que, o que se concebe nesse espaço, seja a resposta mais racional, decorrente da especialização do agente público. Entretanto, podem ocorrer decisões com interesses diversos do demandado pelos demais atores sociais.

O IFRS está estruturado de forma multicampi, impulsionando o desenvolvimento de diferentes regiões do Estado. Dessa forma, o IFRS:

possui 17 campi: Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Rio Grande e Sertão e, em processo de implantação: Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão. A Reitoria é sediada em Bento Gonçalves (IFRS – REITORIA, 2017a).

O IFRS iniciou no ano de 2014 a construção da PIEL do IFRS através de debates acerca do tópico, em reunião na data de 18 de agosto do referido ano, estando presentes, prioritariamente, os Educadores Físicos desta instituição (IFRS – REITORIA, 2014a). Esse tema foi apresentado no grupo de pesquisa “Educação, Lazer e Saúde” aos acadêmicos do Curso Superior em Tecnologia de Gestão Desportiva e de Lazer (CST GDL), para que os mesmos propusessem reflexões a serem direcionadas ao referido fórum, com aspirações à promoção da saúde e bem estar da comunidade do IFRS. Sendo que esta temática proposta é relevante à área de atuação dos Gestores Desportivos e de Lazer, constando, inclusive, no projeto pedagógico do CST GDL, o qual prevê a aptidão de seus egressos para:

planejar, organizar, promover, dirigir, captar recursos, coordenar, executar e gerir políticas, programas, projetos e eventos esportivos e de lazer, além de ter capacidade investigativa, empreendedora e interferir positivamente nos espaços de esporte e lazer de uma cidade, com atuação tanto em instituições públicas como privadas (IFRS – CAMPUS RESTINGA, 2014, p.13)

Dessa forma, surgiu a oportunidade de elaboração de um documento com mais corpo teórico após o exercício extracurricular original. O qual se materializou em um pôster apresentado no 27º Encontro Nacional de Recreação e Lazer, no ano de 2015, na cidade de Brasília, Distrito Federal, tendo como título “Contribuição discente para a construção da PIEL

do IFRS”. Sendo esta monografia expositiva em alguns contextos, e reflexiva, na medida em que busca subsidiar a tomada de decisão desta construção, para um debate que permita uma composição de profissionais de diferentes vieses ideológicos e áreas do conhecimento, a escolha pelo tema foi reforçada pelo cenário ímpar do país, recém saído de dois dos mais importantes megaeventos esportivos, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíada, florescendo os debates sobre os legados desses, seus acertos e equívocos acerca de políticas para a promoção do esporte e lazer (DACOSTA *et.al.* 2008; ALMEIDA; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2009; MAZZEI; BASTOS, 2012; JENNINGS *et.al.*, 2014; ARAÚJO *et.al.*, 2016).

Diante desse contexto, a questão norteadora do estudo partiu do seguinte questionamento: **como transcorre o processo de construção da Política Institucional para o Esporte e Lazer no IFRS?**

Assim, para responder à questão de pesquisa proposta apresentaram-se, além dos objetivos do estudo, a seguinte delimitação para este trabalho: um recorte histórico sobre a construção da PIEL, a partir do ano de constituição do CST GDL. Sendo a captura desse cenário a base para a análise da formação de agenda política, e à formulação e implementação dessa política, enfatizando-se o presente estudo através da lente da abordagem neoinstitucionalista.

O objetivo geral desse trabalho consistiu em compreender o processo de construção da PIEL e promover proposições, visto que tal ação é estimulada na instituição, constando, de forma regimental, entre suas finalidades. Entre os objetivos específicos elencamos:

- a. Identificar e caracterizar os atores protagonistas na formulação da proposta da PIEL (*policymakers*) e os seus destinatários (*policytakers*);
- b. Identificar quais seriam os autores predominantes nas discussões teóricas dos formuladores da PIEL;
- c. Identificar atividades e conteúdos prioritários para a PIEL;
- d. Descrever como os formuladores da PIEL decidem a agenda política, o quê e como esta será alcançada;
- e. Propor ações ao processo de construção da PIEL.

A PIEL, por ser um instrumento de valorização, desenvolvimento e reserva de direitos para os integrantes do IFRS, deve entender sua comunidade como membros atuantes de uma construção, com discussões e reflexões acerca do conceito Lazer, e não lhes limitando ao mero papel de votantes, aprovando questões sem seu efetivo envolvimento. A temática da democracia e, em especial, a prática democrática em instituições públicas, torna cada vez mais inevitável perguntar-se que tipo de participação a ela se vincula, e o quanto se participa nas deliberações

e tomada de decisões sobre a compreensão de temas específicos (FEDOZZI, 2002; FORELL, 2014).

Observa-se, nessas últimas décadas, um crescente número de trabalhos científicos produzidos no país sobre o campo Esporte e Lazer. Mas, ainda existindo uma carência e limitação de referencial teórico, de modo mais específico, sobre as políticas para esse campo (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JÚNIOR, 2013; STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2015). Segundo Starepravo (2011, p. 95) “a vinculação da produção científica em livros e periódicos na área de políticas públicas de esporte e lazer é ainda incipiente em periódicos e livros de impacto”. Assim, trata-se de uma importante oportunidade para explorarmos e propormos modelos direcionados aos tempos de ócio da comunidade institucional.

É relevante identificarmos adequadamente quais os hábitos de lazer dos adolescentes, jovens adultos, adultos de meia idade e idosos pertencentes ao IFRS. Pois o diagnóstico é um elemento primordial no planejamento para a construção e consecução de qualquer proposta. Dessa forma, assimilar a importância de conhecer muito bem o público ao qual serão dirigidos os programas e ações subordinadas a essa PIEL será ponto decisivo. Nesse momento, compete percebermos a significância de um grupo eclético, a ser constituído no IFRS, refletindo sobre o tema e reafirmando a transversalidade desse campo de conhecimento.

Por fim, o presente trabalho pode ser motivador para a escolha dessa linha temática por parte de outros acadêmicos. Construindo uma perspectiva de atuação profissional aos egressos do CST GDL do IFRS, bem como manter o debate de forma intensa na instituição.

Para a materialização desta monografia, além da introdução e considerações finais e proposições, foram realizados mais três capítulos. No Capítulo 2 intitulado Políticas para o Lazer são apresentados conceitos para a compreensão do campo Lazer, abordagens às políticas públicas por parte do Estado e Sociedade. Ainda, os modelos teóricos de análise da formulação de agendas políticas, e modelos teóricos de implementação de políticas.

No capítulo 3 apresentam-se os procedimentos metodológicos que estruturam o estudo. Os referenciais teóricos quanto ao método de abordagem, as técnicas para a coleta e análise das informações, bem como a definição da amostra.

O capítulo 4 descreverá e analisará o perfil dos atores protagonistas e destinatários da política institucional, abordará o referencial teórico predominante, as atividades e conteúdos priorizados e a agenda proposta para a referida política.

No capítulo 5 estão descritas as considerações finais. A seguir, traremos uma proposta de temas pertinentes à revisão teórica deste trabalho.

CAPÍTULO 2. POLÍTICAS PARA O LAZER

Embora tenhamos iniciado a apresentação do presente estudo com a terminologia de políticas institucionais de esporte e lazer. Decorrente do momento inicial de discussão proporcionado pelo IFRS, cabem algumas considerações antecipando a leitura dos próximos tópicos.

Para Bueno (2008) é difícil categorizar e definir limites para atividades que sejam somente esporte ou somente lazer, devido a uma interrelação muito forte entre eles. E, embora ocorra essa aproximação e certa sobreposição de área “nem sempre o esporte é lazer e o lazer não se resume absolutamente ao esporte” (BUENO, 2008, p. 10). Corroborando com o autor, Starepravo (2011) alerta que embora se trabalhe com o esporte e o lazer como fenômenos equivalentes e em conjunto, seja por parte do Estado, seja por parte da comunidade científica, esses são objetos distintos.

Entretanto, quanto à expressão “desporto e lazer”, citada pelas diferentes referências bibliográficas ao longo dessa monografia, aceitamos substituí-la pelo termo lazer, uma vez que percebemos como adequado uma maior aproximação aos teóricos latino americanos, norte americanos e europeus, os quais usualmente tratam indistintamente os termos “*ocio y tiempo libre, leisure, recreation, loisir*” para a demarcação de um campo mais amplo para as atividades realizadas fora dos tempos com algum tipo de obrigação (CUENCA, 2000; SUÁREZ, 2009; GOMES; OSORIO; PINTO; ELIZALDE, 2009).

Quanto à expressão políticas públicas, a ser encontrada em boa parcela na revisão teórica, entendemos que o significado de “pública” extrapola o ambiente reservado às autoridades que governam o Estado, embora esses sejam os principais responsáveis pelas proposições de políticas públicas. O mais adequado seria identificar essas ações pelo termo políticas governamentais. No presente trabalho, em virtude da natureza da organização estudada ser da esfera pública (IFRS-REITORIA, 2017a), não realizaremos distinção entre as expressões políticas públicas e políticas governamentais. Para Secchi (2015, p.5) “são os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo pública”.

Assim, o presente capítulo apresenta-se dividido em cinco pontos. Iniciamos com uma discussão sobre 1) a compreensão do campo lazer, 2) a definição de Estado e as políticas públicas, 3) modelos analíticos e teóricos da formação de agendas políticas, 4) os modelos de formulação e implementação de políticas, e 5) a apresentação das políticas institucionais.

2.1 COMPREENDENDO O CAMPO LAZER

Um marco inicial pela construção e dominância de um campo do saber pode ser evidenciado na sua própria denominação. Assim, há que se buscar por justificativas que atendam à concepção e aos pontos de vista do pesquisador. Nas próximas linhas, estaremos apresentando algumas compreensões que justificariam a denominação do campo, simplesmente com o título de Lazer, e algumas motivações pelas quais encontramos a expressão “desporto e lazer” de modo tão freqüente na literatura brasileira (ANDRADE *et.al.*,2010; MARCELLINO; CAPI; SILVA, 2011), uma vez que essa não seja a mais usual em diversos outros países como aponta a pesquisa nesse campo teórico realizada por Suárez (2009).

2.1.1 Lazer ou Desporto e Lazer?

Ao buscarmos construir a compreensão do Lazer, vê-se necessário elencar alguns elementos que lhe caracterizem, entre os quais, as suas funções, seus conteúdos e interesses, suas dimensões, e por fim os seus hábitos. Para Dumazedier (2012, p. 32) o lazer é antes de qualquer outra coisa, liberação e prazer, sendo destacadas três funções para este: a) de descanso; b) de divertimento, recreação e entretenimento; e c) de desenvolvimento. A função de descanso advém da fadiga do sujeito, e dessa forma o lazer deve ser visto como “reparador das deteriorações físicas e nervosas provocadas pelas tensões resultantes das obrigações cotidianas e, particularmente, do trabalho”. Ainda para o autor, as pesquisas sobre a fadiga e fatigabilidade deveriam ser ampliadas pelos estudos dessa função de recuperação, revigoração e renovação, de qualquer categoria de trabalhador, através do lazer.

A segunda função, de divertimento, recreação e entretenimento é vista atrelada ao “nefasto efeito da monotonia das tarefas parcelares sobre a personalidade do trabalhador” (DUMAZEDIER, 2012, p. 33). Para o autor isso seria um ponto de partida para a busca de complementações, compensações e fuga do que é enfrentado todos os dias. Alcançar-se-ia através do divertimento, o qual se daria por viagens, jogos, esportes (atividades reais, com base em mudanças de lugar, estilo e ritmo), ou por freqüência a cinemas, teatros (atividades ligadas à ficção, imaginação, identificação e projeção).

Por fim, a terceira função (de desenvolvimento) trata-se de se permitir participar da sociedade de forma mais livre, com formas mais originais de integração, seja a grupos recreativos, culturais e sociais, algo além de uma formação prática e técnica. Esta, como forma

de contribuição para a formação da personalidade do indivíduo, a partir do respeito ao seu estilo de vida pessoal e social, sem as imposições da sociedade. Corrobora, nesse sentido, Cuenca¹ (1997 *apud* BOEIRA, 2005) quando expressa o ócio como uma experiência enriquecedora – com sentidos e significados sociais – para a natureza do homem, oportunizando-lhe um desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

Reconhece-se o ócio como um direito a todo e qualquer ser humano, enquanto uma forma de expressão e exercício de liberdade desse indivíduo. No entanto, há uma interpretação significativa, por parte da população, do ócio como descanso e diversão, ou seja, uma visão tradicional voltada para o reparo da fadiga laboral, ainda que também seja expressiva a parte que o reconhece como um direito, como motivo de sua identidade, autorrealização e sentido (CUENCA, 2000).

Para Cuenca (2000) é necessário que se faça distinção na forma como o tempo livre e o tempo pessoal se inserem na experiência de ócio, uma vez que o fato de o “tempo por si mesmo, não define a ação humana” (CUENCA, 2000, p.62), não sendo suficiente para se viver o ócio. Quanto ao tempo social e à experiência de ócio, o autor entende que:

tempo social, é algo objetivo, mensurável e quantificável, mas lazer, entendido como vivência humana, se relaciona necessariamente com nosso tempo pessoal e subjetivo, o que resulta difícil quantificar momentos e processos. No lazer é fácil determinar o tempo que se emprega na realização de uma atividade objetiva [...] mas resulta difícil fazê-lo quando consideramos a experiência como um conjunto. (CUENCA, 2000, p. 21) (traduzido pelo autor).

Cuenca (2000, p.64) ao falar de ócio, na atualidade, remete-nos a falar sobre:

sentidos de vida, de ocupação gostosa e voluntária, de direitos da chamada terceira geração [...] A vivência humanista do lazer é, ou deveria ser, uma vivência integral e relacionada com o sentido da vida e os valores de cada um, coerente com todos eles [...] A pessoa formada é capaz de converter cada experiência de lazer numa experiência de encontro [...] O lazer vivido como experiência de encontros é, antes de tudo, um lazer humanista, próprio e específico da pessoa, que tem sua máxima expressão na festa. (traduzido pelo autor).

Ou seja, o ócio humanista teria a capacidade de criar encontros criativos, promovendo o desenvolvimento pessoal, abrindo horizontes de compreensão e conhecimento e, é nesta capacidade que se diferencia de outras vivências (CUENCA, 2000).

Marcellino (2012) relata uma preocupação quanto ao uso indiscriminado e impreciso da palavra lazer, por vezes com conceitos diferentes e, inclusive, conflitantes. Para o autor, uma parcela considerável da população associa, de forma limitada, lazer a atividades recreativas.

¹ CUENCA CABEZA, Manuel. Ocio y animación sociocultural. In: TRILLA, Jaume (Coord.) **Animación sociocultural: teorías, programas y ámbitos**. Barcelona: Ariel, 1997.

Disso, vê-se a necessidade de uma orientação à discussão e que esta ofereça entendimento e significado ao nosso cotidiano. Ainda para Marcellino (2012, p.19):

é necessário que essas mesmas pessoas conheçam os conteúdos que satisfaçam os vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção. Em outras palavras, a escolha, a opção está diretamente ligada ao conhecimento das alternativas que o lazer oferece.

Marcellino (2012), ao citar Dumazedier, elenca sobre a predominância de interesses evidenciados nas opções de escolhas individuais em seis áreas fundamentais, a de domínio dos interesses artísticos, interesses intelectuais, nas atividades físicas, nas que envolvam atividades manuais, dos interesses turísticos e interesses sociais. Marcellino (1990, p.31) evidencia que essas escolhas proporcionam efeitos tais como “o descanso físico ou mental, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade”.

Para o autor, preocupa a questão da democratização do espaço – uma vez que “democratizar o lazer implica democratizar o espaço” (MARCELLINO, 2006, p.66). Trazendo para tal debate, uma conceituação e distinção entre este termo e equipamento, muitas vezes entendidos como sinônimos. Santini² (1993) tem sua perspectiva corroborada por Marcellino quando esse afirma que “é possível se exercer atividades de lazer sem equipamento, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço” (MARCELLINO, 2006, p.66). Sendo necessário entendermos o espaço como um ambiente de suporte aos equipamentos, e estes como objetos que proporcionam a organização do espaço, em razão da atividade ali presente.

Chemin (2011) apresenta o lazer como instrumento com capacidade de promover a qualidade de vida da população, bem-estar, prazer e auto-humanização. A autora apresenta Calvet³ (2006 *apud* CHEMIN, 2011) sendo que para esse seriam identificadas duas dimensões complementares associadas ao lazer: a econômica e a humana. Associado à dimensão econômica, evidenciam-se alguns aspectos como: perceber o lazer como um instrumento para busca do pleno emprego, como criação de outros setores da economia, principalmente o turismo; e como uma forma de restaurar as energias do trabalhador, de forma a mantê-lo com um bom nível de produtividade. Quanto à dimensão humana, o autor relata que esta: “deveria preponderar sobre a econômica, inclusive por o lazer fazer parte dos direitos sociais constitucionais, [...] relacionadas as seguintes perspectivas: lazer como necessidade biológica, psíquica, existencial e do ponto de vista social” (CALVET⁴, 2006 *apud* CHEMIN, 2011, p. 53).

² SANTINI, R. de C. G. Dimensões do lazer e da recreação. São Paulo: Angelotti, 1993.

³ CALVET, Otávio Amaral. **Direito ao lazer nas relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.

⁴ Ibidem: CALVET, 2006.

A pesquisa de Freire e Fonte (2007, p.81) trabalha a perspectiva de atitudes face ao lazer, a partir da escala desenvolvida por Ragheb e Beard⁵, a qual “mede os três componentes da atitude – cognitivo, afetivo e comportamental – separadamente”. O componente cognitivo diz respeito às crenças, opiniões, bagagem cultural do respondente em relação ao lazer; “o componente afetivo, é relativo aos sentimentos do indivíduo face ao seu lazer, o grau em que gosta ou não das atividades e experiências de lazer” (FREIRE; FONTE, 2007, p. 81). Por fim, o aspecto comportamental da escala refere-se como se estrutura uma vontade de intenções de agir de uma determinada pessoa, considerando para tanto o seu passado e seu presente em questões relativas às suas experiências com o lazer.

A pesquisa de Formiga, Ayrosa e Dias (2005), permitiu estabelecer três categorias de hábitos de lazer, a saber: hedonista, lúdico e instrutivo. Quanto ao lazer hedonista, pode-se descrevê-lo como aquele que enfatiza o prazer individual e mais imediato de um indivíduo, entre os quais ir ao teatro, ao cinema, a shows, à praia, a bares ou restaurantes, paquerar, navegar pela internet, assistir a programas de televisão, comprar roupas, conversar e contar piadas. Os hábitos de lazer lúdico estão mais vinculados a um caráter instrumental do lazer, como as atividades de práticas esportivas, passeios de bicicleta ou patins, dirigirem carro ou moto, irem ao jardim zoológico, participarem de passeatas em favor de causas ambientais, sociais e políticas. Por fim, o lazer instrutivo que ressalta as experiências que os sujeitos desenvolvem para aperfeiçoarem-se e crescerem. Essas escolhas lhes permitem atuar na transmissão e ensino de conhecimentos, tais como: ler livros, revistas e jornais, visitar familiares, ir à igreja, fazer trabalhos manuais como pintar, escrever entre outros.

No Brasil, a denominação adotada tem sido “desporto e lazer” para os estudos que, neste trabalho, entende-se como sendo, somente, o campo do Lazer. No entanto, a concepção hegemônica adotada encontra alguns indicativos para tal.

Para Andrade *et. al.* (2010), a história da educação física e do lazer percorrem juntas uma mesma trajetória, na qual se tem uma percepção que o educador físico seria o profissional mais apto a atuar nesse campo. Principalmente, devido ao fato de pensar-se o “tempo livre” como propício à recuperação, restauração e regeneração das forças físicas, psíquicas e espirituais do homem urbano. Para Marcellino, Capi e Silva (2011, p.233) “o lazer na realidade brasileira é, ainda hoje, frequentemente restrito à ideia de atividade e às possibilidades práticas proporcionadas por ela”. Assim, torna-se intrínseca e inerente a ideia de que o “professor do esporte” venha a ser reconhecido como o responsável pelo desporto e lazer no ambiente escolar.

⁵ RAGHEB, M; BEARD, J. (1982) Measuring Leisure Attitude. **Journal of leisure Research**, 14(2), p. 155-167.

Reforça a adoção dessa nomenclatura “desporto e lazer” o fato da mesma constar no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, integrando o eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer (MEC/SETEC, 2010).

A próxima seção traz considerações sobre a compreensão do Estado, assim como definição quanto à abordagem adotada em relação ao protagonismo no estabelecimento de políticas.

2.2 O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A organização do Estado segue por uma busca de diferentes lógicas, ou abordagens, para as quais, segundo Azambuja (2001, p.24), o Estado seria “obra da inteligência e da vontade dos membros do grupo social”, residindo na natureza humana, racional, a causa primária da sociedade política. Entretanto, tal modelo organizacional se verifica como insuficiente para explicar fenômenos sociais tais como, no caso dessa revisão e construção de referencial teórico, o esporte e o lazer.

Para Gala (2003), as teorias mais tradicionais sobre o Estado são incompletas, uma vez que a evolução das formas de propriedade não é adequadamente tratada. Enquanto a teoria por um Estado marxista ignora os ganhos econômicos iniciais pactuados pelas classes no poder, que fazem surgir o Estado; de outro lado, “a teoria contratualista [...] menospreza a tendência de determinados grupos tomarem conta do Estado” (GALA, 2003, p. 96).

Serafim e Dias (2011, p.315) afirmaram que “a forma como se entende uma política pública está diretamente relacionada com a percepção que se tem do Estado”. Porém, os autores apresentam uma interpretação ampliada quanto às relações entre Estado e sociedade, expondo três perspectivas: a) estadocêntrica; b) sociocêntrica e c) intermediária.

A perspectiva estadocêntrica, definida como exercício do papel central por parte do Estado, na produção de políticas públicas, apresentaria dois enfoques: burocrático/neoweberiano, nas quais a escolha das políticas se daria pelo resultado dos conflitos entre clãs tecnocráticos, e; enfoque decisionista, representado pelos modelos racional, da causalidade (*garbage can*) e incremental, onde se transita pela forma objetiva e racional, com a qual o processo de formulação de políticas será decidido. Serafim e Dias (2011, p. 307) concebem essa abordagem da seguinte forma:

Estado teria um significativo grau de autonomia em relação à sociedade. As decisões seriam tomadas no âmbito estatal, respeitando ou não as demandas e necessidades

sociais, e simplesmente repassadas para a sociedade, por meio das políticas públicas. À sociedade caberia apenas acatar essas medidas.

Na perspectiva sociocêntrica, a máquina do Estado estaria à serviço da sociedade, sendo que destacam-se nesse bloco as teorias marxista, pluralista, elitista e da escolha pública. Esta última, eminentemente de caráter neoliberal, na qual se busca estudar as falhas das instituições públicas. O enfoque marxista compreende o Estado como um reflexo da disputa entre classes sociais e é incompatível, ideologicamente, com os demais desse bloco. Serafim e Dias (2011, p.310) sobre essa perspectiva relataram que:

Políticos e burocratas deveriam estar sempre atentos às demandas e necessidades sociais, de modo a poder responder rapidamente a elas. Essa visão entende o Estado como variável dependente da sociedade (minimizam a capacidade e o impacto que as instituições públicas têm sobre as políticas públicas).

Por fim, a terceira perspectiva, denominada intermediária ou também chamada de mista, uma vez que “essa visão rechaça o racionalismo economicista ou social da primeira visão e nega também em ver a sociedade como submetida a um Estado que se encontra refém de uma minoria” (MENY; THOENIG⁶, 1992 *apud* SERAFIM; DIAS, 2011, p. 311). Nessa abordagem, compreende-se a sociedade como um tecido tramado por relações interdependentes. Os principais enfoques dessa perspectiva são o neocorporativismo; o neoinstitucionalismo e a Teoria das Redes.

Quanto ao protagonismo na elaboração e implementação de políticas, Secchi (2015, p. 4) opta por alinhar-se a uma abordagem multicêntrica, ou seja, interpreta que “o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas”, uma vez que o enfrentamento de um problema público envolve os mais diversos atores políticos com alguma relação ao referido tema. O entendimento de Secchi corrobora com o exposto por Heidemann (2014) quando este afirma que a definição de política pública vai além de uma perspectiva de políticas governamentais, aliando outras formas associativas:

Em sua acepção mais pragmática, a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas e expressas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, ou organizações que façam suas vezes, para resolver questões gerais e específicas da sociedade (HEIDEMANN, 2014, p. 30).

Ainda, segundo Secchi (2015), entende-se o termo “pública” como sendo um adjetivo àquela política que se destina a enfrentar um determinado problema que é público. Independente de uma autoridade formal legalmente constituída, preconizada por defensores de uma

⁶ MENY, I.; THOENIG, J. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

abordagem estadocêntrica, aos quais o privilégio de liderança e decisão de um processo de política pública compete, exclusivamente, a atores estatais.

Essa compreensão de insuficiência e incompletude do Estado aproxima o autor deste trabalho a um alinhamento com a abordagem multicêntrica apresentada por Secchi (2015) e com a perspectiva intermediária de Serafim e Dias (2011). Tanto em face de interpretação do sentido do que se entende como público na construção de políticas públicas, quanto ao papel e importância dos diferentes atores sociais, assim como pela negação de uma resposta racional do Estado e o uso de sua estrutura a serviço da sociedade desconsiderando interesses de instituições. Na próxima seção, serão apresentados modelos analíticos para a formulação de agendas políticas.

2.3 MODELOS ANALÍTICOS PARA FORMULAÇÃO DE AGENDAS POLÍTICAS

Nessa seção ponderaremos sobre modelos analíticos para a formulação de agendas políticas. Dentre os modelos selecionados, preferiu-se àqueles que priorizam a análise da formação da agenda, elaboração de alternativas e tomada de decisão de forma conexa. Autores trazem críticas quanto à adoção da concepção do ciclo de políticas públicas (PROCOPIUCK, 2013; RAEDER, 2014; SECCHI, 2015), por apresentar fragilidades que atingem a formulação das agendas, não ser integradora na análise política, sugerir uma seqüência de fases e ser tomada como uma forma de representação nas arenas de políticas operacionais para um momento específico (PROCOPIUCK, 2013) sendo adequado entendê-la como um ciclo interativo (RAEDER, 2014). Para Procopiuck (2013, p.159) “estes modelos [...] tendem a ser bastante ricos, mas, de modo nenhum, podem ser vistos como equivalentes à própria análise de políticas públicas”. Conceito corroborado por Secchi (2015, p.43) “o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública”. E que encontra justificativa em Queiroz (2009, p. 104) “os processos políticos e de formação, formulação e gestão das políticas públicas são atividades inseparáveis”.

Capella (2014) apresenta dois modelos que se destacam na formulação de agendas de políticas governamentais. O primeiro modelo foi desenvolvido por Frank Baumgartner e Brian Jones, Modelo de Equilíbrio Pontuado (*Punctuated Equilibrium Model*); e o segundo, desenvolvido por John Kingdon, o Modelo de Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Model*), concentrando-se em explicar as condições necessárias para que um tema entre na agenda do

governo, devido aos mesmos terem condições de discutir e esclarecer como essas políticas são formuladas e alteradas ao se tornarem importantes em outro momento.

O incrementalismo nas decisões políticas e os momentos de mudanças críticas que caracterizam determinados instantes de seu caminho são apresentados por Chemin (2011) entre algumas reflexões e sugestões necessárias para a formulação e efetivação de políticas públicas municipais voltadas ao lazer.

Apresenta-se a ferramenta de estimativa rápida participativa como um possível modelo de execução do diagnóstico da realidade local. A referida técnica tem sido explorada como contribuição às políticas públicas de saúde, sendo exemplo, o programa Estratégia Saúde da Família (ESF), anteriormente chamado por Programa Saúde da Família (PSF) (KLEBA *et. al.*, 2015).

Por fim, nos próximos parágrafos, serão apresentadas considerações sobre o modelo de equilíbrio pontuado, o modelo de múltiplos fluxos, o modelo de política incremental e o diagnóstico da realidade local a partir da ferramenta de estimativa rápida participativa.

2.3.1 Modelo de equilíbrio pontuado

O modelo de equilíbrio pontuado, tomando por base as estruturas institucionais e o processo de formação de agenda (*agenda-setting*), busca esclarecer como momentos de rápida mudança e estabilidade se alternam no processo de formulação política (CAPELLA, 2014). O modelo teria sido elaborado a partir de noções da biologia (SOUZA, 2006; RAEDER, 2014) e da computação (SOUZA, 2006), para esses autores encontramos a denominação de modelo do equilíbrio interrompido, caracterizado por “longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores” (SOUZA, 2006, p.33).

A delegação de autoridade a subsistemas sempre ocorre, uma vez que a racionalidade dos indivíduos é limitada. Assim, diversas questões são processadas paralelamente, nesses subsistemas, enquanto que líderes governamentais apropriam-se de questões proeminentes. Dessa forma, determinadas questões alçam prestígio para compor a agenda decisional. Para Baumgartner e Jones⁷ (1993 *apud* CAPELLA, 2014) sempre há um interesse em se estabelecer um “monopólio sobre o entendimento político relativo à política de interesse, e um arranjo

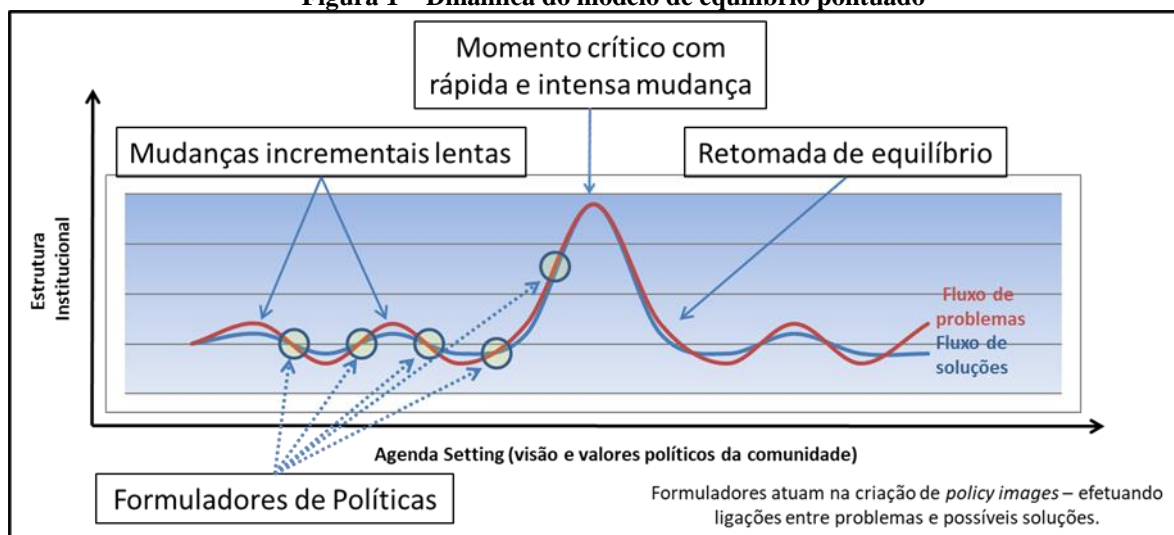
⁷ BAUMGARTNER, F.; JONES, B. Punctuated equilibrium theory: explaining stability and change in American policymaking. In: SABATIER, P. **Theories of the Policy Process**. Oxford: Westview Press, 1999.

institucional que reforce tal entendimento” (BAUMGARTNER; JONES⁸, 1993 *apud* CAPELLA, 2014). Duas características definiriam esse monopólio: a estrutura institucional e uma ideia vinculada à instituição com visão e valores políticos da comunidade.

Quando há disputas entre diferentes políticas ocorrem defesas das imagens (*policy images*) sendo que essas imagens representam a forma como são compreendidas e discutidas essas políticas, as quais sustentariam os arranjos institucionais. Para Baumgartner e Jones⁹ (1993 *apud* CAPELLA, 2014), considera-se como crucial a disputa por consenso em torno de qual imagem prevalecerá na arena da luta política.

Assim, o monopólio das políticas e as imagens compartilhadas reforçariam uma situação de equilíbrio, em que prevaleceriam mudanças lentas, graduais e incrementais (BAUMGARTNER; JONES¹⁰, 1993 *apud* CAPELLA, 2014). Um pequeno grupo, com ideias convergentes e dominando um subsistema limitaria o acesso de novos atores e reduziria o surgimento de novas ideias. No entanto, quando uma questão rompe os limites do subsistema, alcançando a agenda governamental, ocorrem mudanças rápidas e intensas nesses momentos críticos, uma vez que o subsistema estará mais receptivo à introdução de novas ideias, novos atores e reorganização institucional, criando um novo estado de equilíbrio e estabilidade no subsistema (CAPELLA, 2014). A Figura 1 é uma representação gráfica do modelo de equilíbrio pontuado.

Figura 1 – Dinâmica do modelo de equilíbrio pontuado



Fonte: Elaborado pelo autor, inspirado em Baumgartner, Jones, 1993; Capella, 2014.

⁸ Ibidem: BAUMGARTNER; JONES, 1999.

⁹ Ibidem: BAUMGARTNER; JONES, 1999.

¹⁰ Ibidem: BAUMGARTNER; JONES, 1999.

Souza (2006, p.33) nos esclarece que “somente em períodos de instabilidade ocorre uma mudança serial mais profunda” e que há uma continuidade de pequenas modificações ou adaptações a partir das tentativas de implementação de uma determinada política pública, o que permite ocorrer um processamento paralelo de diferentes questões por parte do sistema político decisório. A autora reforça sobre o papel desempenhado pela mídia na construção de uma imagem sobre a política pública de uma questão que alcança a agenda decisional. O próximo modelo analítico para formulação de agendas políticas que veremos é o modelo de múltiplos fluxos.

2.3.2 Modelo de múltiplos fluxos

Kingdon¹¹ (2003 *apud* CAPELLA, 2014) inicia sua investigação buscando responder o porquê algumas questões se tornam importantes a um governo e como essas se inseririam na agenda de preocupações dos formuladores de políticas. Para o autor, políticas públicas seriam um conjunto de processos, a saber: estabelecimento de uma agenda; consideração das alternativas; escolha dominante entre as alternativas possíveis; e implementação da decisão. Para seu modelo de múltiplos fluxos, é dada atenção aos dois primeiros processos, ao que chama de estágio pré-decisório.

No modelo de múltiplos fluxos, é importante entender que nem toda questão da agenda governamental será contemplada. Serão contempladas aquelas que estiverem num momento adequado para uma tomada de decisão por parte dos formuladores de políticas. Esse momento pode ser percebido como aquele em que três diferentes fluxos decisórios convergirem: O primeiro fluxo é identificado como problemas (*problem stream*) e pode ser percebido através de alguns mecanismos: 1) indicadores – interpretações que demonstrem a existência de um problema; 2) eventos – crises, desastres ou símbolos que atuam no sentido de reforçar as atenções para um determinado assunto; e 3) *feedback* – a sociedade se coloca como fiscalizadora de gastos, cumprimento ou não de metas (CAPELLA, 2014).

O segundo fluxo é o conjunto de soluções (*policy stream*). Para Kingdon¹² (2003 *apud* CAPELLA, 2014), as pessoas não resolveriam problemas, mas criariam soluções e a partir disso buscariam por problemas aos quais poderiam apresentá-las. Dessa forma, os problemas considerados por uma agenda governamental não seriam gerados dentro de uma relação

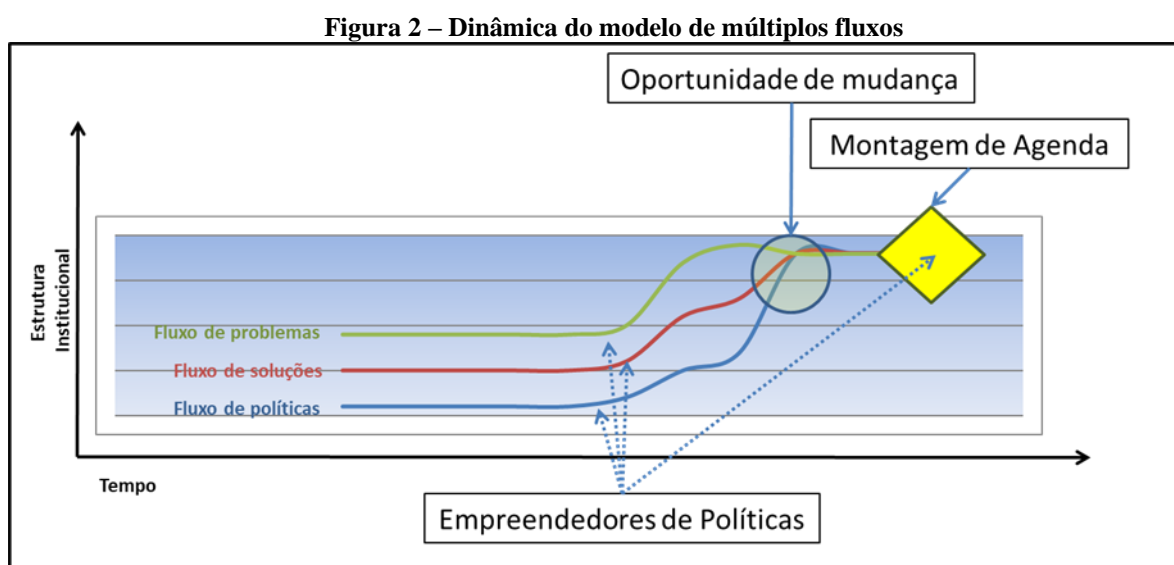
¹¹ KINGDON, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

¹² *Ibidem*: KINGDON, 2003.

problema-solução. Aquelas ideias que se mostrarem viáveis, tanto pelo ponto de vista técnico, quanto pelos custos, seriam as com melhores chances de sobrevivência (CAPELLA, 2014).

O terceiro fluxo seria a dinâmica política (*politics stream*), cujas coalizões seriam construídas num processo de barganha e negociação política. Nesse fluxo, três seriam os elementos a influenciá-lo: 1) a percepção de um clima favorável para algumas idéias serem promovidas e chegarem à agenda decisional; 2) as forças políticas organizadas; e 3) as mudanças dentro do próprio governo: “*turnover*”, mudança de gestão, na composição do Congresso, nas chefias de órgãos.

O momento de convergência dos fluxos decisórios é chamado por Kingdon¹³ (2003 *apud* CAPELLA, 2014) por janela (*windows*) ou oportunidade de mudança. Esses três fluxos, quando reunidos, ou convergindo, possibilitariam uma rara oportunidade para mudanças na agenda. Entretanto, é fundamental a participação dos empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*), indivíduos com habilidades para a representação de questões e que as promovam para acessar a agenda governamental. A Figura 2 é uma representação gráfica do modelo de múltiplos fluxos.



Fonte: Elaborado pelo autor, inspirado em Kingdon, 2003; Capella, 2014.

Para Kingdon¹⁴ (2003 *apud* CAPELLA, 2014), não haveria qualquer outro ator mais forte, no cenário político, capaz de definir agendas, que não fosse o presidente, uma vez que este maneja recursos institucionais (nomeação de cargos-chaves do processo decisório e poder

¹³ Ibidem: KINGDON, 2003.

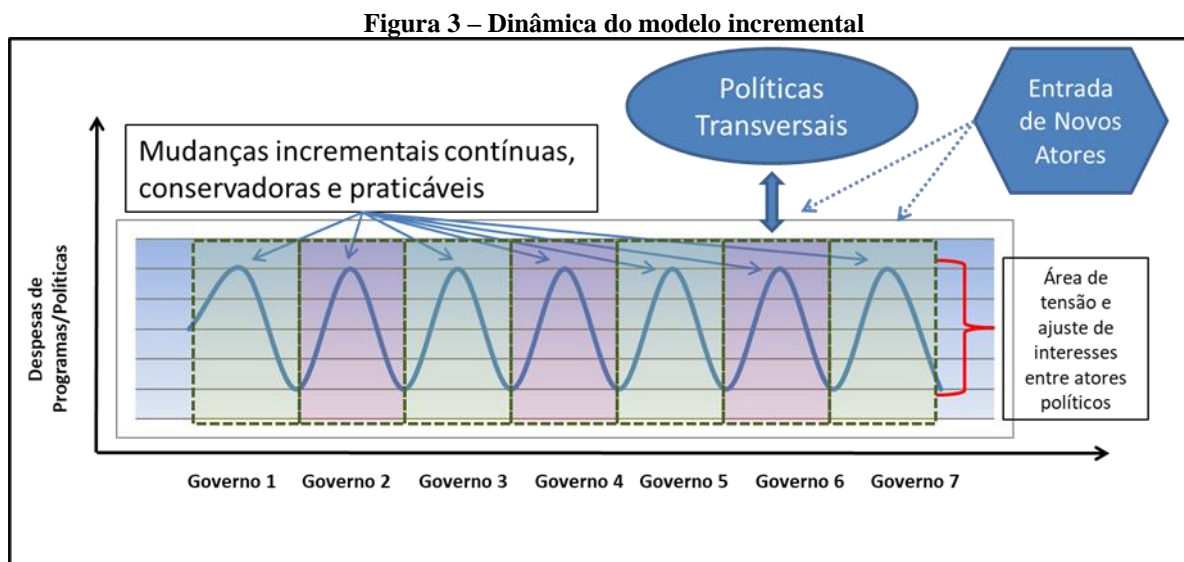
¹⁴ Ibidem: KINGDON, 2003.

de veto), recursos organizacionais e recursos de comando da atenção pública. Também influenciariam a agenda aqueles indivíduos nomeados nos altos escalões da burocracia governamental. A seguir, veremos o modelo de política incremental, efetiva e convergente.

2.3.3 Modelo de política incremental, efetiva e convergente

Dye (2014) afirma que o incrementalismo é conservador, pois toma os programas, políticas e despesas de governos anteriores como ponto de partida. Onde oferecem poucas modificações incrementais a esses por não disporem de tempo, informações ou recursos. Porém possui maior facilidade para se alcançar um acordo, visto não proporcionar uma grande tensão política. Adicionalmente, Lindblom (2014, p. 191) comenta que prevalece “a visão de que somente passos pequenos ou incrementais – [...] avanços que demandem pouco esforço [...] – são de fato, ordinariamente, praticáveis”.

Secchi (2015) apresenta o modelo incremental, proposto por Lindblom, como uma das formulações para se alcançar um consenso na elaboração de uma política pública. A partir de um ajuste mútuo de interesses dos atores políticos, ao que Chemin (2011) apresenta elementos compatíveis a esse modelo. A Figura 3 é uma representação gráfica da dinâmica do modelo incremental.



Fonte: Elaborado pelo autor, inspirado em Lindblom, 2014; Dye, 2014; Chemin, 2011; Secchi, 2015.

Para Chemin (2011), no entanto, o direito ao lazer, de uma forma efetiva, não pode ser satisfeito por apenas uma única política específica (um subsistema), e sim por um conjunto

interligado de políticas de áreas transversais ao lazer, com o objetivo de proporcionar o bem-estar social. Essa necessidade reforça o conceito de ruptura de limites do subsistema como algo intenso, com a introdução de novas ideias e atores responsabilizando-se pela construção de uma política institucional de esportes e lazer, desconstruindo, dessa forma, os monopólios sobre políticas da agenda governamental. Como exemplos de outras políticas necessárias, a autora cita: política de desenvolvimento urbano, política ambiental, política educacional, política sanitária, política de saúde e qualidade de vida.

Chemin (2011) traça algumas orientações para a formulação de políticas públicas de lazer, dentre as quais, destacamos: a abordagem da necessidade da discussão sobre os conceitos de lazer e sua amplitude, diversificando conteúdos culturais do lazer, e buscando por um maior e real entendimento sobre a importância deste. Um segundo instante, a autora trata sobre a necessidade de um bom conhecimento sobre a metodologia de lazer, algo falho na gestão pública devido à falta de entendimento conceitual sobre o que sejam projetos, programas e políticas públicas. A terceira orientação da autora recorre sobre ser essencial a compreensão de políticas de lazer como sendo algo contínuo, duradouro e integrado.

Chemin (2011) também relata sobre o fato do poder público não ter condições de atender as demandas, cada vez maiores e urgentes. Assim, seria relevante pensar na busca por parcerias e recursos, sem que isso lhe faça diminuir ou suprimir suas funções e responsabilidades. Um grave problema identificado é a “falta de participação popular na elaboração e/ou execução dos projetos, programas e políticas públicas de lazer” (CHEMIN, 2011, p.193). Desta forma, a autora sugere que ocorra um incentivo à participação da comunidade na formulação das políticas.

Ainda entre as recomendações de Chemin (2011), é necessário a democratização das discussões, pois dela decorre a reversão das prioridades das políticas públicas. Entretanto, não podemos pensar uma discussão democrática, apenas pelo exercício de voto da maioria, após a discussão e construção de uma política pelas perspectivas de alguns. O espaço para a discussão dos temas de políticas de lazer deve ser tão ou mais importante que a tomada de decisões acerca dessas.

Na interpretação do pesquisador, quando Forell (2014) apresenta Max Weber e Joseph Schumpeter, como expoentes sobre a noção elitista de democracia e participação na vida democrática, ele recupera os apontamentos desses autores a esses conceitos ideais, os quais, entretanto, não seriam garantidores do bem comum. Para Forell (2014), Weber entende que os indivíduos absorvidos nos quadros do Estado burocrático seriam os que, por serem mais preparados e especialistas, deveriam participar do seu funcionamento, ao exercício da cidadania

estaria restrito o direito ao voto. De modo semelhante, Forell (2014) entende que para Schumpeter, o povo não estaria preparado para uma compreensão sobre as mecânicas do Estado e, dessa forma, a democracia para o cidadão comum seria vivenciada somente no período eleitoral. Assim, Forell (2014, p.74) apresenta a teoria deliberativa, uma proposição de Habermas, para o qual a discussão e reflexão sobre o rumo das políticas é tão, ou mais importante quanto “a votação ou imposição das decisões”.

Também se percebe como necessária a capacitação e motivação de pessoas para que as políticas públicas de lazer sejam implementadas de modo eficiente. Uma promoção de educação para e pelo lazer é defendida, pois as escolas são locais de imensa importância para a formação de valores transmitidos pelo lazer. A educação para o lazer significaria identificá-lo como objeto de educação, enquanto a educação pelo lazer significaria percebê-lo como veículo de educação (CHEMIN, 2011). Finalizando, a necessidade de uma política urbana priorizada à função social; promoção de um meio ambiente equilibrado, preservado e conservado; e uma política de saúde, uma vez que lazer e saúde estão diretamente vinculados “à qualidade de vida e à dignidade da pessoa humana” (CHEMIN, 2011, p. 205).

2.3.4 O diagnóstico da realidade local

A partir das recomendações de Chemin (2011) quanto à participação comunitária na formulação de políticas, um dos instantes cruciais desse envolvimento seria o diagnóstico de necessidades da população. Junto a esse levantamento de informações, devemos ter em conta que muitas falhas nos resultados, de políticas públicas, estão associadas a um processo de planejamento, no qual a elaboração e a implementação estão separadas (OLIVEIRA, 2006).

Uma resposta, tanto para o envolvimento da população, quanto à integração do processo de planejamento seria a técnica de estimativa rápida participativa (ERP), a qual possui algumas vantagens, sendo o baixo custo e o pouco tempo despendido os fundamentais (DI VILLAROSA¹⁵, 1993 *apud* KLEBA *et.al.*,2015). As duas principais etapas da técnica são a coleta/levantamento de dados e a análise de dados. Segundo Fortes *et.al.* (2013, p. 2) essa técnica se baseia em “detectar um conjunto de problemas de uma determinada população em um curto período de tempo e sem grandes gastos”. Os autores relataram que tal metodologia utiliza-se de três fontes de dados: registros escritos; entrevistas com informantes-chaves, com

¹⁵ DI VILLAROSA, F. **Estimativa Rápida e a divisão do território no Distrito Sanitário**: Manual de Instruções. Série Desenvolvimento de Serviços de Saúde, nº 11. Brasília: OPS-Representação do Brasil, 1993.

a recomendação que estes sejam bastante diferenciados; e a observação de campo. Complementa esse momento de coleta de dados as orientações de Di Villarosa¹⁶ (1993 *apud* KLEBA *et.al.*, 2015) para que sejam reunidos dados relacionados ao perfil da população, identificando-se organizações e serviços da comunidade, sistematizando esses dados em mapas físicos.

Como princípios, a ferramenta de estimativa rápida está alicerçada em coletar apenas dados necessários. Ou seja, identificar as informações necessárias e, por fim, envolver a comunidade no exercício da pesquisa, principalmente pensando uma maior aceitação para uma intervenção futura. Para Kleba *et.al.* (2015, p. 173):

técnicas participativas de diagnóstico, a exemplo da estimativa rápida, constituem-se possibilidades de maior envolvimento e motivação não apenas da equipe [...] mas também da comunidade, ampliando o potencial de corresponsabilização.

Quanto à análise de dados Acúrcio, Santos e Ferreira¹⁷ (1998 *apud* KLEBA *et.al.*, 2015) propõem a realização do diagnóstico da situação de território, a partir de quatro dimensões: a) arranjo e capacidade de ação da população; b) fatores ambientais – físico e socioeconômico; c) acesso, existência e cobertura de serviços; e d) comprometimento dos governantes e envolvimento dos diversos grupos sociais a serem atingidos. Um ponto de grande importância é a apresentação do diagnóstico aos diferentes grupos participantes (KLEBA *et.al.*, 2015). Na seção a seguir serão apresentados modelos teóricos para a formulação, tomada de decisão e implementação de políticas.

2.4 MODELOS TEÓRICOS PARA FORMULAÇÃO, TOMADA DE DECISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS

Souza (2014) resume políticas públicas como um campo multidisciplinar do conhecimento, construído a partir de interrelações entre Estado, política, economia e sociedade. Sendo que estas buscam por colocar o governo em ação, analisando e propondo mudanças, quando necessário, no rumo dessas mesmas ações. As políticas públicas podem ser entendidas como a forma com que os propósitos e plataformas eleitorais de governos democráticos são implementados, no mundo real, através de programas e ações.

¹⁶ *Ibidem*: DI VILLAROSA, 1993.

¹⁷ ACÚRCIO, F.; SANTOS, M.; FERREIRA, S. Aplicação da técnica da estimativa rápida no processo de planejamento local. In: MENDES, E. V. (Org.) A organização da saúde no nível local. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 87-110.

A partir do exposto, a seguir realizaremos uma exposição sobre os modelos de tomada de decisão. Pela teoria da escolha racional, representando uma abordagem pela perspectiva estadocêntrica; pela teoria construcionista estruturalista, representando uma abordagem pela perspectiva sociocêntrica; e pela teoria neoinstitucionalista, representando uma abordagem intermediária, conforme definição de Serafim e Dias (2011). Ambas são possíveis de serem adotadas na concepção de políticas de lazer.

2.4.1 Modelo de política vista por uma perspectiva clássica e racionalista

A perspectiva da ciência clássica apresenta alguns aspectos que a limita. Morin (1987) afirma que a mesma estaria fundamentada por ênfase reducionista da investigação e por objetos isolados e discretos, sendo esses autossuficientes, “portanto, uma entidade fechada e distinta, que se define isoladamente na sua existência, nos seus caracteres e nas suas propriedades, independente do ambiente” (MORIN, 1987, p.94). Assim, fenômenos complexos seriam submetidos à divisão em elementos simples, desconsiderando, no entanto, quaisquer referências ao observador ou ao ambiente, uma vez que as propriedades desses elementos seriam suficientes para defini-los. O fenômeno poderia ser reconstituído pela soma de todas as informações simples identificadas. As interrelações entre as partes da organização, e desta com o ambiente não são consideradas nas teorias organizacionais influenciadas pela ciência clássica, onde prevalece uma compreensão da organização como uma máquina, um sistema fechado.

A perspectiva clássica se renova e ressurgue em diferentes momentos históricos, evidenciando alguns de seus preceitos. Para Meireles (2012) o comportamento humano, tal qual situações de natureza econômica, poderia ser analisado em decorrência da racionalidade, pois os indivíduos agiriam optando por estratégias que maximizariam seus resultados. Assim os fenômenos sociais poderiam ser compreendidos à luz da teoria da escolha racional.

Dessa forma, a racionalidade é entendida como componente importante da característica encontrada na teoria da escolha racional, a qual se associa. Porém não aos fatores técnicos, e sim aos valores das tarefas organizativas (CARVALHO, VIEIRA, LOPES, 1999) e às normas institucionais (PROCOPIUCK, 2013).

A abordagem sofre duras críticas devido as suas excessivas características formalista, legalista, descritiva e normativa (PROCOPIUCK, 2013). Embora se possa preterir a teoria da

escolha racional, para Shepsle¹⁸ (2006 *apud* PROCOPIUCK, 2013) não se pode negar a relevância de sua contribuição:

tenha trazido relevantes contribuições em proveito da pesquisa científica social. Ela, pois, vem produzindo microfundamentos teóricos, orientações para estudos sobre pontos de equilíbrio, deduções de proposições e de teoremas sobre atividades políticas, metodologias comparativas estáticas que permitem trabalhar com hipóteses testáveis, além da acumulação de outras abordagens e ferramentas analíticas promissoras.

Autores apontam Selznick como precursor da abordagem institucional (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; FACHIM; MENDONÇA, 2003) ao interpretar “as organizações como uma expressão estrutural da ação racional” (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999, p. 01) que ao sofrerem as pressões do ambiente passam a se constituir como sistemas orgânicos. E é a essa transformação que nomeia por processo de institucionalização, “processo pelo qual uma organização desenvolve uma estrutura de caráter distintivo” (FACHIM; MENDONÇA, 2003, p. 30). Entretanto, os decisores públicos estão sujeitos a interferências em suas decisões, seja pelo tempo disponível para a tomada de decisão, informações incompletas ou autointeresses, limitando as orientações puramente racionalistas, tornando-as imperfeitas (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999; SOUZA, 2006; MEIRELES, 2012; RAEDER, 2014).

2.4.2 Modelo de política vista por uma perspectiva construcionista estruturalista

Afirma Burawoy (2010, p. 16) que “os trabalhos de Bourdieu constituem tanto uma revisão como um complemento às obras de Marx”. Bourdieu não teria como base, para estudo sobre a história humana, a sucessão de sistemas de produção econômica, mas, a “coexistência e interconexão de campos de produção científica e cultural” (BURAWOY, 2010, p.16) com caráter de relativa autonomia.

Apresentado por Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013), os pressupostos teórico-metodológicos da sociologia reflexiva de Bourdieu, para uma apropriação de conceitos e balizamento de estudos futuros na área de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil – sendo que o referido modelo seria adequado à discussão, como uma proposta alternativa, do esporte. Um dos primeiros pilares dessa teoria seria buscar a compreensão dos campos sociais, ou a estrutura objetiva, partindo das condições sociais da produção do conhecimento, e

¹⁸ SHEPSLE, Kenneth A. Rational choice institutionalism. In: RHODES, R.A.W.; BINDER, S.A.; ROCKMAN, B.A. (Ed.) **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford University Press: Oxford, UK, 2006. p. 23-38.

exemplificando para tal, as produções culturais, que, para se entender o seu sentido e funcionamento, inicialmente explicita-se que é necessário perceber duas vertentes de relações entre as posições dos atores sociais e disposições. Uma oportunidade de contemplar essas produções seria, de um lado, pela compreensão autônoma – a produção que por si mesma se sustentaria, e nada além ser necessário conhecer. E de outro, pela compreensão das relações do texto ao contexto, sendo, essa última, uma visão tipicamente adotada por abordagens marxistas.

No entanto, Bourdieu não compartilha com ideário dessas vertentes polarizadas, apresentando uma alternativa que diria respeito à competência do campo ou universo intermediário, com certa autonomia, em dar nova significação às pressões que este campo sofre externamente. A partir disso, Starepravo, Souza e Marchi Júnior, (2013) interpretaram manifestar-se a falta dessa autonomia, nas políticas públicas de esporte e lazer, uma vez verificadas as constantes ameaças externas sofridas. Entretanto, o campo é dinâmico, e por intermédio da ação dos agentes que o compõe, poderão transformá-lo, influenciando para isso a posição assumida e as diferentes concepções de capital desse ator social.

Um segundo pilar nos pressupostos teórico-metodológicos de Bourdieu¹⁹ remete a conceituação do “*Habitus*”, ou a estrutura incorporada:

um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores e gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins dos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim (BOURDIEU, 1983, p. 94 *apud* STAREPRAVO, SOUZA e MARCHI JÚNIOR, 2013, p.793).

Quanto maior a capacidade de aprendizagem sobre o campo, maior será a poder de influência e atuação dos agentes. O *habitus* seria produzido a partir da incorporação das estruturas objetivas, em especial, a estrutura cognitiva. Porém, as ações ou *habitus* no campo não são necessariamente conduzidas pela razão, como um princípio, embora possam aparentar uma ação racional, da mesma forma que a tomada de decisão pode não ser a mais adequada, pois esta passa pelo *habitus* obtido pelos agentes. Assim, Starepravo, Souza e Marchi Júnior, (2013) comentaram sobre o lado negativo das ações não refletidas, *habitus* incorporado pelos agentes que participam do subcampo das políticas públicas de esporte e lazer. Kirschbaum (2012) exemplifica que dois atores sociais poderão agir de formas diferentes, mesmo que possuam os mesmos tipos e volumes de capitais, e o que provavelmente explicaria isso seria os *habitus* dos referidos atores.

¹⁹ BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Um terceiro pilar remete à posição do agente no campo, a partir da sua relação de posse de capital. Esse capital pode ser estabelecido de uma forma objetiva, propriedades materiais ou outras formas de capital, representando poder sobre aquela esfera. Exemplificando esse último é apresentado o capital cultural. Contudo, Starepravo, Souza e Marchi Júnior (2013) comentaram sobre a sobreposição de alguns tipos de capital, o que explicaria o fato de políticas públicas de esporte e lazer estarem à cargo de ex-atletas, dirigentes esportivos e gestores políticos:

no caso das políticas públicas de esporte e lazer, podemos destacar que, muitas vezes, a posse de algumas variedades de capital, especialmente o capital social, político, e esportivo, por vezes se sobrepõe ao capital cultural específico na configuração do subcampo (STAREPRAVO, SOUZA, MARCHI JÚNIOR, 2013, p.795).

A seguir, o modelo teórico pela perspectiva neoinstitucionalista. Porém, o título da seção adquire a denominação de perspectiva subjetiva do comportamento organizacional. Como justificativa para essa compreensão citamos Vieira e Carvalho (2003, p.13) para os quais:

a abordagem institucional distingue-se de teorias de caráter racionalista fundamentalmente por entender que os fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais e outros, que compõem o ambiente institucional, moldam as preferências individuais e as categorias básicas do pensamento [...] As instituições são, por sua vez, produto da construção humana e o resultado de ações propostas por indivíduos instrumentalmente guiados pelas próprias forças institucionais por eles interpretadas, sugerindo, portanto, um processo estruturado e ao mesmo tempo estruturante, que não é necessariamente racional e objetivo, mas fruto de **interpretações e subjetividades** (grifado pelo autor).

Ainda, citamos que Carvalho, Vieira e Lopes (1999, p.3) relataram sobre o impacto sofrido pela teoria institucional. O movimento que enfocava o comportamento individual, distribuições informais de poder, atitudes e comportamento político produziu “um deslocamento do foco teórico das estruturas e das normas para os comportamentos dos indivíduos [...] uma ênfase especial nas **dimensões subjetivas do comportamento organizativo**” (grifo nosso).

2.4.3 Modelo de política vista por uma perspectiva subjetiva do comportamento organizacional

Para Rocha (2005) o neoinstitucionalismo procura firmar-se como um contraponto teórico às abordagens pluralista e marxista. Para a primeira, considera-se o Estado como algo neutro; o poder distribuído em diversos centros, cujos grupos de interesses, na busca por determinados objetivos, fariam suas alianças; a luta política se faria por questões específicas e

diversas. A abordagem marxista parte das relações entre classes sociais, Estado e economia. Mesmo que em lados opostos, tanto o pluralismo, quanto o marxismo, adotam uma análise centrada na sociedade, para os quais “a ação estatal é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade” (ROCHA, 2005, p.13).

Para Skocpol²⁰ (1985 *apud* ROCHA, 2005, p.14) “o conteúdo das decisões públicas supera, em diversos casos, o caráter das demandas vindas da sociedade”. Dessa forma, a sociedade civil estaria, permanentemente, influenciada pelas decisões de Estado, ou daqueles que dele possuem autoridade. Os funcionários estatais, como uma instituição que controla a burocracia estatal, é quem implementa as ações do Estado. Dessa forma, as decisões de caráter público, apontariam para os interesses e percepção de como essa burocracia interpretaria a realidade.

Lima, Machado e Gerassi (2015) apresentaram vertentes da abordagem neo-institucionalista para a discussão da teoria política. Essa abordagem ganha força, principalmente, a partir dos anos 1970, pois o Estado começa a perder a centralidade e destaque na produção moderna da Ciência Política, para as explicações de fenômenos e comportamentos sociais. Uma vez convergirem diversos teóricos das mais variadas matizes políticas e áreas da ciência, explica-se o porquê do neoinstitucionalismo não ser uma corrente unitária nas Ciências Sociais. No entanto, “têm em comum a ênfase no papel central que as instituições ocupam” (LIMA, MACHADO e GERASSI, 2015, p.185).

Uma crítica a essa teoria que podemos apresentar é que ela não seria adequada a constituir postulados gerais associados a períodos históricos de maior alcance, apenas características ajustadas a algumas poucas conjunturas, a partir de casos concretos (LIMA, MACHADO e GERASSI, 2015, p.185-6). As correntes teóricas do neoinstitucionalismo apresentadas em Lima, Machado e Gerassi (2015) são de escolha racional, histórica, sociológica, construtivista e de redes. Os autores apresentam uma série de motivos que justificariam considerar a abordagem neo-institucionalista para crítica das políticas públicas:

- 1) as políticas não são formuladas ou implementadas pelos atores políticos em um ‘vazio institucional’;
- 2) As políticas públicas [...] condicionada por regras relacionadas às instituições governamentais, à estrutura do Estado e às normas que orientam as relações entre Estado e sociedade;
- 3) as posições e escolhas de um ator podem variar a depender da função desempenhada em uma rede institucional ou organização setorial;
- 4) para compreender [...] algumas políticas geraram [...] resultados [...] é importante considerar os condicionantes institucionais. (LIMA; MACHADO e GERASSI, 2015, p. 200-1)

²⁰ SKOCPOL, Theda. Bringing the State back in: Strategies of analysis in current research. In: EVANS, P.; RUESCHMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State back in**. New York: Cambridge University Press, 1985.

Peter Hall²¹ (1993 *apud* ROCHA, 2005) critica a forma simplificada dos princípios pelos quais os neoinstitucionalistas, da escolha racional, nortearam os seus primeiros trabalhos: a) a autonomia da ação estatal em relação às pressões sociais; b) uma política é afetada, principalmente, pela política anterior; e c) a preponderância no aprendizado sobre as políticas, por parte de especialistas da referida área do saber, ante o papel dos políticos. A concepção racionalista entende que a razão ditará a ação, ou seja, as ações dos agentes são dirigidas por uma decisão racional.

Para Vieira e Carvalho (2003) há um esforço crescente em compreender os fenômenos organizacionais à luz da teoria institucional, sendo esta útil à análise, tanto ao conceito de campo organizacional, quanto às organizações. Apresentam como principal questionamento teórico a descoberta e análise de quais seriam os valores compartilhados no campo pelos principais atores sociais, e quais seriam os recursos de poder que disporiam e utilizariam para o alcance dos seus objetivos. Os autores afirmaram ainda, citando Meyer e Rowan²² (1977), que as profissões, as políticas e os programas governamentais seriam criados como se fossem produtos e serviços com capacidade de produzirem racionalidades.

Rocha (2005) em suas conclusões admite que o modelo neoinstitucional seja, de fato, fundamental referência para se estudar políticas públicas, uma vez que contempla fatores para que a tomada de decisões públicas esteja envolvida de compreensão em seu processo. As pesquisas, nesse modelo, são conduzidas tendo como tempo absoluto o agora, e os casos concretos; enquanto que uma “abordagem marxista seria mais generalizante”. Uma forma de medir o valor do neoinstitucionalismo seria confrontando-o com outros modelos.

Para Kirschbaum (2012) é necessária uma revisão quanto ao serem colocados como antagonistas, o neoinstitucionalismo e a teoria de Bourdieu. Embora sejam notórios alguns pontos de embate, relata o autor, há possíveis momentos de diálogo entre ambas as teorias, com oportunidades mútuas de ganho, ao dialogarem entre si. Nesse sentido, o texto de Misoczky (2003) é corroborado por Kirschbaum (2012) quando a autora sugere encontrar possibilidades para uma conversação entre a abordagem de campos de poder, essa sob uma perspectiva em Bourdieu e a abordagem institucionalista.

Portanto, optamos nesse trabalho por uma lente teórica de perspectiva intermediária para modelo de política devido às interpretações e subjetividades dos atores envolvidos,

²¹ HALL, Peter A. **Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain.** University of New York, Comparative Politics, v.25, n.3, April 1993.

²² MEYER, John; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, 83:341-63, 1977.

considerando, ainda, o diálogo com um importante pilar da perspectiva construcionista estruturalista de Bourdieu que é o campo social.

A partir dessa breve revisão de referencial, de caráter mais amplo, serão apresentados, no capítulo a seguir os procedimentos metodológicos quanto ao tipo de estudo e método de abordagem, população e amostra, instrumentos e medidas, tratamento estatístico e procedimentos éticos adotados no presente trabalho.

CAPÍTULO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, estão apresentados os procedimentos metodológicos que estruturaram a execução dessa pesquisa. Assumiu-se como definição de pesquisa o que Gil (2010, p.1) aponta como “procedimento racional e sistemático”. O qual tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

3.1 TIPO DE ESTUDO E MÉTODO DE ABORDAGEM

Considerando a necessidade que o pesquisador tem em sistematizar e racionalizar as atividades para a execução do seu trabalho, é recomendado que o mesmo trace uma estratégia para que suas decisões sejam as mais acertadas, auxiliando-o na investigação das questões que julga serem pertinentes. Esta monografia adotou um delineamento “misto”, em relação ao seu método, pois ao mesmo tempo em que possuiu um caráter quantitativo de pesquisa exploratória e descritiva quanto ao seu propósito, uma vez que pretendia descobrir novas proposições sobre um tema específico, do qual se tem poucas informações (GIL, 2010). Também possuiu características qualitativas de pesquisa ação que, segundo Roesch (1996, p. 147) é “uma estratégia que permite obter conhecimento de primeira mão sobre a realidade social empírica”. A autora ressalta sobre uma maturidade de confiança entre o pesquisador e pesquisados, pois implica que a questão investigada seja relevante e tenha interesses compartilhados (ROESCH, 1996).

Os dados coletados para o presente trabalho, devido a sua natureza qualitativa e quantitativa, necessitaram de instrumentos adequados para serem aplicados na investigação. Para Gil (2010, p.119) seria adequado “a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados” para a pesquisa do tipo pesquisa ação. Marconi e Lakatos (2011) afirmaram que instrumentos estatísticos não são empregados em etapas qualitativas, uma vez que “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano” (MARCONI, LAKATOS, 2011, p.269). Para etapas quantitativas, Marconi e Lakatos (2011) observam que os dados quantificáveis obtidos merecem tratamento “por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2011).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para Malhotra (2006) o processo de elaboração de uma amostragem compreende cinco estágios: a) definição da população-alvo; b) determinação da composição da amostra; c) escolha das técnicas da amostragem; d) determinação do tamanho da amostra; e e) execução do processo de amostragem.

Quanto à definição de uma população-alvo, Malhotra (2006, p.321) nos esclarece que “a elaboração de uma amostragem começa com a especificação da população-alvo, a coleção de elementos ou objetos que possuem a informação procurada pelo pesquisador e sobre os quais devem ser feitas inferências”. Para o presente estudo a população-alvo escolhida foi a comunidade acadêmica do IFRS, composta por servidores (docentes e técnicos), e estudantes regularmente matriculados em todos os *campi* do IFRS no ano de 2017.

Para a composição da amostra, Malhotra (2006) declara ser esta “uma representação dos elementos da população-alvo” (MALHOTRA, 2006, p.322). Por vezes é possível ocorrerem erros na composição da amostra, sendo que o pesquisador poderá corrigir através da eliminação de “elementos impróprios contidos na composição da amostra, mas não pode dar conta de elementos que tenham sido omitidos” (MALHOTRA, 2006, p.323).

Enquanto técnicas de amostragem optou-se por técnicas não probabilísticas. A entrevista com a ex-Diretora de Extensão do IFRS – Apêndice B – pode ser definida como sendo de amostragem por julgamento, que nas palavras de Malhotra (2006, p.327) “é uma forma de amostragem por conveniência em que os elementos da população são selecionados com base no julgamento do pesquisador”. A amostragem para o envio do questionário aos professores participantes do grupo formulador da proposta de PIEL – Apêndice C – pode ser definida como do tipo por conveniência, pois, segundo Malhotra (2006, p.326):

a seleção das unidades amostrais é deixada em grande parte a cargo do entrevistador. Com frequência, os entrevistados são escolhidos porque se encontram no lugar exato no momento certo [...] As unidades amostrais são acessíveis, fáceis de medir e cooperadoras [...] tem sérias limitações [...] presentes muitas fontes potenciais de tendenciosidade de seleção, inclusive a auto-seleção dos entrevistados [...] não faz sentido, teoricamente, fazer generalizações sobre qualquer população a partir de uma amostra por conveniência.

O quantitativo esperado de questionários respondidos não foi alcançado. Havíamos estabelecido como meta 12 respondentes, representando cada um dos *campi* implantados e em funcionamento pleno. Entretanto, retornaram 6 questionários, sendo que, entre esses respondentes, 2 foram descartados da análise principal por responderem não ter participado do

grupo de trabalho formulador da PIEL, no entanto, são apresentados em parágrafo próprio por ser considerado pertinente algumas considerações trazidas pelos mesmos, dessa forma os denominamos de Grupo “X”.

Para o questionário enviado aos destinatários da proposta de PIEL – Apêndice D – foi arbitrada uma amostragem do tipo por quotas, onde podemos entendê-la como uma amostragem por julgamento em dois momentos:

o primeiro estágio consiste em desenvolver categorias, ou quotas, de controle de elementos da população. Para desenvolver essas quotas, o pesquisador relaciona características relevantes de controle e determina a distribuição dessas características na população-alvo. As características relevantes de controle, que podem incluir sexo, idade e raça, são identificadas na base de julgamento. Em geral, as quotas são atribuídas de modo que a proporção dos elementos da amostra que possuem as características de controle seja a mesma que a proporção de elementos da população com essas características. Em outras palavras, as quotas asseguram que a composição da amostra seja a mesma que a composição da população com respeito às características de interesse. No segundo estágio, os elementos da amostra são selecionados com base em conveniência ou julgamento. (MALHOTRA, 2006, p.328)

O quantitativo esperado de questionários respondidos não foi alcançado. Havíamos estabelecido como meta 200 respondentes, com a distribuição de respondentes por *campus* do IFRS, conforme o estabelecido no Anexo A, utilizando como base de cálculo o número de estudantes matriculados em cada *campus* no ano de 2016 (IFRS – REITORIA, 2017b). Foi alcançado, tão somente, um total de 177 respondentes, o que consideramos como válido, enquanto volume de respostas para essa pesquisa exploratória, uma vez que o objetivo ficou próximo de ser alcançado e uma estratégia de coleta direta tornaria inviável ao pesquisador, devido os custos com deslocamentos e hospedagem. Entretanto, dos 17 *campi*, apenas 6 destes retornaram respostas e esse aspecto deve ser considerado como relevante, uma vez que poderia conduzir as considerações finais a um viés que não representaria, de fato, o público alvo. A Figura 4 apresenta a disposição das unidades pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Figura 4 – IFRS – instituição multicampi



Fonte: IFRS-Reitoria (2017a)

3.3 INSTRUMENTOS E MEDIDAS

Foram empregadas quatro fases para coleta de dados: a revisão bibliográfica, pesquisa documental, dois questionários estruturados e entrevista semiestruturada. Importante lembrar que os dados obtidos podem ter sido tanto primários, coletados originalmente pelo autor, quanto secundários, oriundos de tratamentos e análises de outros pesquisadores (MALHOTRA, 2006; GIL, 2010).

A técnica de análise de diagnóstico percorre, predominantemente, as recomendações e vantagens elencadas pela ERP. Identificou-se a oportunidade de uso dessa técnica devido aos fatores de tempo necessário para a aplicação de questionários e execução da entrevista, ou seja, a coleta dos dados, assim como o baixo custo despendido. Sobre as três fontes de dados que a técnica recomenda: a) registros escritos; b) entrevistas com informantes-chaves; e c) a observação de campo. Os registros escritos com atas formais sobre a PIEL inexistem, porém há documentos importantes como o Plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal do RS (PDI), e notícias nos *sites* dos *campus* e reitoria do IFRS. Entrevistas com informantes-chave para essa pesquisa ficou restrita a somente uma. Há uma recomendação para que sejam em um número adequado a se ouvir, e indivíduos de distintos públicos que recebam impactos da questão observada, nesse caso impactos da PIEL. Não houve a observação de campo como recomendado pela técnica, porém o autor, em momentos anteriores a essa pesquisa, já esteve nas dependências dos *campi*: Restinga, Porto Alegre, Osório e Caxias do Sul, utilizando, dessa forma, parte de suas memórias para contemplar a recomendação da ERP.

A revisão bibliográfica, primeira ferramenta empregada, encarregou-se da sustentação teórica que permeou todas as etapas, pois subsidiou a construção das demais, que para Gil (2010, p.46) “esse levantamento preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo na qual está interessado”.

A pesquisa ou consulta documental visou resgatar as atas resultantes dos encontros dos servidores envolvidos na construção da política de lazer da instituição para que se obtenham informações relevantes e pertinentes à organização a ser estudada e que possibilitem estabelecer uma boa pauta para as entrevistas, conforme sugerido por Gil (2010).

A terceira ferramenta utilizada na coleta de dados foi desdobrada em dois questionários estruturados aplicados. Um primeiro aos professores participantes do grupo de discussão e construção da PIEL para identificar e caracterizar os atores protagonistas da formulação da proposta, suas abordagens conceituais de lazer; metas e objetivos da PIEL; diagnóstico de estrutura; metodologia da PIEL; identificação da necessidade de profissionalização e considerações finais sobre o tema. Os questionários foram disponibilizados no período de 16 de maio de 2017 a 09 de junho de 2017.

Um segundo questionário dirigido aos destinatários da proposta de política para entendê-los sobre seus dados sociais, suas rotinas, suas atitudes em relação ao lazer – aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais; e hábitos de lazer – aspectos hedonistas, lúdicos e instrutivos. A ferramenta foi construída e aplicada a partir da adaptação de Freire e Fonte (2007); Formiga, Ayroza e Dias (2005); Stocchero e Bernardes (2015).

Malhotra (2006, p.313) assegura que questionários podem ser aplicados por Internet, uma vez que questionários físicos “compartilham muitas das características dos questionários CAPI²³”. Os questionários foram disponibilizados no período de 16 de maio de 2017 a 03 de junho de 2017, sendo enviado o endereço eletrônico, inicialmente para a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), num segundo momento às Direções de Ensino dos *Campi*, e numa fase final a grupos de pesquisa em contato com uma servidora do *Campus Restinga*.

Quanto à entrevista, uma das principais ferramentas para a etapa qualitativa desse estudo, utilizada para “obter respostas sobre o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p.273) e que necessitou de uma estruturação prévia menor, utilizando de um método eletrônico de entrevista por e-mail: “redigida no corpo da mensagem [...] enviada aos entrevistados [...] os entrevistados digitam, nos lugares indicados, as respostas a questões [...] e clicam em ‘responder’” (MALHOTRA, 2006, p.189). Porém com os cuidados requeridos como alerta (GIL, 2010), definindo a entrevista como por pauta, única, com respondente selecionada pelo seu papel relevante no contexto da pesquisa, e com termo de livre consentimento e esclarecimento. O roteiro dessa entrevista possuía 11 questões do tipo aberta.

Dessa forma, termos como lazer, esporte, cultura, arte, espaços, interesses, desenvolvimento, atividades, direitos, recursos, instituição, agenda, política, destinatários e protagonistas estiveram sob um olhar mais criterioso quando relatados pela respondente, buscando associá-los aos temas que sustentam a revisão teórica proposta a essa pesquisa.

²³ CAPI – *Computer-assisted personal interviews* (entrevistas pessoais auxiliadas por computador).

Para a etapa de coleta foram utilizados os recursos da ferramenta “*Google Forms*”, e “*Gmail*” pertencentes ao *Google*, e para o tratamento dos dados foi utilizado o programa “*Excel*”, pertencente à *Microsoft*.

3.4 TRATAMENTO ESTATÍSTICO

A análise de dados para a revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semiestruturada não receberam tratamentos estatísticos. E, como recurso de análise de dados para essas fases de coleta, de uma etapa qualitativa da pesquisa, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo, que segundo Mozzato e Grzybovski (2011) apresenta-se como uma técnica adequada para análises qualitativas pertinente a estudos organizacionais, possibilitando qualidade ao estudo. Malhotra (2006) refere-se a este método como sendo apropriado à unidade de análise que é o discurso por meio de palavras, caracteres, medidas de espaço e tempo, ou seja, quando é a comunicação o fenômeno a ser observado, e não um comportamento ou objetos físicos.

Para o questionário dirigido aos professores participantes do grupo de discussão e construção da PIEL foi realizada uma leitura direta dos valores, apontados ora em forma absoluta, ora em forma percentual.

Para o questionário dirigido aos destinatários da proposta de política a análise do questionário foi dividida em três etapas. A primeira onde se fez uma leitura direta dos valores encontrados, sendo apresentada em valores absolutos ou percentuais e composta pelos blocos sobre os dados sociais, as rotinas. A segunda etapa compreendeu uma leitura interna dos blocos de atitudes face ao lazer e hábitos de lazer. Cada coluna dentro de um bloco poderia alcançar até 1062 pontos possíveis, representados pela fórmula:

$$(n^{\circ} \text{ respondentes} \times n^{\circ} \text{ questões}) = (177 \times 6) = 1062$$

A terceira etapa compreendeu uma leitura entre os blocos das categorias de análise – atitudes face ao lazer e hábitos de lazer. Cada categoria composta por três blocos, sendo que a soma de cada coluna dentro de uma categoria poderia alcançar até 3186 pontos possíveis, representados pelas fórmulas:

$$(\text{bloco 3} + \text{bloco 4} + \text{bloco 5} = \text{categoria atitudes face ao lazer}) = (1062 + 1062 + 1062 = 3186)$$

$$(\text{bloco 6} + \text{bloco 7} + \text{bloco 8} = \text{categoria hábitos de lazer}) = (1062 + 1062 + 1062 = 3186)$$

A prioridade da análise recaiu sobre o valor do **nível de concordância** das respostas enviadas, ou seja, nos somatórios de respostas “concordo” e “concordo totalmente”. Sendo que as assertivas do questionário que receberam os maiores valores absolutos de “discordo totalmente” e “discordo” também foram destacadas.

3.5 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Quanto aos procedimentos éticos para essa pesquisa procuramos seguir como um norte, as recomendações constantes no Código de Ética dos Profissionais de Administração – Resolução Normativa do Conselho Federal de Administração nº 393, de 6 de dezembro de 2010 (CFA, 2010), o qual também se aplica aos tecnólogos com registro nos Conselhos Regionais de Administração, como é o caso aplicado aos Tecnólogos em Gestão Desportiva e de Lazer.

Para Nique e Ladeira (2014, p. 217) não é suficiente seguirmos apenas as leis de um país, e por mais que estas sejam rígidas, “devemos adotar um código de conduta, pois sabemos que em alguns, algo pode ser legal, mas isso não garante que seja ético”.

Entre cuidados de extrema relevância, e sempre pertinente, o hábito de referenciar e respeitar os autores originais adequadamente, evitando plágios, ou citações sem fontes. Também se teve atenção em produzir, dar ciência e obter o consentimento livre e esclarecido de participação da pessoa como sujeito colaborador da pesquisa. Assim, como para esse termo, para os questionários *on line* também foi informado o número de contato telefônico da Coordenação de Curso de Gestão Desportiva e de Lazer, para que aqueles que tivessem quaisquer dúvidas ou interesses pudessem saná-las. A ferramenta utilizada “*Google Forms*” permite que sejam capturados os *e-mails* dos respondentes, porém essa função foi desabilitada pelo autor.

A seguir, o capítulo com a análise dos dados encontrados para esse trabalho.

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

Neste capítulo, estão apresentados as análises quanto ao perfil dos atores protagonistas e destinatários, a abordagem teórica predominante nas discussões de formulação, as atividades e conteúdos prioritários e a formação de uma agenda para a PIEL.

A próxima seção analisará o perfil dos atores protagonistas da PIEL.

4.1 PERFIL DOS ATORES PROTAGONISTAS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

A análise do perfil dos atores protagonistas da PIEL considerou as informações obtidas por entrevista com servidora que havia desempenhado atividades na área da gestão do IFRS e questionários respondidos por docentes que participaram do grupo de trabalho para a formulação da PIEL. Foi destacado um parágrafo final para as considerações de dois respondentes que afirmaram não participar do processo de construção da PIEL, porém com observações consideradas relevantes ao trabalho.

Entre os diferentes atores que protagonizaram, até esse momento, os esforços para a construção da PIEL do IFRS destacamos a ex-Diretora de Extensão do IFRS, será mantida anônima, apenas seu cargo será mencionado. Atualmente desempenhando a docência na área de Administração no Instituto Federal Farroupilha, *Campus* São Borja. Possui formação de Bacharel em Administração, Especialista em Gestão Pública Municipal e Mestre em Gestão Educacional. Atuou como Diretora de Extensão do IFRS no período de 2014 a 2017, seu vínculo com o IFRS iniciou em 2010.

Entre os 4 respondentes do questionário destinado aos participantes do grupo de trabalho para a formulação da PIEL, considerados válidos (4), encontramos as seguintes características: tempo de atividade no IFRS (Gráfico 1), formação na graduação (Gráfico 2) e tema, linha ou projeto de pesquisa recente (Gráfico 3), onde podemos identificar a predominância de docentes da área de Educação Física, vinculados a menos de 10 anos no IFRS e com tema, linha ou projeto recente voltado à Educação, seja a Educação Física e Esporte Escolar ou à Gestão Educacional.

Gráfico 1 – Tempo de atividade no IFRS



Gráfico 2 – Formação na Graduação

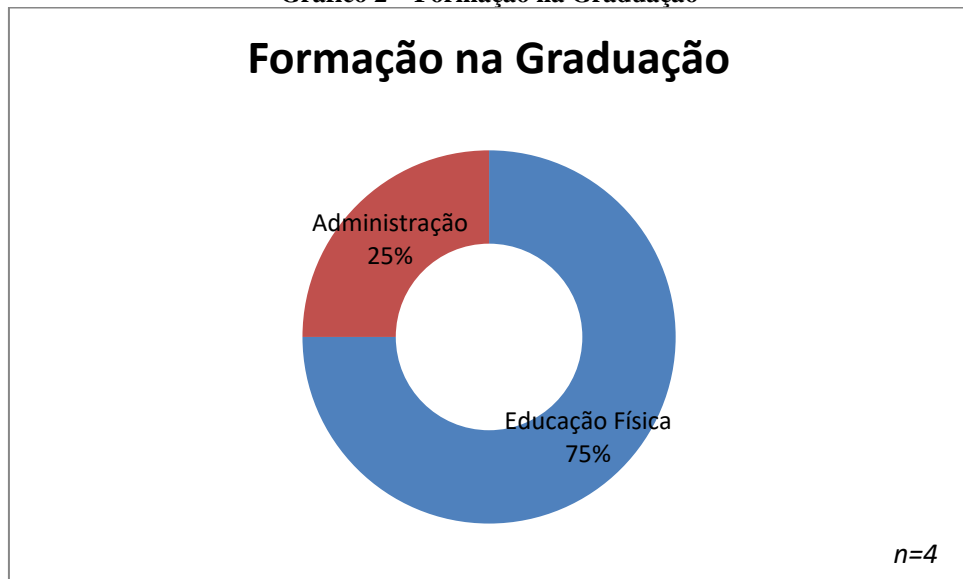
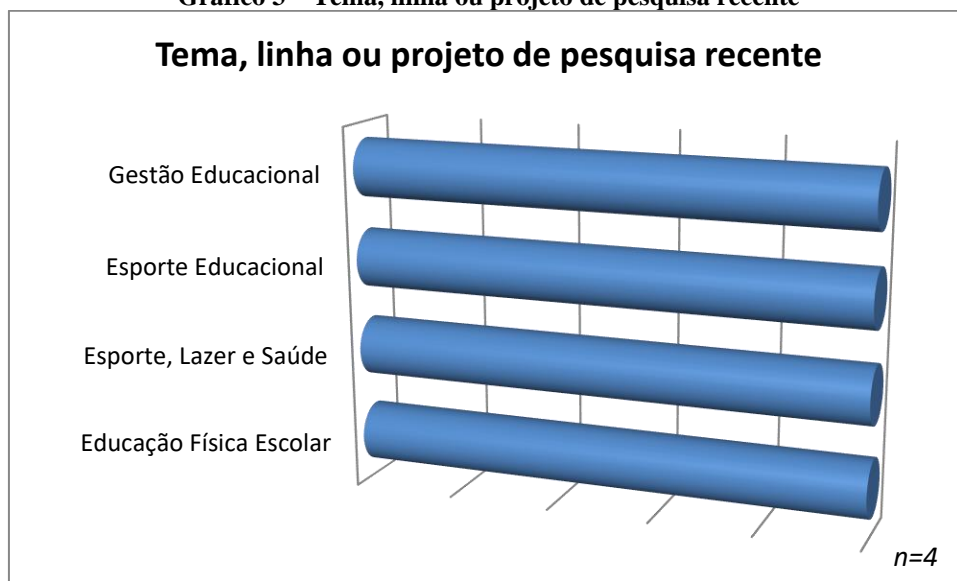


Gráfico 3 – Tema, linha ou projeto de pesquisa recente



Quando perguntada sobre os principais articuladores internos da PIEL e que justificativas os mesmos apresentaram para o pleito, a ex-Diretora de Extensão respondeu que ao assumir o cargo de Diretora de Extensão já se havia a intenção de elaboração da Política de Esporte e Lazer, tendo partido da “Pró-Reitoria de Extensão, com apoio total do Reitor e equipe gestora, além da fundamental participação dos professores de educação física do IFRS” (informação escrita)²⁴ e a justificativa apresentada apontava para a “percepção da gestão da relevância que o esporte e o lazer têm na formação dos nossos estudantes, auxiliando no desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliam na formação humana e cidadã, além de proporcionar qualidade de vida e bem-estar”²⁵, entretanto, perceberam “também que esta deveria ser mais ampla, envolvendo ações voltadas para os servidores do IFRS e também para a comunidade”²⁶.

Ainda sobre as justificativas para o pleito para a construção da PIEL, a ex-Diretora de Extensão respondeu que “o esporte está entre as dimensões da extensão, sendo uma das áreas de atuação propostas na Política de Extensão”²⁷. Ao analisarmos o Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do RS 2014-2018 encontramos entre um dos objetivos estratégicos da área de Extensão do IFRS, a promoção e a integração entre a instituição e a

²⁴ RESPONDENTE 1. Questionário. [mai. 2017]. Elaborador: Paulo Ricardo Corrêa Bernardes. Porto Alegre, 2017. As respostas ao questionário encontram-se no Apêndice B desta monografia. (anonimato sugerido pela banca de avaliação).

²⁵ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

²⁶ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

²⁷ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

sociedade, e a meta número 1 deste objetivo: “organizar, anualmente e no mínimo, 02 (dois) eventos culturais, artísticos, científicos, tecnológicos e esportivos, por campus” (IFRS-REITORIA, 2014b), comprovando que a temática do esporte e lazer está presente na agenda do IFRS. Porém, percebemos como uma temática diluída no conceito de Direitos Sociais, havendo oportunidade para uma apresentação mais explícita da PIEL, enquanto um objetivo estratégico do IFRS.

Quando questionada se a proposta deveria percorrer uma linha teórica restrita ao campo da Educação Física a ex-Diretora de Extensão afirmou que “a proposta não pode englobar apenas a educação física, senão não poderá ser uma política de esporte e lazer”²⁸. Afirmou ainda, que percebem que o lazer envolve outras demandas além das do esporte, tanto que haviam se deparado com a necessidade de estabelecerem uma Política de Arte e Cultura do IFRS, porém, essas são elementos integrantes ao Lazer.

Ao ser questionada sobre o papel que teria desempenhado durante as reuniões do grupo de formuladores da proposta e se suas ações estiveram mais dirigidas às questões de suporte administrativo para o evento, a ex-Diretora de Extensão respondeu que seu principal papel “foi o de tentar fazer com que os professores expressassem porque a política era necessária e o que ela deveria envolver, de fato, de tentar entender qual deveria ser o objetivo da política”²⁹, orientando-os a compreenderem o que é uma política e como essa questão da PIEL se constituiu no debate do IFRS. A mesma questão ainda abordou se havia percebido um comportamento dos formuladores da proposta tentando restringir o debate à esfera acadêmica de seus domínios, sendo que respondeu acreditar numa série de discussões muito positivas, possibilitando um trabalho transversal.

Quando indagada se outros servidores docentes e técnicos a teriam procurado, se oferecendo para contribuir com a PIEL do IFRS, a ex-Diretora de Extensão afirmou que “alguns professores bem ativos que se envolveram com a política em diversos momentos, mas que por outros compromissos pessoais e pessoais não puderam se dedicar ao projeto”³⁰, salientou a participação ativa das professoras Cíntia (*Campus Restinga*) e Daiane (*Campus Caxias do Sul*) envolvidas nessa temática e que buscam envolver outras pessoas nessa proposta. Destacou que “estudantes do curso de Gestão Desportiva e de Lazer sempre se colocaram à

²⁸ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

²⁹ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

³⁰ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

disposição para contribuir”³¹, porém não conseguiram envolver os estudantes nessa construção, tanto que alguns estudantes não teriam mais procurado pela Direção de Extensão.

Quando questionada sobre o conhecimento de algum movimento de resistência entre servidores docentes e técnicos ao grupo formulador da proposta respondeu que não tiveram “nenhum grupo de resistência, inclusive todos apoiaram a iniciativa”³², porém percebeu uma dificuldade em promover o envolvimento das pessoas na construção e discussão da PIEL, e alguns conflitos “entre o que os professores queriam para a área de educação física da instituição”³³.

Quanto às percepções para a metodologia da PIEL, podemos observar, pelo Quadro 1, que os respondentes acreditam que o diagnóstico seja de grande importância para a construção das ações futuras, assim como a educação para o esporte e lazer e envolvimento da comunidade escolar na formulação dessa política. Ainda, acreditam que o planejamento da PIEL precisa ser visto como um processo e não como um produto. O que vai ao encontro das orientações de Chemin (2011) na questão de abrir discussões sobre os conceitos de lazer com diversidade de conteúdos, compreender as políticas de lazer como algo contínuo, integrado e duradouro e a busca por parcerias e recursos, mas mantendo suas funções e responsabilidades.

Quadro 1 – Percepções para a metodologia da PIEL

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
O diagnóstico de todo fenômeno social é extremamente importante para a construção de ações.	0	0	0	2	2
Acredito que a efetivação da PIEL não se dará somente pela elaboração e oferecimento de projetos, mas sim pela educação das pessoas para o esporte e lazer, disponibilidade dos espaços e equipamentos, bem como o acesso aos mesmos por todos aqueles que tiverem interesse.	0	0	0	2	2
Acredito que o planejamento da PIEL precisa ser visto como um processo e não como um produto técnico somente.	0	0	0	2	2
Acredito ser importante coletar somente os dados necessários para auxiliar o diagnóstico e formulação da PIEL.	0	2	1	1	0
Acredito ser importante identificar e analisar somente as informações necessárias para auxiliar o diagnóstico e formulação da PIEL.	0	2	1	1	0
Acredito ser importante envolver a comunidade escolar para auxiliar o diagnóstico e formulação da PIEL.	0	0	0	2	2
O IFRS está realizando um adequado mapeamento/diagnóstico da realidade institucional para o planejamento de ações e política de esporte e lazer.	0	1	3	0	0

³¹ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

³² Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

³³ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

Como relatado na seção sobre população e amostra, entre os respondentes do questionário destinado aos participantes do grupo de trabalho para a formulação da PIEL, duas respostas informaram não terem participado do processo de construção da PIEL, sendo atribuído a esses a denominação de Grupo “X”. Tínhamos nesse Grupo “X” um(a) respondente com 20 anos de atividades vinculadas ao IFRS³⁴, graduação em Licenciatura de Matemática e tendo como tema, linha ou projeto de pesquisa recente “Políticas Públicas e Inclusão Social”, o(a) segundo(a) respondente com 6 anos de atividades vinculadas ao IFRS, graduação em Pedagogia e “Ações Afirmativas” como seu tema, linha ou projeto de pesquisa mais recente.

Um autor, em especial, parece estar quase que completamente desalinhado à abordagem teórica predominante nas discussões do grupo de trabalho da PIEL. Entretanto, para o Grupo “X” pareceu fazer sentido a assertiva que se encontra no Quadro 2: “o tempo não é importante para usufruir o lazer, pois este último se manifesta/expressa numa perspectiva de encontro, percepção e escolhas independentes do tempo” e que remete à Cuenca (2000, p. 62). Pois o “tempo por si mesmo, não define a ação humana” e “a pessoa formada é capaz de converter cada experiência de lazer numa experiência de encontro” (CUENCA, 2000, p.64). É possível que o fato de não serem profissionais oriundos da área de Educação Física os tenha feito perceber de forma razoável a ideia do autor que é a ação humana de converter suas experiências de lazer em experiências de encontros ser mais relevante que o tempo em si.

Quadro 2 – Lazer para Cuenca

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
O tempo não é importante para usufruir o lazer, pois este último se manifesta/expressa numa perspectiva de encontro, percepção e escolhas independentes do tempo.	1	2	0	0	1

Importante relatar que há um posicionamento positivo em relação aos profissionais com formação em Gestão Desportiva e de Lazer participando da construção da PIEL, assim como observadas as respostas dos participantes do grupo de trabalho, no Quadro 3, para o Grupo “X” também há um posicionamento de concordância total, e reforço ao entendimento da necessidade de profissionais da Gestão Desportiva e de Lazer na construção da PIEL.

³⁴ IFRS – Reitoria, 2017a. O IFRS foi criado em 29/12/08, a partir da união de três autarquias federais, sendo assim a docente referiu-se ao tempo em que possui vínculo com o IFRS e incluindo o período de vínculo com o estabelecimento de ensino de origem.

Quadro 3 – Presença de gestores do desporto e lazer na PIEL

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Considero necessária a presença de profissionais com formação na gestão do desporto e lazer para um melhor resultado da PIEL.	0	0	0	2	2

A próxima seção analisará o perfil dos destinatários da PIEL.

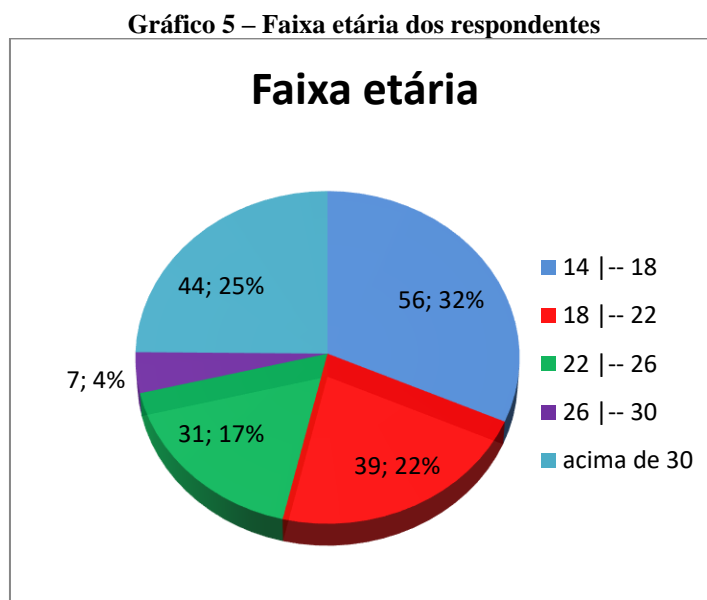
4.2 PERFIL DOS DESTINATÁRIOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

A análise do perfil dos destinatários da PIEL foi distribuída em oito blocos, seguindo a sequência do questionário distribuído aos mesmos.

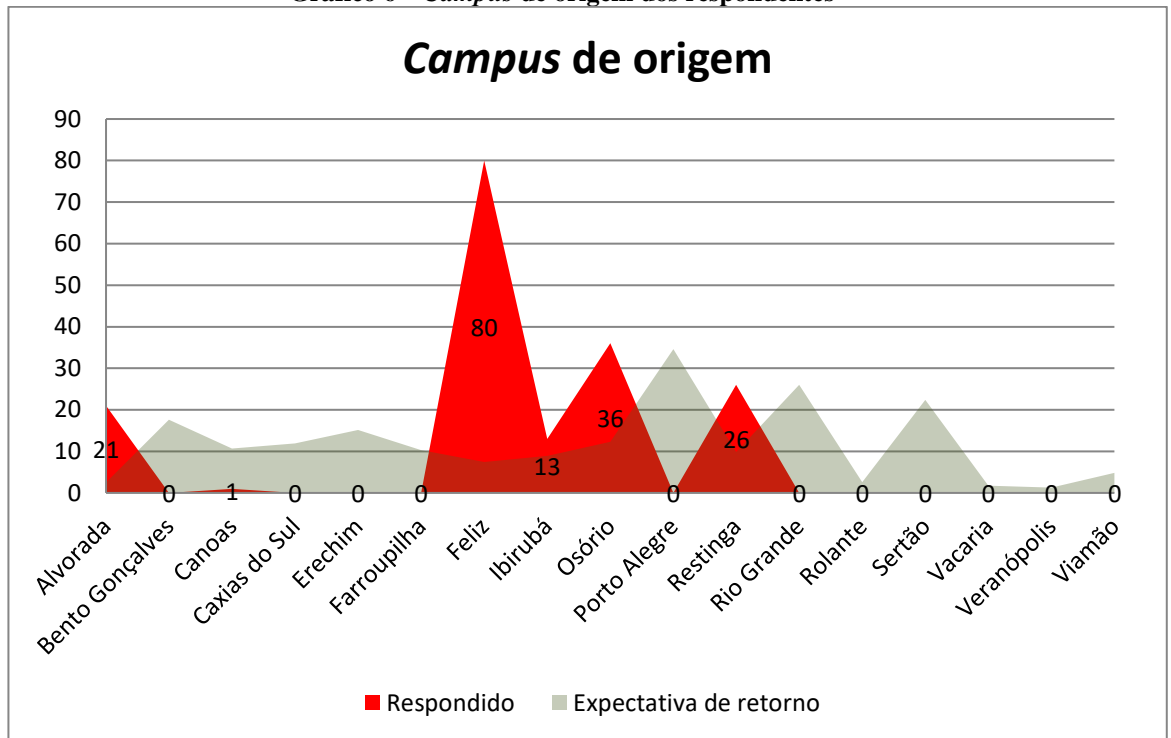
O Bloco 1 do questionário aos destinatários da PIEL refere-se aos dados sociais. O Gráfico 4 apresenta um predomínio de participantes autodeclaradas do sexo feminino, com frequência de 107, representando 60% da amostra; os participantes autodeclarados do sexo masculino, com frequência de 70, representando 40% da amostra. Durante a pesquisa documental não foi encontrada a distribuição real por sexo dos alunos matriculados e servidores do IFRS, dessa forma, a representação informada fica restrita aos participantes da pesquisa sem possibilidade de alguma projeção com números oficiais.

Gráfico 4 – Sexo dos respondentes

O Gráfico 5 indica um predomínio entre alunos com idade entre 14 e 22 anos incompletos, somando 54% da amostra. No entanto, a presença de alunos com idade acima de 30 anos é significativa, representando 25% entre os respondentes da pesquisa.



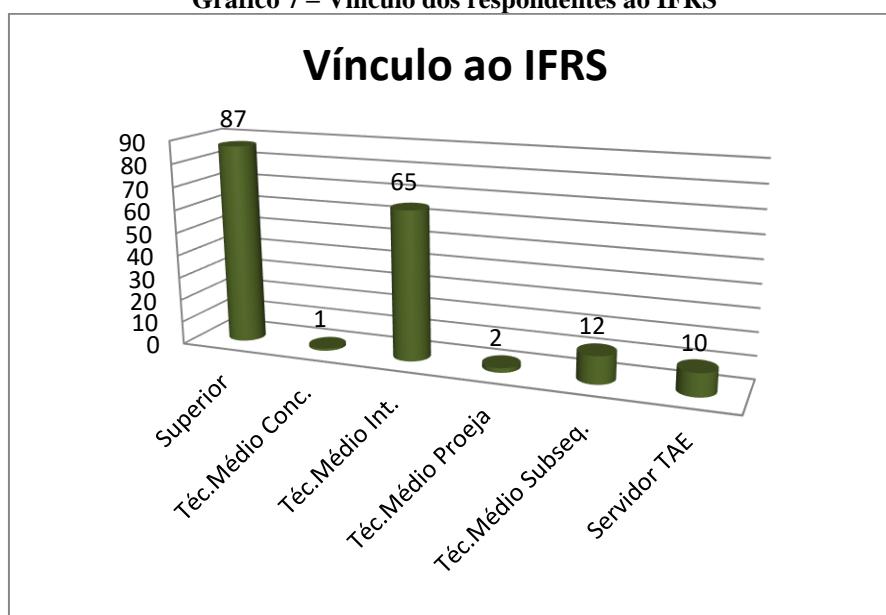
Quanto ao *campus* de origem dos respondentes, podemos observar essa representação no Gráfico 6 e na Tabela 1, sendo que a meta pré estabelecida de uma maioria de *campi* serem participantes não foi alcançado, dos 17 apenas 6 *campi* retornaram respostas: Alvorada, Canoas, Feliz, Ibirubá, Osório e Restinga. Destaca-se a considerável participação do *Campus* da cidade de Feliz, representando, aproximadamente 45% do total de respondentes, pretendia-se um volume de respostas de 7 questionários e alcançou um total de 80 respondentes. Essa participação maciça pode ser um indicador de profundo interesse desta comunidade acadêmica específica, refletindo-se na pesquisa como um público profundamente engajado na temática esporte e lazer. O *Campus* Osório teve o triplo de respostas pretendidas; o *Campus* Restinga obteve 2,6 vezes mais o número de questionários respondidos que o esperado, sendo necessário esclarecer que nesse *Campus* ocorre a verticalização do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, contemplado pelo curso integrado ao Ensino Médio “Técnico em Lazer”, o curso subsequente ao Ensino Médio “Guia de Turismo”, e o curso superior tecnológico em “Gestão Desportiva e de Lazer”.

Gráfico 6 – *Campus* de origem dos respondentesTabela 1 – *Campus* de origem

<i>Campus</i>	Respondidos	Expectativa de retorno
Alvorada	21	3
Bento Gonçalves	0	18
Canoas	1	11
Caxias do Sul	0	12
Erechim	0	15
Farroupilha	0	10
Feliz	80	7
Ibirubá	13	9
Osório	36	12
Porto Alegre	0	35
Restinga	26	10
Rio Grande	0	26
Rolante	0	3
Sertão	0	22
Vacaria	0	2
Veranópolis	0	1
Viamão	0	5
Total (IFRS)	177	200

Quanto ao vínculo do respondente com o IFRS, o Gráfico 7 demonstra uma distribuição muito próxima entre vinculados aos cursos superiores e de ensino médio. Porém ao compararmos com os percentuais de alunos matriculados no ano de 2016, onde os alunos vinculados em cursos superiores representam 40% e os do ensino médio técnico 60%, na presente pesquisa representam 49% e 45%, respectivamente. É possível que tal distorção tenha ocorrido em virtude de uma aproximação do pesquisador ao *Campus* Restinga, onde mantém seu vínculo com o IFRS e ter despertado interesse nesse trabalho junto aos demais colegas de curso. Para essa pesquisa não houve uma inquietação com estudos de correlação entre variáveis de forma tão refinada e muito específica, porém é possível derivar esse questionamento a outros trabalhos futuros, sendo importante lembrar que se trata de um estudo exploratório e que pretende encontrar novas proposições à temática da PIEL que se encontra num momento embrionário de desenvolvimento. Uma oportunidade de correção desse ponto da ferramenta elaborada para compreensão dos destinatários da PIEL refere-se ao pedido de acréscimo das opções “servidor docente” e “servidor terceirizado”.

Gráfico 7 – Vínculo dos respondentes ao IFRS



O Gráfico 8 está no bloco de dados sociais e geográficos para identificar uma condição de poder de compra e consumo do núcleo familiar do respondente. Essa questão poderia ter sido inserida no bloco seguinte que trata das rotinas dos respondentes, devido a esse caráter de possibilidade de análise por ambos os aspectos foi colocada como um elemento de transição entre os dois blocos. Podemos identificar que ocorre um uso preponderante do automóvel ou moto para o deslocamento até o *Campus*, essa informação corrobora os dados do PNAD 2012,

que informa que 54% das famílias brasileiras possuem automóveis ou motocicletas (IPEA, 2013). Núcleos familiares da região sul do país, com uma renda per capita média a partir de R\$ 1000,00 provavelmente concentram a posse de veículos (IPEA, 2013), conforme podemos perceber pela Figura 5. Uma oportunidade de correção desse ponto da ferramenta elaborada para compreensão dos destinatários da PIEL refere-se ao pedido de acréscimo das opções “à cavalo” e “carroça”, e acréscimo da expressão “de modo preponderante por” ao questionamento ao respondente.

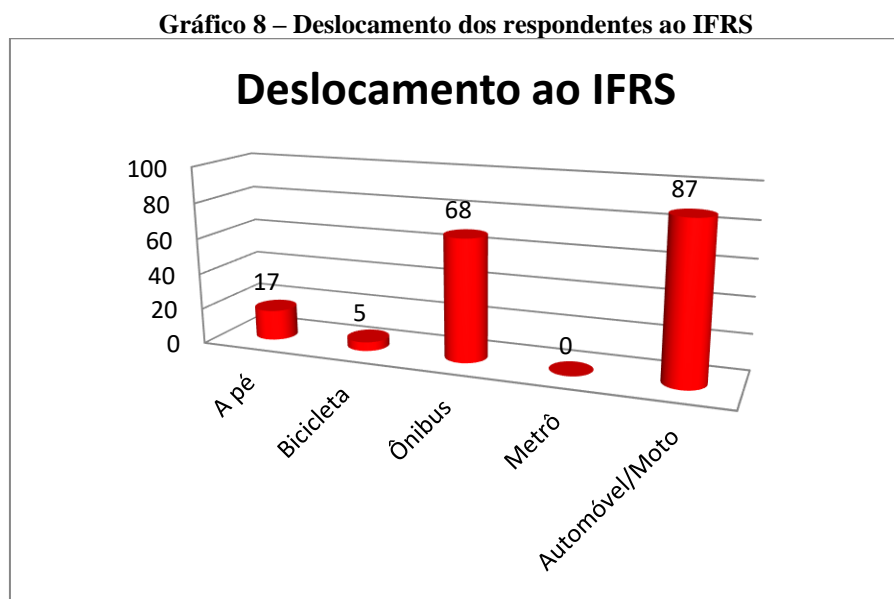
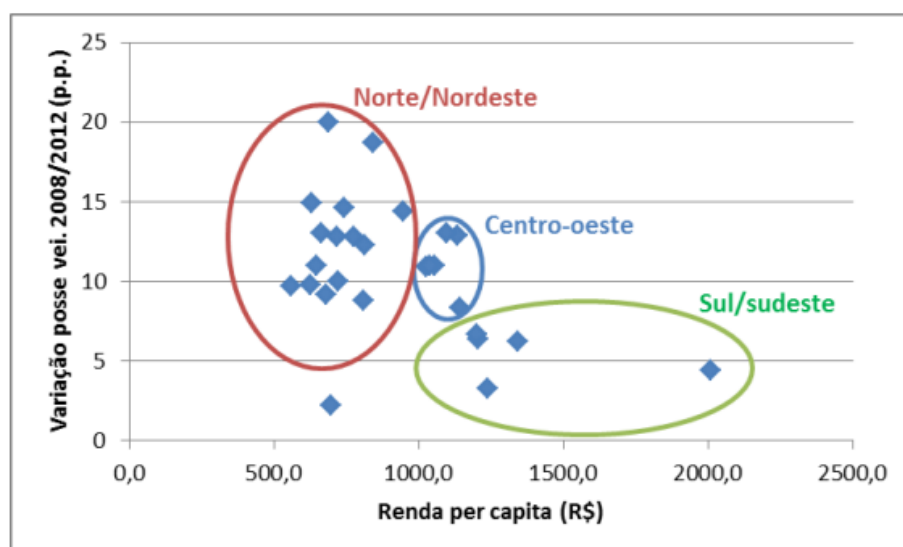


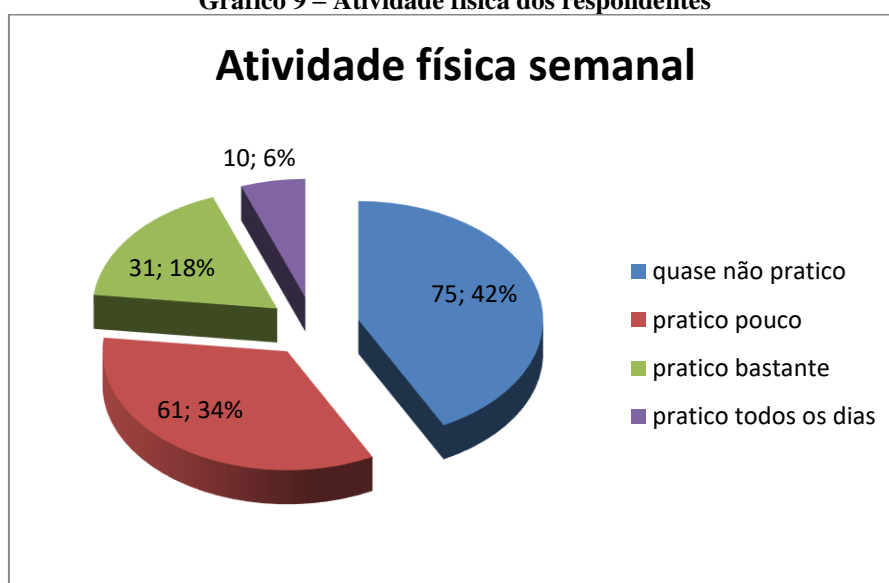
Figura 5 – Gráfico de dispersão com a posse de veículos x renda *per capita* média por estado



Fonte: IPEA, 2013

O Bloco 2 do questionário aos destinatários da PIEL refere-se às rotinas. O Gráfico 9 traz uma perspectiva negativa muito séria sobre o hábito de prática de atividades físicas diárias. Apenas 24% dos respondentes afirmam praticar atividades físicas todos os dias ou bastante, e 76% praticam pouco ou quase não praticam. Há uma relação aparente com a questão anterior sobre a forma de deslocamento ao *Campus*, a ser aprofundada posteriormente essa correlação. Esse indicativo de sedentarismo deve ser uma questão a ser contemplada na construção da PIEL, seja em forma de esclarecimentos em palestras, vídeos institucionais, atividades de ensino ou programas de extensão.

Gráfico 9 – Atividade física dos respondentes



A prática de atividade física diária como podemos identificar pela Tabela 2 está reforçando a informação sobre o sedentarismo do público respondente. Quando perguntados sobre a atividade física semanal e diária, os dois percentuais convergem.

Tabela 2 – Prática de atividade física diária

Número de horas %	f _i	fr _i %
0 + 1	74	42,0
1 + 2	72	41,0
2 + 3	15	8,0
3 + 4	8	5,0
superior a 4	8	5,0
resposta inválida	0	0,0
total	177	100,0

A Tabela 3 apresenta que 47% dos respondentes vão até 1 vez, no período de um mês, a uma praça ou parque. Trata-se de um importante apontamento sobre hábitos de lazer e esportes, assim como de apropriação de espaços públicos. A PIEL poderá ter como apontamento para suas ações, associada aos projetos de extensão e pesquisa, identificando sobre os usos e a qualidade de praças e parques nas comunidades de entorno dos *campi*. Algumas respostas foram aceitas, mesmo não respeitando a recomendação de escrever apenas em números a quantidade de idas a praças e parques, porém era compreensivo determinar uma quantidade de idas. Exemplificando: “1 vez por semana” – foi computada como 4 idas mensais; “3 vezes” e “3, mas é para beber” – computadas como 3 idas mensais. Uma resposta foi invalidada por conter o termo “50%” – que por ficar mais difícil de compreender o significado real dessa resposta foi então descartada das demais opções.

Tabela 3 – Idas mensais a praças e parques

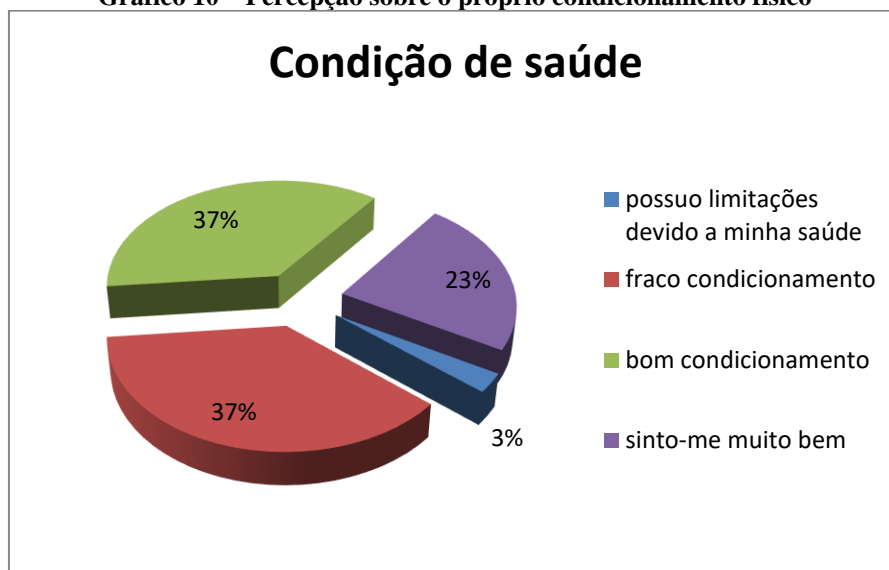
Idas	f_i	fr,%
0	49	28,0
1	33	19,0
2	34	19,0
3	18	10,0
4	20	11,0
5	10	6,0
6	0	0,0
7	2	1,0
mais de 8	10	6,0
resposta inválida	1	1,0
total	177	100,0

Quanto à questão sobre horas dedicadas às atividades culturais diárias não tínhamos intenções de qualificar se essa era uma atividade complexa ou simples, erudita ou popular, relevante ou descartável, dentro ou fora do IFRS, a qualificação dessa atividade fica à critério pessoal de cada um dos respondentes. Porém, nossa intenção é descobrir a quantidade de tempo que os respondentes consideram que estão envolvidos em atividades culturais. A Tabela 4 demonstra que apenas 23% consideram que dedicam menos de 1 hora diária a atividades culturais diárias. Uma resposta foi invalidada por conter o termo “não sei o que é isto, mas vagabundeio bastante” – que por ficar mais difícil de compreender o significado real dessa resposta foi então descartada das demais opções.

Tabela 4 – Horas dedicadas à atividade cultural diária

Horas	f _i	fr,%
menos de 1	40	23,0
1 + 2	66	37,0
2 + 3	36	20,0
3 + 4	14	08,0
superior a 4	20	11,0
resposta inválida	1	1,0
total	177	100,0

O Gráfico 10 apresenta os valores encontrados sobre a percepção do condicionamento físico. Essa informação parece um tanto quanto incoerente, merecendo aprofundamento em estudos futuros. Foram perguntados sobre como percebem a condição própria de saúde, de uma forma geral. Embora tenhamos a informação que 76% quase não pratique ou pratique pouco atividade física e que 49% efetuam o deslocamento até o IFRS por automóvel ou moto. Mesmo com um estilo de vida sedentário os respondentes declararam-se com um bom condicionamento ou sentindo-se muito bem com um total 60% de respostas.

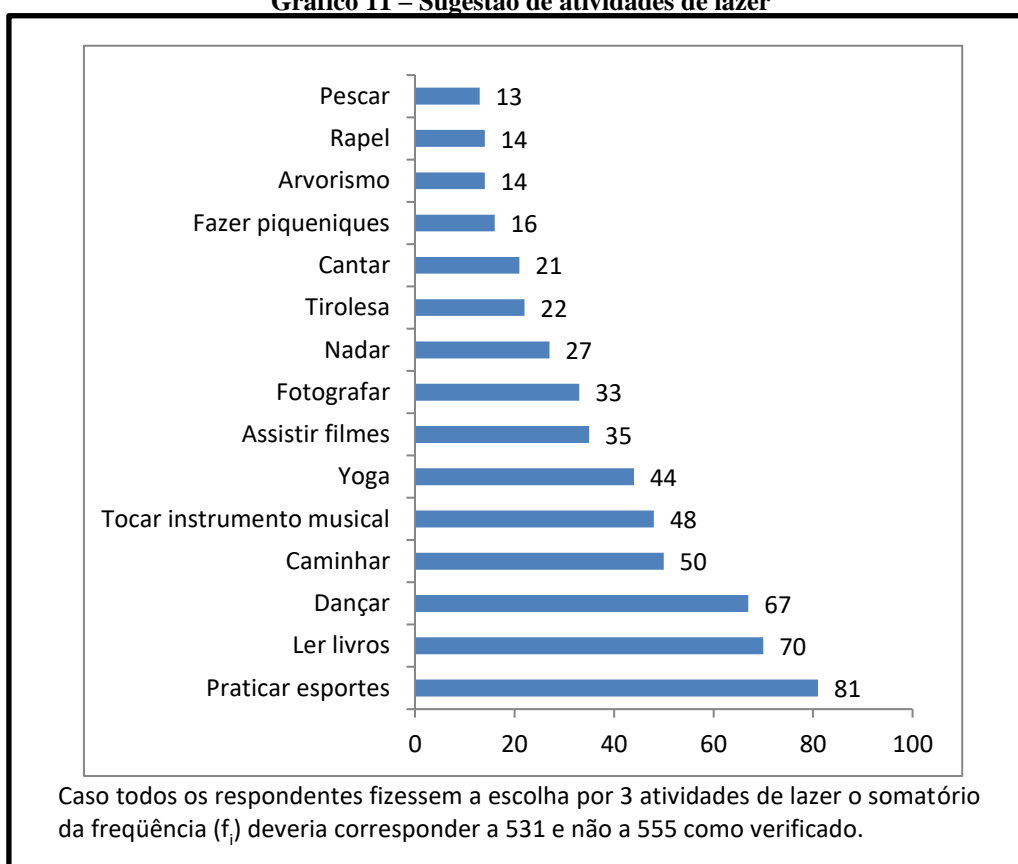
Gráfico 10 – Percepção sobre o próprio condicionamento físico

Antes de realizar a análise sobre atividades de lazer obrigatórias que seriam propostas pelos destinatários da PIEL convém lembrar que lazer trata-se de escolhas pessoais, então não seria adequado obrigarmos a qualquer um fazer as atividades conforme nossos interesses. No entanto, o propósito dos enunciados dessa questão e a referente à sugestão de atividades esportivas obrigatórias terem sido construídos dessa forma foi deixar o respondente livre de

quaisquer freios, dando a ele poder absoluto para determinar aquilo que ele considera realmente relevante a ele nos aspectos de lazer e esporte.

A atividade de lazer mais referida, como podemos observar no Gráfico 11 foi a “praticar esportes” com 81 citações. A segunda atividade foi “ler livros” com 70 citações, “dançar” com 67 citações foi a terceira atividade, “caminhar” com 50 citações e “tocar instrumento musical” com 48 citações foram a quarta e quinta atividades, respectivamente, citadas. Entre as cinco atividades de lazer mais citadas observamos duas onde predominam aspectos voltados às artes e literatura, duas onde predominam aspectos de atividades físicas e uma híbrida, que possui aspectos tanto físicos-motores quanto aspectos artísticos.

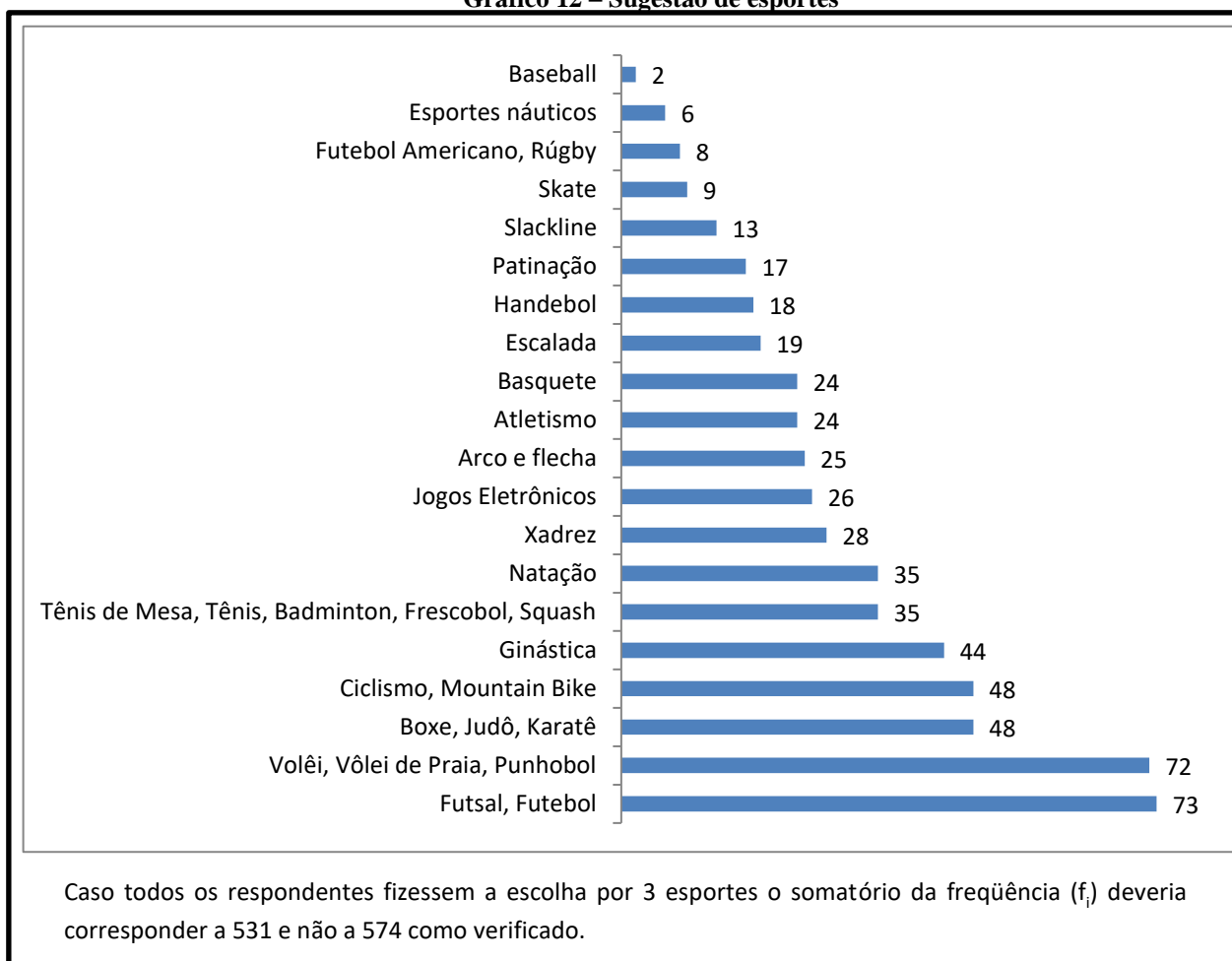
Gráfico 11 – Sugestão de atividades de lazer



Quanto à sugestão de esportes obrigatórios realizamos o agrupamento de algumas modalidades, uma vez que algumas rotinas de fundamentos serem comuns ou se referirem a uma categoria muito próxima entre modalidades. Assim: futsal e futebol; vôlei, vôlei de praia, punhobol; boxe, judô, karatê, enquanto lutas; ciclismo e *mountain bike*; tênis de mesa, tênis, *badminton*, frescobol e *squash* enquanto esportes com raquete; futebol e americano e rugby. O grupo de esportes mais referido, como podemos observar no Gráfico 12, foi “futsal e futebol” com 73 citações. O segundo grupo foi “vôlei, vôlei de praia e frescobol” com 72 citações,

atividades de lutas “boxe, judô e karatê” e “ciclismo e *mountain bike*” ficaram empatados como o terceiro grupo de esportes com 48 citações, a “ginástica” foi a quinta atividade esportiva com maior citação, com 44 menções. Entre os cinco grupos de esportes mais citados podemos observar que predominam os esportes coletivos frente a esportes com características mais individuais, embora alguns possam também ser efetuados em equipe.

Gráfico 12 – Sugestão de esportes



Correspondem à categoria atitudes face ao lazer, os blocos 3 – aspectos cognitivos, 4 – aspectos afetivos e 5 – aspectos comportamentais do questionário. Correspondem à categoria de hábitos de lazer, os blocos 6 – aspectos hedonistas, 7 – aspectos lúdicos e 8 – aspectos instrutivos. O Quadro 4 mostra os valores agrupados de concordância (opções concordo e concordo totalmente) dos respondentes da pesquisa com as assertivas de cada bloco. Ao analisar os valores do nível de concordância de atitudes face ao lazer e hábitos de lazer, podemos perceber uma predisposição favorável ao lazer, com um alto envolvimento de crenças,

sentimentos e intenções de agir que, no entanto, não se reflete de modo proporcional em hábitos de lazer.

Quadro 4 – Relação de concordância entre atitudes face ao lazer e hábitos de lazer

Categoria de Análise – atitudes face ao lazer	Nível de Concordância	
Bloco 3 – aspectos cognitivos	963	2586
Bloco 4 – aspectos afetivos	875	
Bloco 5 – aspectos comportamentais	748	
Categoria de Análise – hábitos de lazer	Nível de Concordância	
Bloco 6 – aspectos hedonistas	869	2080
Bloco 7 – aspectos lúdicos	596	
Bloco 8 – aspectos instrutivos	615	

A seguir estão representadas as respostas para as questões contidas na categoria de atitudes face ao lazer. Podemos observar uma predominância das respostas “concordo totalmente” e “concordo” revelando uma predisposição positiva dos respondentes em agir face às atividades de lazer apresentadas. Caberá aos formuladores da PIEL apreciar e contemplar oportunidades de vivenciar de modo mais sistemático as atividades de lazer. Como apontam Freire e Fonte (2007, p. 85) que além do “nível do conhecimento dos processos sócio-cognitivos” é importante que as estratégias definidas para o envolvimento e adesão nas intervenções estruturadas sejam oferecidas, neste caso, oferecidas na PIEL.

Em cada um dos blocos da categoria de atitudes face ao lazer foram destacadas as afirmativas com os maiores valores de concordância e de discordância nas assertivas. Quanto à questão com maior valor entre os aspectos cognitivos, observar o Quadro 5, com 130 respostas que concordam totalmente, temos a assertiva “Acredito que as atividades de lazer são benéficas para os indivíduos e para as sociedades, contribuem para a saúde das pessoas, ajudam a renovar as energias, e pode ser uma forma de autocrescimento”. A partir dessa resposta podemos preparar uma estratégia de comunicação evidenciando os pontos de benefícios individuais e coletivos, saúde e desenvolvimento, para que a PIEL consiga envolver e motivar a comunidade, proporcionando uma corresponsabilização pelo sucesso desta, de acordo com o que Kleba *et. al.* (2015) expuseram em relação ao diagnóstico na estratégia do programa saúde da família.

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos cognitivos, com 3 respostas que discordam totalmente, temos a assertiva “Acredito que as pessoas criam amizades nas suas atividades de lazer e aumenta a felicidade das pessoas”. O conjunto de respostas que discordam totalmente das assertivas do bloco de aspectos cognitivos é pouco relevante, atingindo uma baixa pontuação geral.

Quadro 5 – Bloco 3 – atitudes face ao lazer – aspectos cognitivos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	totais
Acredito que envolver-me em atividades de lazer é uma boa forma de usar o tempo.	3	1	8	67	98	177
Acredito que as atividades de lazer são benéficas para os indivíduos e para as sociedades, contribuem para a saúde das pessoas, ajudam a renovar as energias, e pode ser uma forma de auto-crescimento.	2	0	4	41	130	177
Acredito que as pessoas criam amizades nas suas atividades de lazer e aumenta a felicidade das pessoas.	3	3	15	63	93	177
O lazer aumenta a produtividade das pessoas no trabalho.	2	2	18	66	89	177
Acredito que as atividades de lazer ajudam as pessoas a relaxarem.	2	1	12	53	109	177
Acredito que as atividades de lazer são importantes e que as pessoas precisam, pois são oportunidades de contatos sociais.	3	2	18	68	86	177
Pontos totais	15	9	75	358	605	1062
				963		

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos afetivos, observar o Quadro 6, com 100 respostas que concordam totalmente, temos a assertiva “Gosto e valorizo as minhas atividades de lazer, elas me dão prazer e quando estou envolvido(a) em atividades de lazer o tempo voa”. A partir dessa resposta podemos reforçar e corroborar a abordagem conceitual de Dumazedier (2012) para o qual o lazer seria antes de qualquer outra coisa, liberação e prazer; e capaz de promover qualidade de vida, bem-estar, prazer e auto-humanização conforme aborda Chemin (2011). A PIEL deve priorizar esse aspecto de permitir sentir-se prazer quando envolvido em alguma atividade.

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos afetivos, com 7 respostas que discordam, temos a assertiva “As minhas atividades de lazer absorvem-me ou exigem a minha total atenção”. O conjunto de respostas que discordam ou discordam totalmente das assertivas do bloco de aspectos afetivos é pouco superior ao bloco de aspectos cognitivos, ainda assim pouco relevante, atingindo uma baixa pontuação geral. Porém, olhando para o conjunto de respostas a essa assertiva podemos perceber que foi a que obteve o menor número de respostas concordando totalmente com ela. Marcellino (2012) já alertava para o fato de lazer ser entendido e associado, de forma limitada, a atividades recreativas, surgindo uma importante oportunidade para a PIEL fomentar discussões sobre o lazer como um direito social constitucional.

Quadro 6 – Bloco 4 – atitudes face ao lazer – aspectos afetivos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	totais
Gosto e valorizo as minhas atividades de lazer, elas me dão prazer e quando estou envolvido(a) em atividades de lazer o tempo voa.	2	2	15	58	100	177
Durante as minhas atividades de lazer posso ser eu próprio.	3	3	25	62	84	177
Gosto do tempo que passo quando estou envolvido em atividades de lazer, as minhas atividades de lazer propiciam-me experiências encantadoras.	2	3	21	66	85	177
Sinto que o lazer é bom pra mim, as minhas atividades de lazer são reparadoras.	2	1	24	66	84	177
Considero apropriado um envolvimento freqüente em atividades de lazer, sinto que não se trata de um tempo perdido.	2	3	12	62	98	177
As minhas atividades de lazer absorvem-me ou exigem a minha total atenção.	5	7	55	59	51	177
Pontos totais	16	19	152	373	502	1062
				875		

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos comportamentais, observar o Quadro 7, com 99 respostas que concordam totalmente, temos a assertiva “Faria mais e novas atividades de lazer se tivesse mais tempo e dinheiro”. Essa resposta pode significar uma concepção para os respondentes de que o lazer está associado a uma atividade de consumo comercial, sendo papel da PIEL, reforçando observação anterior, fomentar discussões sobre o lazer como direito social que deveria preponderar sobre uma dimensão econômica, independente de relações de consumo, conforme Calvet (2006 *apud* CHEMIN, 2011).

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos comportamentais, com 35 respostas que discordam, temos a assertiva “Dentre as atividades que tenho dou grande prioridade às de lazer”. Essa resposta pode estar relacionada ao momento de vida dos respondentes, devendo se considerar a faixa etária e forma de vínculo ao IFRS, sendo que um momento de necessidade de afirmação sócio econômica pode induzir ao pensamento do lazer como algo secundário em suas vidas, uma vez que poderá estar dando prioridade a outras questões de sua agenda de compromissos pessoais; ou estar relacionada à origem do respondente. Como não foram feitas correlações entre variáveis para esse estudo, esta questão merecerá ser explorada com maior profundidade na construção da PIEL. Dentro da categoria de atitudes face ao lazer, os aspectos comportamentais foram o que apresentaram a maior pontuação de discordância.

Quadro 7 – Bloco 5 – atitudes face ao lazer – aspectos comportamentais

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	totais
Gostaria de ter mais tempo de educação e preparação para atividades de lazer. Se tivesse oportunidade aumentaria a quantidade de tempo que passo em atividades de lazer.	1	3	21	55	97	177
Compro artigos e equipamentos para usar nas minhas atividades de lazer sempre que as minhas possibilidades financeiras assim o permitem.	13	22	40	68	34	177
Faria mais e novas atividades de lazer se tivesse mais tempo e dinheiro.	2	2	12	62	99	177
Se pudesse escolher, viveria num ambiente ou cidade que tivesse mais oportunidades de lazer.	6	4	21	53	93	177
Participaria numa aula ou seminário para ser mais capaz de fazer melhor as atividades de lazer.	9	8	52	59	49	177
Dentre as atividades que tenho dou grande prioridade às de lazer.	10	35	53	42	37	177
Pontos totais	41	74	199	339	409	1062
				748		

A seguir estão representadas as respostas para as questões contidas na categoria de hábitos de lazer. Podemos observar uma leve predominância das respostas “concordo totalmente” e “concordo”, entretanto, há um evidente crescimento de respostas de discordância ou indiferença (opção não discordo nem concordo) por parte dos respondentes em relação ao seu agir face aos hábitos de lazer apresentados. Formiga, Ayrosa e Dias (2005, p. 77) haviam alertado sobre uma “possibilidade de elaborar novos itens” para os aspectos lúdicos e instrutivos, visto que esses não teriam alcançado o fator alfa de Crombach (α) adequado. É possível perceber que há uma predisposição de se pensar em usufruir de lazer maior que a ação efetiva de se vivenciar o lazer. Caberá aos formuladores da PIEL apontar um conjunto de atividades para que os destinatários dessa possam, conforme Cuenca (1997 *apud* BOEIRA, 2005), usufruir de experiências enriquecedoras com sentidos e significados sociais, e que oportunizem um desenvolvimento pessoal, social e comunitário.

Em cada um dos blocos da categoria de hábitos de lazer foram destacadas as afirmativas com os maiores valores de concordância e de discordância nas assertivas. Quanto à questão com maior valor entre os aspectos hedonistas, observar o Quadro 8, com 120 respostas que concordam totalmente, temos a assertiva “Gosto de ir a shows, teatro, cinema, assistir a filmes em casa (*TV, internet, DVD, Blue Ray*)”. Esse alto valor de respostas está associado ao que Formiga, Ayrosa e Dias (2005, p. 76) afirmam estar associado ao caráter de “prazer individual e imediato”. Esse valor merece maior aprofundamento, pois poderá revelar uma associação direta com a percepção de fraco condicionamento já apresentada anteriormente, sendo que para

Espinosa³⁵ (2000 apud FORMIGA, AYROSA, DIAS, 2005, p. 73) “o hábito de lazer, especificamente do tipo videogame e programas de televisão, têm levado os jovens a se privarem de situações reais na sua própria vida, não os colocando em conflito com seus valores”.

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos hedonistas, com 18 respostas que discordam totalmente, temos a assertiva “Gosto de comprar roupas”. O conjunto de respostas que discordam totalmente das assertivas do bloco de aspectos cognitivos já apresentam certa relevância, atingindo uma pontuação geral próxima a 9% do valor do nível de concordância.

Quadro 8 – Bloco 6 – hábitos de lazer – aspectos hedonistas

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	totais
Gosto de ir a shows, teatro, cinema, assistir a filmes em casa (68V, internet, DVD, Blue Ray).	1	3	9	44	120	177
Gosto de ir à piscina, à praia (balneários de água doce ou salgada).	8	6	22	66	75	177
Gosto de “jogar conversa fora”, contar piadas, encontrar-me com alguém (amigos, paquera, etc.).	3	7	11	59	97	177
Gosto de navegar na internet.	2	4	18	73	80	177
Gosto de ir a bares ou restaurantes.	2	5	18	69	83	177
Gosto de comprar roupas.	18	18	38	47	56	177
Pontos totais	34	43	116	358	511	1062
				869		

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos lúdicos, observar o Quadro 9, com 68 respostas que concordam totalmente, temos a assertiva “Gosto de praticar esportes”. Esse valor de resposta era esperado, pois quando orientados a sugerir três atividades de lazer obrigatórias a opção praticar esportes foi a que recebeu o maior número de citações. Não se entrou na discussão de quais dimensões do esporte os respondentes gostariam de se envolver, se educacional, se de participação ou se de formação para rendimento, por acreditamos que esse debate deverá ocupar espaço na agenda da PIEL, e para tal será necessário esclarecimentos e apropriação dos temas e como esses repercutirão no dia-a-dia do IFRS.

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos lúdicos, com 31 respostas que discordam, temos a assertiva “Gosto de jogar videogame ou jogos de aventura e ação”. Essa questão merece um posterior cruzamento com a variável sexo, para identificar se há correlação com o fato de 60% de respondentes serem mulheres. O conjunto de respostas que discordam e

³⁵ ESPINOSA, P. (2000). *Razonamiento moral y conducta social em el menor*. Tese de Doutorado. Universidade da Coruña, España.

discordam totalmente das assertivas apresenta relevância, uma vez que se trata do “caráter instrumental do lazer” (FORMIGA, AYROSA, DIAS, 2005, p. 76) e atingiram pontuação geral de 34% do valor do nível concordância. Considerar o quociente entre o somatório de respostas discordo totalmente mais discordo, sobre o somatório de respostas concordo e concordo totalmente. Ou seja, uma relação de (204/596) respostas.

Quadro 9 – Bloco 7 – hábitos de lazer – aspectos lúdicos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	totais
Gosto de jogar videogames ou jogos de aventura e ação.	21	31	33	42	50	177
Gosto de ir ao jardim zoológico.	17	22	50	56	32	177
Gosto de praticar esportes.	3	10	39	57	68	177
Gosto de dirigir carro ou moto.	18	21	50	37	51	177
Gosto de passear de bicicleta, patins, patinete, etc.	9	9	31	63	65	177
Gosto de participar de passeatas em favor do fim dos problemas ambientais, sociais e políticos.	26	17	59	44	31	177
Pontos totais	94	110	262	299	297	1062
				596		

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos instrutivos, observar o Quadro 10, com 85 respostas que concordam totalmente, temos a assertiva “Gosto de ler livros”. Esse valor de resposta era esperado, pois quando orientados a sugerir três atividades de lazer obrigatórias a opção ler livros foi a segunda a receber o maior número de citações.

Quanto à questão com maior valor entre os aspectos instrutivos, com 51 respostas que discordam totalmente, temos a assertiva “Gosto de ir a cultos religiosos”. O conjunto de respostas que discordam totalmente das assertivas do bloco de aspectos instrutivos apresenta relevância e atingiram pontuação geral de 34% do valor do nível concordância. Considerar o quociente entre o somatório de respostas discordo totalmente mais discordo, sobre o somatório de respostas concordo e concordo totalmente. Ou seja, uma relação de (210/615) respostas. Trata-se de um fator de grande importância, independente da ação elencada, e que segundo Formiga, Ayrosa e Dias (2005, p. 76) “ênfatisa a experiência de aperfeiçoamento e crescimento desenvolvida pelos sujeitos, tornando-os capaz de certas escolhas de lazer diferenciadas e exclusivas para eles”, assumindo a transferência de seus conhecimentos.

Quadro 10 – Bloco 8 – hábitos de lazer – aspectos instrutivos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente	totais
Gosto de ler livros.	6	4	25	57	85	177
Gosto de ler revistas.	12	19	50	62	34	177
Gosto de ler jornais.	14	14	47	66	36	177
Gosto de fazer trabalhos manuais (pintar, escrever, fazer artesanato, etc.).	11	27	33	53	53	177
Gosto de visitar familiares.	9	14	34	61	59	177
Gosto de ir a cultos religiosos.	51	29	48	30	19	177
Pontos totais	103	107	237	329	286	1062
				615		

A próxima seção analisará a abordagem teórica predominante nas discussões de formulação da PIEL.

4.3 ABORDAGEM TEÓRICA PREDOMINANTE NAS DISCUSSÕES DE FORMULAÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

Para analisar e compreender a abordagem teórica predominante nas discussões de formulação da PIEL do IFRS utilizaremos informações obtidas na entrevista com a ex-Diretora de Extensão e no questionário para os docentes integrantes do grupo de trabalho.

Quando questionada se a proposta da PIEL deveria percorrer uma linha teórica restrita ao campo da Educação Física, a ex-Diretora de Extensão discorda de tal posicionamento. Segundo seu depoimento, trata-se de uma discussão já realizada na Pró-Reitoria de Extensão resultando na percepção de que o lazer não está restrito ao esporte, e dessa forma “a proposta não pode englobar apenas a educação física, senão não poderá ser uma política de esporte e lazer”³⁶.

Quando solicitado que fossem citados três autores essenciais para a concepção teórica do esporte e lazer foram mencionados 8 autores, sendo que Marcellino recebeu duas menções. Apenas 3 respondentes responderam a essa questão. Observe abaixo o Quadro 11.

³⁶ Ibidem: RESPONDENTE 1, 2017.

Quadro 11 – Autores citados como essenciais para a teoria do esporte e lazer

Autores	Citações
Bracht	1
Darido	1
Dumazedier	1
Huizinga	1
Manhães	1
Marcellino	2
Nahas	1
Starepravo	1

A importância de Marcellino para os respondentes fica evidenciada nas respostas às questões apresentadas no Quadro 12. Para a assertiva “É possível exercer atividades de lazer sem equipamentos, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço” há 3 respostas concordando com a preocupação maior de Marcellino (2006, p. 66) que é a prevalência do espaço ao equipamento, uma vez que “democratizar o lazer implica democratizar o espaço”, no entanto, os respondentes vêm com preocupação de seus *campi* não possuírem espaços suficientes e adequados para ações de esporte e lazer. Para a assertiva “Considero necessária a participação da comunidade acadêmica nos debates que construirão a PIEL, a fim de apropriarmos seus saberes e opiniões na versão final a ser apresentada para apreciação” há 2 respostas concordando totalmente e 2 respostas concordando, porém, é imprescindível estarmos atentos à recomendação de Marcellino (2012, p. 19) que nos diz ser “necessário que essas mesmas pessoas conheçam os conteúdos que satisfaçam os vários interesses, sejam estimuladas a participar e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção”, demandando da PIEL estímulos às discussões sobre o lazer, pois, os respondentes discordam da assertiva que diz que “os diferentes segmentos da comunidade escolar conhecem, profundamente, suas necessidades acerca de ações que visem atender ao seu esporte e lazer”.

Quadro 12 – Lazer para Marcellino

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
É possível exercer atividades de lazer sem equipamentos, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço.	0	0	1	3	0
Os espaços físicos no IFRS (no seu campus) são suficientes e adequados para a construção de equipamentos e ações de esporte e de lazer.	0	3	0	1	0
Considero necessária a participação da comunidade acadêmica nos debates que construirão a PIEL, afim de apropriarmos seus saberes e opiniões na versão final a ser apresentada para apreciação.	0	0	0	2	2
Os diferentes segmentos da comunidade escolar conhecem, profundamente, suas necessidades acerca de ações que visem atender ao seu esporte e lazer.	0	3	0	1	0

O segundo autor entre os citados pelos respondentes e referenciado no presente trabalho foi Dumazedier e a questão sobre o autor está apresentada no Quadro 13. A assertiva “O lazer possui funções de descanso, divertimento e desenvolvimento” com 3 respostas “concordo totalmente” e a assertiva “considero os aspectos lúdicos e de divertimento como os mais importantes para um bom lazer” com 3 respostas “concordo” revelam a importância que atividades de extensão como os Jogos do IFRS adquirem para o grupo de formuladores da PIEL, assim como eventos culturais e artísticos, já contemplados entre metas para a área da Extensão. São ações que merecem destaque no texto final da PIEL para garantir aos destinatários essa forma de complementação, compensação e fuga, conforme afirma Dumazedier (2012).

Quadro 13 – Lazer para Dumazedier

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
O lazer possui funções de descanso, divertimento e desenvolvimento.	0	0	0	1	3
Considero os aspectos lúdicos e de divertimento como os mais importantes para um bom lazer.	0	0	0	3	1

Chemin não foi citada, entre autores recomendados como essenciais, por nenhum respondente, porém a assertiva que consta no Quadro 14: “o lazer possui capacidade de promover a qualidade de vida da população, bem-estar, prazer e auto humanização” recebeu 3 respostas “concordo totalmente”, validando dessa forma a importância que a autora traz para a promoção da qualidade de vida da população, bem-estar e prazer. Porém, para a assertiva “percebo que o lazer possui uma dimensão econômica e esta atua como instrumento para atender a uma dimensão humana” encontrou 1 apontamento de discordância e 2 apontamentos neutros. Essa questão debate diretamente sobre um possível papel para o Gestor Desportivo e de Lazer, uma vez que esse deve ter a capacidade criativa para interferir nos espaços de esporte e lazer, sejam esses públicos ou privados, ter a capacidade empreendedora para gerar empregos, ou seja, usar de uma dimensão econômica para o atendimento de necessidades da dimensão humana.

Quadro 14 – Lazer para Chemin

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
O lazer possui capacidade de promover a qualidade de vida da população, bem estar, prazer e auto humanização.	0	0	0	1	3
Percebo que o lazer possui uma dimensão econômica e esta atua como instrumento para atender a uma dimensão humana.	1	0	2	1	0

A próxima seção analisará as atividades e conteúdos prioritários da PIEL.

4.4 ATIVIDADES E CONTEÚDOS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

Para a ex-Diretora de Extensão, os acadêmicos e docentes que atuam no eixo de Lazer, em especial, no curso de Gestão Desportiva e de Lazer “poderão contribuir muito para propor uma metodologia e um caminho a ser seguido que permita atender a essa demanda”³⁷ de atividades e conteúdos para a construção da PIEL do IFRS. Nesse sentido foi apresentada uma sequência de questões, que constam no Quadro 15, sobre o conhecimento de ferramentas de avaliação utilizadas, principalmente, na área da Educação Física e uma ferramenta de diagnóstico utilizada em questões de políticas públicas. A intenção inicial seria verificar o grau de conhecimento sobre a ferramenta de Estimativa Rápida Participativa, sendo verificado que essa não foi reconhecida pelos respondentes do grupo de trabalho, assim como não foi reconhecida pelo Grupo “X”. O instrumento do Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR) foi reconhecido por 3 respondentes. Entre os objetivos estratégicos da área de Extensão do IFRS está “ampliar as parcerias entre o IFRS com instituições públicas, privadas e demais órgãos da sociedade civil” (IFRS-REITORIA, 2014b) com a realização mínima de dez convênios anuais, merecendo esforços na concretização dessa meta.

Quadro 15 – Conhecimento de ferramentas de avaliação e diagnóstico

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação BRAT-DO (Bedimo-Rung Assessment Tools-Direct Observation), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	0	2	2	0	0

(continua)

³⁷ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

(continuação)

Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação PARA (Physical Activity Resource Assessment Instrument), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	0	2	2	0	0
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação APAFE (Avaliação da Promoção da Atividade Física na Escola), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	0	2	2	0	0
Tenho conhecimentos consistentes quanto à forma e aplicação do instrumento de avaliação PROESP (Projeto Esporte Brasil), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	0	1	0	2	1
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação “Ferramenta de Auditoria na Escola”, sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	0	3	1	0	0
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de diagnóstico ERP (Estimativa Rápida Participativa), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	0	3	1	0	0

Entre os pontos de maior concordância entre os respondentes e que poderão constar na pauta mínima da proposta para a PIEL estão as assertivas contidas no Quadro 16: “acredito que ações interdisciplinares, projetos de extensão e outras atividades sejam necessárias para a cultura do **lazer ativo**” (grifo nosso); “acredito no lazer como uma **possibilidade de educação** para o lúdico, o cultural, o repouso, o bem estar, o espaço e o tempo livre” (grifo nosso); “acredito que a constituição de **equipes esportivas** atenderia elementos do projeto pedagógico do IFRS, possibilitando o desenvolvimento dos estudantes” (grifo nosso). Num segundo patamar de concordância temos as assertivas: “acredito que o IFRS deve incluir entre os objetivos da PIEL a proposição de cursos de Especialização e Mestrado em Gestão do Esporte e de Lazer”; “acredito que o IFRS deve estimular e incentivar talentos culturais da comunidade interna e externa”; “o IFRS deve captar recursos específicos do Ministério do Esporte para a construção de equipamentos esportivos [...] tendo em vista tornar-se ponto de referência em suas comunidades”. Entretanto, essas questões não estão colocadas de forma pacífica. Importante lembrar que aqui estão os pensamentos de apenas 4 participantes do grupo de trabalho, sendo necessário levarmos essas considerações a um grupo maior. A ex-Diretora de Extensão³⁸, ao falar sobre uma possível Política de Arte e Cultura, destacou que “se ainda não conseguimos chegar em um consenso entre os professores de educação física, agora teremos que envolver também profissionais de outras áreas”. A partir dessa informação é preciso que se aprofundem os debates pela comunidade acadêmica do IFRS, a fim de sinalizar quais suas reais prioridades.

³⁸ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

Quadro 16 – Metas e objetivos da PIEL

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Acredito que a constituição de equipes esportivas atenderia elementos do projeto pedagógico do IFRS, possibilitando o desenvolvimento dos estudantes.	0	0	1	1	2
Acredito que a constituição de equipes esportivas seja algo excludente, fomentando uma percepção de não pertencimento nos estudantes do IFRS, não atendendo seu projeto pedagógico.	2	1	1	0	0
Acredito que seja função do IFRS contribuir para a formação de jovens atletas, oportunizando-lhes estrutura e treinamento fora dos horários obrigatórios de ensino.	0	0	3	0	1
O IFRS deve captar recursos específicos do Ministério do Esporte para a construção de equipamentos esportivos (pistas, academias, ginásios, etc.) tendo em vista tornar-se ponto de referência em suas comunidades.	0	0	0	3	1
Programas de segurança, prevenção a acidentes e primeiros socorros devem ser obrigatórios aos participantes de atividades físicas, esportivas e de lazer.	0	0	2	2	0
As avaliações de custoXbenefício da PIEL estão claras.	0	1	3	0	0
As metas e objetivos da intervenção propostos na PIEL estão bem desenhadas e claras.	0	1	2	1	0
Acredito que o IFRS deve incluir entre os objetivos da PIEL a proposição de cursos de Especialização e Mestrado em Gestão do Esporte e de Lazer.	0	0	0	4	0
Acredito no lazer como uma possibilidade de educação para o lúdico, o cultural, o repouso, o bem estar, o espaço e o tempo livre.	0	0	0	1	3
Acredito que o IFRS deve estimular e incentivar talentos culturais da comunidade interna e externa.	0	0	0	3	1
Acredito que ações interdisciplinares, projetos de extensão e outras atividades sejam necessárias para a cultura do lazer ativo.	0	0	0	1	3
Acredito que deveria existir uma Política Institucional específica para Arte e Cultura.	0	1	1	1	1

A próxima seção analisará a formação de agenda para a PIEL.

4.5 A FORMAÇÃO DE AGENDA E PROPOSIÇÕES PARA A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

A formação de agenda para a PIEL precisa considerar as questões que se apresentaram como prioritárias ao se examinar as manifestações dos diferentes atores políticos no IFRS. A formação de agenda pode ser compreendida como a “minuta inicial para discussão”³⁹ que a ex-Diretora de Extensão reiterou por vários momentos da entrevista. Definindo-se um objetivo da PIEL de caráter mais central e a partir do qual os demais objetivos e ações sejam derivados. Importante também seria uma estratégia de comunicação para que se possa chegar aos formuladores e destinatários da política, sensibilizando-os para que um debate sobre a temática do esporte e lazer seja percebido como necessário e que ocorra com uma ampla participação.

³⁹ Ibidem: RESPONDENTE 1,2017.

Para a formação da agenda da PIEL acreditamos que trazer o modelo proposto por Kingdon, o modelo de múltiplos fluxos, seja o que melhor represente esse momento do IFRS. Alguns indicadores já foram identificados, e abastecem o fluxo de problemas, como o reconhecimento de pouca prática de atividades físicas, poucas idas a praças e parques, percepção de fraco condicionamento físico, predisposição ao lazer muito superior ao que de fato realizam como lazer.

O reconhecimento de um problema, por si só, não cria uma perspectiva de ação, devendo ocorrer um movimento do fluxo das alternativas. Sendo alguns atores sociais mais influentes no papel de influenciadores na elaboração de novas alternativas, porém esses necessitam de espaço para que possam fazer o cultivo e disseminação dessas.

Outros atores são influentes na definição da agenda, devendo assumir esse papel de forma mais visível e sem receios, uma vez que conseguem negociar boas coalizões em defesa de uma causa, foram mencionadas algumas docentes como fundamentais para a temática.

Esses fluxos de reconhecimento de problemas, de alternativas e soluções possíveis e a influência na dimensão política quando reunidos geram oportunidades de mudanças.

Abaixo, no Quadro 17, estão apresentadas as proposições para a PIEL.

Quadro 17 – Proposições para a PIEL

1	Estabelecer uma estratégia de comunicação.		
	Questão	Diagnóstico	Proposta
1.1	Estrutural: mesas de debates	A dificuldade para uma instituição pública com característica multicampi ter recursos financeiros para viabilizar encontros presenciais, difícil reunir e discutir sobre a temática.	Videoconferência intercampi; e presencial intracampi.
		Distância da Reitoria aos campi, aos estudantes e aos cursos. Perdem-se oportunidades de envolver todos e contar com esse conhecimento.	Repete acima.
1.2	Comportamental: despertar a participação dos atores	Dificuldade em envolver as pessoas na construção e discussão do documento.	Pertencimento às questões discutidas.

(continua)

(continuação)

		Nem todos sabem o que está sendo discutido ou como funciona a instituição. Em mão dupla: falta informação aos gestores referentes aos estudantes, cursos e potencialidades e faltam informações aos estudantes de como ter acesso aos gestores e em como contribuir com todo o conhecimento que possuem.	Criação de Núcleos de Esporte e Lazer (NEL), em caráter experimental, à semelhança de Neabi, Napne, AAI, CTA, Nepgs, Naaf. Ou através de palestras, eventos, publicações.
2	Estabelecer a pauta mínima de discussão.		
	Questão	Diagnóstico	Proposta
2.1	A questão central da PIEL – finalidades	Percepção da gestão (Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão): relevância do esporte e o lazer na formação dos estudantes, e desenvolvendo uma formação humana, cidadã, proporcionando qualidade de vida e bem-estar.	Esporte e do Lazer na formação humana e cidadã , proporcionando desenvolvimento, qualidade de vida e bem-estar.
2.2	Público alvo	Alunos, Servidores.	Alunos, Servidores e Comunidade .
2.3	Objetivos específicos	Promoção de saúde e combate ao sedentarismo.	Diagnosticar atividade física do público do IFRS.
		Prioridade no prazer quando envolvido em alguma atividade.	Diagnosticar interesse por equipes esportivas e em manifestações artísticas.
		Nem todos os campi possuem espaços e equipamentos adequados.	Democratizar o acesso ao lazer, qualificando os espaços.
			Apoiar ações <i>intercampi</i> .
		Praticar esportes foi a opção com maior índice de respostas.	Incentivar a prática de esportes e competições.
		Dificuldades de recursos.	Buscar por recursos orçamentários e extraorçamentários.
		Falta de informações sobre os alunos, cursos, potencialidades.	Elaborar um modelo de gestão do lazer.

(continua)

(continuação)

		Poucos utilizam praças.	Estimular ações de extensão, no âmbito do lazer, no entorno dos <i>campi</i> IFRS.
2.4	Ações		Criar Núcleos de Esporte e Lazer (NEL).
			Planejar eventos esportivos e culturais.
			Elaborar um calendário de eventos do IFRS.
			Divulgar interna e externamente a PIEL.
			Ofertar estágios e bolsas de iniciação científica.
			Apoiar a realização dos Jogos do IFRS,
			Apoiar a participação de representações esportivas e culturais do IFRS.
		Nenhum dos profissionais da Reitoria são peritos nessa área.	Propor a criação de um código de vagas para Gestor Desportivo e de Lazer.
2.5	Da Gerência da PIEL		Constituir um Comitê gestor.
			Elaborar regimento do Comitê e Núcleos.
			Indicar composição do Comitê e Núcleos.
			Executar e avaliar a PIEL – quadriênio.
			Emitir relatórios.
			Publicar relatos de experiência e artigos científicos originários dos Núcleos.

O próximo capítulo refere-se às considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia teve, desde o seu primeiro momento, o propósito de ser uma contribuição real para a construção da Política Institucional de Esporte e Lazer do IFRS, que vem ao longo dos últimos anos sendo pauta para a área da Extensão da instituição. Tanto a carência de exemplos de políticas semelhantes em outras instituições de ensino – as que foram apresentadas ao grupo de trabalho eram mais voltadas ao fomento de ações esportivas, não atendendo as necessidades do IFRS – como o não entendimento por uma pauta mínima, ou melhor, a falta por um acordo ou consenso sobre o essencial e convergente entre os interesses dos atores protagonistas – sendo agravado pela característica do formato *multicampi*, ou departamentalização geográfica/territorial – tem dificultado a discussão e construção desse documento.

O diagnóstico contido neste trabalho, sobre o processo de construção da PIEL, não pode ser considerado conclusivo devido à baixa adesão em resposta aos questionários enviados ao público alvo, porém existem indícios, sinais, pistas que permitem fazermos um delineamento de algumas situações pontuais.

Quanto ao objetivo de identificar e caracterizar os atores protagonistas na formulação da PIEL pode se inferir apenas sobre os respondentes do questionário dirigido a esse público, não sendo apropriado generalizar esse grupo, embora seja possível determinar, com o cruzamento de informação obtida junto a ex-Diretora de Extensão que estes atores são em sua grande maioria Educadores Físicos, pois a metodologia inicial adotada previa um professor com essa formação, de cada um dos *campi* participando, sendo que condiz com o dado encontrado na pesquisa, pois 75% dos respondentes que declararam participar do grupo de trabalho possuem formação na graduação em Educação Física. Destes, somente um está a mais tempo em atividade no IFRS: 21 anos (vínculo anterior a uma das unidades formadoras do instituto), sendo que os demais estão a menos de 8 anos.

Os temas, linhas ou projetos de pesquisa dos participantes do grupo de trabalho da PIEL estão voltados à Educação, seja a Educação Física e Esporte Escolar ou à Gestão Educacional. Entendem o planejamento da PIEL como um processo e não como um produto. Porém, percebem uma dificuldade de envolvimento nessa construção.

Quanto ao objetivo de identificar e caracterizar os destinatários da PIEL, a exemplo do relatado ao grupo de formuladores, pode se inferir apenas sobre os respondentes do questionário dirigido a esse público. O número pretendido de respondentes: 200, não foi alcançado.

Retornaram 177 respostas, porém o que mais influenciou negativamente não foi esse número, e sim o número de *campi* vinculados a esses respondentes. Dos 17 *campi* do IFRS somente 6 estão representados na pesquisa.

As mulheres predominaram entre os respondentes: 60%. A faixa etária está localizada entre 14 e 22 anos; sendo que 49% dos respondentes mantêm vínculo com o IFRS através de um curso superior. Entre os *campi*, havia uma expectativa de retorno de 7 questionários da unidade da cidade de Feliz, porém retornaram 80, ou seja, as informações podem apresentar profundas distorções devido a esse fato.

O deslocamento ao IFRS é feito de modo predominante por automóvel ou moto. Quanto a autodeclaração de prática de atividades físicas semanais é apresentada uma perspectiva muito negativa, pois 76% declararam praticar pouco ou quase nada.

Entre as principais atividades de lazer sugeridas estão: praticar esporte, ler livros e dançar, sendo que em sugestões de prática esportiva, não sendo considerado um bloco de práticas semelhantes, sendo as modalidades consideradas individualmente, o vôlei aparece na primeira colocação, seguido pela ginástica, ciclismo e futsal. Há uma predisposição maior ao lazer do que realmente ele é realizado de fato, ao serem comparadas as categorias de atitudes face ao lazer e hábitos de lazer.

Quanto ao objetivo de identificar os autores predominantes nas discussões teóricas entre os formuladores da PIEL, Marcellino foi citado por duas vezes. Outros autores citados foram: Bracht, Darido, Dumazedier, Huizinga, Manhães, Nahas e Starepravo. Ressaltamos que o número de participantes do grupo de trabalho de formulação da PIEL foi pequeno, porém já é possível perceber pela diversidade de autores, que será difícil se reunir a partir de um núcleo teórico único para dar início a uma proposta, pois é parte do jogo democrático a busca por fazer valer suas preferências próprias. No entanto, com um número maior de participantes será possível encontrarmos uma teoria norteadora que atenda a maioria.

Cabe uma observação sobre o autor Manuel Cuenca Cabeza, pois o mesmo teve enorme não concordância com a afirmativa associada à sua obra "*Ocio Humanista*", entre os docentes da área da Educação Física, sendo que quando analisado o Grupo "X" – respondentes que declararam não fazer parte do grupo de trabalho – o autor teve uma boa receptividade quanto a sua concepção sobre o ócio humanista.

Quanto ao objetivo de identificar atividades e conteúdos prioritários para a PIEL, podemos sugerir a concretização de convênios e parcerias com outras instituições como forma de transferência de tecnologias, sendo que já está previsto como um objetivo estratégico da área

de Extensão do IFRS. Aprofundar o debate se a constituição de equipes esportivas é coerente com o projeto pedagógico do IFRS.

Quanto ao objetivo de descrever como os formuladores da PIEL decidem a agenda política não foi alcançado, trata-se de um objetivo mais complexo do que se imaginava inicialmente e necessitaria de algumas outras ferramentas, além de um tempo maior para a adequada análise.

Quanto ao objetivo de propor ações ao processo de construção da PIEL foi realizado, apresentando sete pontos para a construção de uma minuta inicial de discussão, sendo que se destaca a proposição pela criação de um código de vagas para Gestor Desportivo e de Lazer, uma vez reconhecida a inexistência de servidores na Reitoria com formação nessa área.

Por fim, reconhecem-se as limitações desse estudo, porém como um momento inicial de discussão, tentando trazer a atenção de outros indivíduos da comunidade acadêmica do IFRS para a temática e envolvimento na construção da política de esporte e lazer, realizando um importante registro de memórias, acreditamos que o resultado final alcançou a sua meta. Como recomendações e sugestões para estudos futuros ficam a perspectiva de busca por uma representatividade maior dos diversos *campi* nos retornos de questionários, a ampliação do grupo de trabalho com docentes de áreas que também dialogam sobre o esporte e lazer, assim como representação de servidores, de discentes e comunidade. Recomenda-se seguir a técnica da Estimativa Rápida Participativa como condutora de futuros trabalhos, porém com atenção maior a uma coleta de dados mais plural. Por último, seria importante que futuros estudos considerassem em suas análises os cruzamentos entre variáveis, enriquecendo as informações obtidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bárbara; MEZZADRI, Fernando; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Motrivivência**, Ano XXI, n. 32/33, pp. 178-192, jun.- dez. 2009.

ANDRADE, Elisângela; VAROTO, Fernando; TENÓRIO, Jederson; FERREIRA, Rosana; SILVA, Cinthia. **Atuação do profissional de educação física em lazer**: revisão de conceitos. Niterói: III Congresso Sudeste de Ciências do Esporte – Mega Eventos esportivos no Brasil: seus impactos e a participação popular, 2010.

ARAÚJO, Allyson ... [et.al.]. **Megaeventos esportivos e seus legados**: reflexões sobre Copa do Mundo 2014 a partir da Mídia-Educação. Natal: EDUFRN, 2016.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. São Paulo: Globo, 2001.

BOEIRA, Alexandra Regina. **Tempo livre e humanização**: o lazer e o ócio humanista a partir das concepções teóricas de Joffre Dumazedier e Manuel Cuenca. 2005. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Área de Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2005.

BUENO, Luciano. Política pública do esporte no Brasil: aplicação da *Advocacy Coalition Framework*. In: SANTOS, Edmilson Santos dos; LEIRO, Augusto Cesar Rios. **Políticas públicas de esporte e lazer**: diálogos. Petrolina: UNIVASF, 2015.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETICHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; LOPES, Fernando Dias. **Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações**. Foz do Iguaçu: Enanpad, 1999 < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad1999-org-26.pdf>>

CHEMIN, Beatriz Francisca. **Políticas Públicas de Lazer**: o papel dos Municípios na sua implementação. 3ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Regulamento do Código de Ética**. Brasília: CFA, 2010. Disponível em:< <http://www.cfa.org.br/administracao/etica-profissional>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

CUENCA CABEZA, Manuel. **Ocio humanista**: Dimensiones y manifestaciones actuales del ocio. Bilbao: Universidad de Deusto, 2000.

DACOSTA, Lamartine Pereira; CORRÊA, Dirce; RIZZUTTI, Elaine; VILLANO, Bernardo; MIRAGAYA, Ana. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DYE, Thomas. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento**. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2014.

FACHIN, Roberto; MENDONÇA, J. Ricardo. Selznick: uma visão da vida e da obra do precursor da perspectiva institucional na teoria organizacional. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia, (Orgs.) **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FEDOZZI, Luciano. **O EU E OS OUTROS**: a construção da consciência social no orçamento participativo de Porto Alegre. 2002. 339 f. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre: 2002.

FONSECA, Valéria Silva da. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia, (Orgs.) **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FORELL, Leandro. **Participando na cidade**: um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigóia em Porto Alegre/RS. 2014. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2014.

FORMIGA, N.; AYROSA, I.; DIAS, L. Escala das atividades de hábitos de lazer: construção e validação em jovens. **Revista Psicologia da Vetor Editora**, São Paulo, vol 6, nº2, p.71-79, 2005.

FORTES, João; CECCHIN, Lucielle; BORK, Luany; SILVA, Maria; ZARPELLON, Lidia. **Avaliação das áreas de risco pelo método da estimativa rápida**. Ponta Grossa: 11º Conex, 2013.

FREIRE, Teresa; FONTE, Carla. Escala de atitudes face ao lazer em adolescentes e jovens adultos. **Paideia**. Ribeirão Preto: USP, 2007.

GALA, Paulo. **A Teoria Institucional de Douglass North**. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2010.

GOMES, Christianne; OSORIO, Esperanza; PINTO, Leila; ELIZALDE, Rodrigo (Orgs.). **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ócio y recreación em Latinoamérica**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HEIDEMANN, Francisco. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento**. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Comunicado do IPEA nº 161: Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012**. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: < http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/131024_comunicadoipea16_graficos.pdf >. Acesso em: 8 jun. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS RESTINGA. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia Desportiva e de Lazer**. Revisão. Porto Alegre: IFRS/Campus Restinga, 2014. (Projeto de Curso) Disponível em: < http://www.restinga.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201410189380201ppc_gestao_desportiva_restinga_agosto.pdf >. Acesso em: 30 ago. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – REITORIA. **Encontro discute a construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS**. Bento Gonçalves: IFRS, 2014a. Disponível em: < <http://www.ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=3&sub=3011> >. Acesso em: 30 ago. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – REITORIA. **Plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal do RS 2014-2018**. Bento Gonçalves: IFRS, 2014b. Disponível em: < http://ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/20150261522458420150126-pdi_2014_2018_versao_final_-_sem_res.pdf >. Acesso em: 19 mai. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – REITORIA **Apresentação**. Bento Gonçalves: IFRS, 2017a. Disponível em: < <https://ifrs.edu.br/site/conteudo.php?cat=246> >. Acesso em: 6 mai. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL – REITORIA **Relatório de Autoavaliação Institucional do IFRS 2016**. Bento Gonçalves: IFRS, 2017b. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/0B4iKfclm2r-ITkdfNVh4UUFrM0ctS2FqZzVWR09CbINUTjVv/view> >. Acesso em: 6 mai. 2017.

JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antonio ... [et al.]. **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?** 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

KADT, Emanuel *et.al.*. **As ONGs e o Desenvolvimento Institucional: o programa de co-financiamento dos Países Baixos no Brasil**. São Paulo: Cadernos ABONG, 1998.

KIRSCHBAUM, Charles. **Bourdieu e Institucionalistas: jogo de luzes e sombras**. São Paulo: Insper, 2012.

KLEBA, Maria; DUARTE, Tânia; ROMANINI, Aline; CIGOGNINI, Denise; ALTHAUS, Ivanete. **Estimativa rápida participativa como ferramenta de diagnóstico na estratégia saúde da família**. Chapecó: Revista Grifos, vol. 24, nº 38/39, 2015.

LIMA, Luciana Dias de; MACHADO, Cristiani Vieira; GERASSI, Camila Duarte. O Neo-Institucionalismo e a Análise de Políticas de Saúde: contribuições para uma reflexão crítica. In: MATTOS, Ruben Araújo de; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. (Orgs.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, p.181-220, 2015.

LINDBLOM, Charles. *Muddling through 2*: a ubiquidade da decisão incremental. In: HEIDEMANN, Francisco; SALM, José. (Orgs.) **Políticas públicas e desenvolvimento**. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2014.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCELLINO, Nelson. **Lazer e educação**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1990.

_____. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Helder, LINHALES, Meily (Orgs.). **Sobre lazer e política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. **Estudos do lazer**: uma introdução. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCELLINO, Nelson; CAPI, André Henrique; SILVA, Débora Machado da. Lazer no município: formação e desenvolvimento de quadros – os casos de Campinas e Piracicaba - SP. In: ISAYAMA, Hélder et. al. (Orgs.). **Gestão de políticas de esporte e lazer**: experiências, inovações, potencialidades e desafios. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZEI, Leandro; BASTOS, Flávia da Cunha [orgs.]. **Gestão do esporte no Brasil**: desafios e perspectivas. 1ª ed. São Paulo: Ícone, 2012.

MEC/SETEC. **Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7237&Itemid=>>. (Acesso em 15/06/2016). Brasília/DF: 2010.

MEIRELES, Fernando. Teoria da escolha racional: limites e alcances explicativos. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, nº 22, p.52-61, dez., 2012.

MISOCZKY, Maria Ceci. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia, (Orgs.) **Organizações, Instituições e Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MORIN, Edgar. **O método**: 1. a natureza da natureza. 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denise. Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul/Ago. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v15n4/a10v15n4>> Acesso em: 26 nov. 2016.

NIQUE, Walter; LADEIRA, Wagner. **Pesquisa de marketing: uma orientação para o mercado brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, José. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n° 2, mar-abr., 2006.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2ª ed. Curitiba: Ibpe, 2009.

RAEDER, Savio. Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, vol. VII, n. 13, p.121-146, jan/jun. 2014.

ROCHA, Carlos Vasconcelos. **Neoinstitucionalismo como modelo de análise para as Políticas Públicas: algumas observações**. Porto Alegre: Civitas, v.5, n.1, jan-jun., p.11-28, 2005.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1996.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SERAFIM, Milena; DIAS, Rafael. Conceitos e ferramentas para análise de Política Pública. In: BENINI, Édi (Org.) et al. **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n° 16, p.20-45, jul/dez. 2006.

_____. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In:HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2014.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: uma argumentação inicial sobre a importância da utilização da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu**. Florianópolis: Revista Brasileira de Ciência do Esporte. v.35, n.3, p. 785-798, jul/set, 2013.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **Políticas Públicas de Esporte no Brasil: uma leitura a partir da noção de (sub) campo.** Goiânia: Revista Pensar a Prática. v.18, n.4, p. 959-970, out/dez, 2015.

STOCCHERO, Cíntia Mussi Alvim; BERNARDES, Paulo Ricardo Corrêa. Contribuição discente para a construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS. In: 27º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL, 2015, Brasília, DF. **Anais do 27º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL, 04, 05 e 06 de novembro de 2015 – Brasília: GESPORTE, 2015.**

SUÁREZ, Silvana. Una aproximación a la representación social de la recreación en Argentina: aportes para resignificar el concepto. In: GOMES, Christianne; OSORIO, Esperanza; PINTO, Leila; ELIZALDE, Rodrigo (Orgs.). **Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación em Latinoamérica.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia, (Orgs.) **Organizações, Instituições e Poder no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste você está sendo convidada a participar, como voluntária, em uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, declare seu aceite. Para tanto, será considerado como válida a captura de tela do computador utilizado para entrevista virtual. Se desejar maior informação, pode procurar pela Coordenação de Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 32478400.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: Proposições para construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS.

Pesquisador responsável: Paulo Ricardo Corrêa Bernardes

Telefone de contato: 51 9XXXXYYYY

Orientador: Me. Renato Kock Colomby

- O objetivo da pesquisa é compreender o processo de construção da Política Institucional de Esportes e Lazer no IFRS e promover proposições.
- A participação na pesquisa não a expõe a nenhum risco e/ou prejuízo.
- A participação constituir-se-á de uma entrevista que será transcrita entre diálogo por meio digital. Será realizada de forma previamente combinada, conforme a sua disponibilidade de agenda, sendo possível a interrupção ou desistência de sua parte a qualquer momento, sem prejuízo algum a você.
- O anonimato pode ser requerido no decorrer do texto final da monografia, no entanto, o seu cargo funcional poderá ser mencionado.
- Garantimos uso das informações de forma ética, as mesmas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos. Você tem garantia ao acesso ao trabalho final, devendo contatar, a Coordenação de Curso.

Nome e assinatura do Pesquisador: Paulo Ricardo Corrêa Bernardes

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO COLABORADOR DA PESQUISA

Eu, _____, RG _____ concordo em participar do estudo **Proposições para construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS**, como sujeito colaborador. Fui devidamente informada e esclarecida pelo pesquisador Paulo Bernardes sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer sanção.

Assinatura do sujeito colaborador entrevistado: _____

Data: __/__/__.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EX-DIRETORA DE EXTENSÃO DO IFRS

Apresentação pessoal, motivação da pesquisa, data da realização.

1 – Solicitar o nome da respondente, sua formação profissional, e o período pelo qual a mesma exerceu a função de Diretora de Extensão.

Elegantemente, será mantido seu anonimato. Bacharel em Administração, Especialista em Gestão Pública Municipal e Mestre em Gestão Educacional. Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, área Administração, de um Instituto Federal (2017). Assistente em Administração no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2010 – 2017), atuando como Diretora de Extensão do IFRS no período de 2014 a 2017.

2 – Se lembra como foi disparado o interesse pela construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS. Principais articuladores internos. Quais justificativas apresentaram para tal pleito.

Logo que ingressei na Pró-Reitoria de Extensão, entre as principais demandas de construção de políticas institucionais estava a demanda pela elaboração da Política de Esporte e Lazer do IFRS. Essa demanda justifica-se em primeiro lugar pela percepção da gestão da relevância que o esporte e o lazer têm na formação dos nossos estudantes, auxiliando no desenvolvimento de competências e habilidades que auxiliam na formação humana e cidadã, além de proporcionar qualidade de vida e bem-estar. Após as discussões sobre a necessidade de termos uma política pensando em nossos estudantes, percebemos também que esta deveria ser mais ampla, envolvendo ações voltadas para os servidores do IFRS e também para a comunidade. A partir daí é que começamos nos deparar com os desafios de encontramos um equilíbrio entre a satisfação de necessidades e interesses de todos esses atores sociais, nunca perdendo o foco principal que é o estudante.

Ainda, ratificando a relevância da temática, saliento que o esporte está entre as dimensões da extensão, sendo uma das áreas de atuação propostas na Política de Extensão.

A intenção de elaboração da Política de Esporte e Lazer partiu da Pró-Reitoria de Extensão, com apoio total do Reitor e equipe gestora, além da fundamental participação dos professores de educação física do IFRS.

3 – Se poderia indicar os registros de atas de reuniões (quantidade e datas de encontros do grupo formulador da proposta), e a quem poderia solicitar cópias das mesmas – caso ela não possa disponibilizar.

Não temos atas das reuniões do grupo. Temos e-mails com informações referentes à convocação para reunião, anotações sobre as reuniões e minutas utilizadas para discussão, que se achar necessário posso compartilhar para a pesquisa.

4 – Se teve conhecimento de algum movimento de resistência entre servidores docentes e técnicos ao grupo formulador da proposta – não é necessário citar nomes.

Não tivemos nenhum grupo de resistência, inclusive todos apoiaram a iniciativa. No entanto sentimos dificuldade em envolver as pessoas na construção e discussão do documento. Percebo que o desafio principal está em definir de fato o objetivo principal da Política, aparecendo em diversos momentos conflito entre o que os professores queriam para a área de educação física da instituição, como por exemplo, ter garantido uma determinada carga horária da disciplina de educação física em todos os cursos, o que de fato não poderíamos fazer. Mesmo tendo realizado algumas reuniões presenciais com os professores não foi definido o objetivo da política. Na última reunião realizada no início de 2016 ficou acordado que os profissionais da área iriam refletir sobre a temática, buscar embasamento de teóricos para definir as principais concepções do que seria a política de esporte e lazer do IFRS e encaminhariam as sugestões por e-mail. No entanto, não tivemos retorno. Outros e-mails foram enviados no intuito de provocar a discussão, mas também não obtivemos retorno. Foram pesquisadas políticas de outras instituições, principalmente outros Institutos Federais, para poder montar uma minuta inicial para discussão, mas percebemos que ela não atendia a necessidade do IFRS, pois a maioria das políticas eram de fomento, normatizando, por exemplo, o pagamento do bolsa atleta, porém, na última reunião do grupo ficou decidido que não teríamos bolsa atleta, pois não estaria entre os objetivos da política fomentar apenas a competição, mas ela deveria ser pensada de forma mais ampla, envolvendo a importância para a formação cidadã e para a qualidade de vida.

5 – Se, dentro da disponibilidade de recursos do IFRS, as condições oferecidas ao grupo formulador e outros interessados no debate da construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS foram adequadas. E, o que acha que poderia ter sido oferecido além, caso não houvesse quaisquer restrições, sejam financeiras ou de calendário para as reuniões.

A maior dificuldade para uma instituição pública com característica multicampi como o IFRS é ter recursos financeiros para viabilizar encontros presenciais, não sendo possível reunir todas as pessoas dispostas a discutir sobre a temática. Por isso, normalmente a metodologia adotada é uma comissão inicial propor uma minuta, cada campus deve ter um representante, no caso o professor de educação física, e essa minuta deve ser debatida em cada campus com toda a comunidade, onde devem ser apontadas as contribuições e todas as sugestões de retirar, modificar ou incluir textos. Após todos os representantes participam do encontro presencial para debater sobre os documentos e “votar” sobre as alterações, cada um defendendo o posicionamento da comunidade do seu campus e não a sua concepção pessoal. No entanto, não foi possível chegar nessa fase pela dificuldade de construção da minuta inicial do documento. Limitação essa que a Pró-Reitoria não tem como intervir por não ter ninguém da área técnica, sendo que nenhum dos profissionais da reitoria são peritos nessa área o que impossibilita que a gente faça a proposta da minuta inicial. O objetivo e as concepções precisam partir dos profissionais da área para que tenhamos uma política que de fato atenda as necessidades de toda comunidade da instituição.

6 – Ao olhar para os acadêmicos do CST de Gestão Desportiva e de Lazer do IFRS, o que pensa que esses poderiam oferecer ao IFRS, como forma de auxiliar na implementação de uma proposta de Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS?

Considero que os acadêmicos do curso podem auxiliar muito tanto na construção da Política de Esporte e Lazer como em muitas outras demandas institucionais, e que essa participação é fundamental, pois, os estudantes são o pilar principal da comunidade acadêmica do IFRS. No entanto, o que sentimos dificuldade é em como envolver esses alunos, em como fazer com que eles nos procurem para dar sugestões. O que acontece é que muitas vezes quem está na gestão nem imagina o quanto um estudante pode contribuir e acaba procurando apenas os servidores

para auxiliar nas demandas institucionais. Por estarmos longe dos campi, dos estudantes e dos cursos perdemos muitas oportunidades de envolver os nossos estudantes e contar com todo o conhecimento que eles têm. Sabendo da proatividade dos estudantes do curso de Gestão Desportiva e de Lazer tentamos pensar em estratégias de envolvê-los, foi quando fomos até o campus conversar com um grupo de estudantes e nos colocamos à disposição para receber sugestões, dicas, solicitações. No entanto, esse diálogo não teve continuidade e nunca recebemos nenhum e-mail. Eu acredito que teríamos que pensar em alguma metodologia onde os estudantes se sentissem mais motivados a procurar a gestão e apresentar suas ideias. Acho que nesse processo é fundamental ter um servidor ou um estudante representando o grupo para puxar essas discussões, pois não são todos os estudantes que sabem o que está sendo discutido ou como funciona a instituição. Sinto que falta informação aos gestores referentes aos estudantes, cursos e potencialidades e faltam informações aos estudantes de como ter acesso à gestão e em como contribuir com todo o conhecimento que esses estudantes possuem.

7 – Entende que a proposta deva percorrer uma linha teórica restrita ao campo da Educação Física?

Não. A proposta não pode englobar apenas a educação física, senão não poderá ser uma política de esporte e lazer. Essa discussão já vem sendo realizada na Pró-Reitoria de Extensão desde o ano passado, pois percebemos que o lazer não envolve apenas o esporte. Outra coisa que nos deparamos foi com a necessidade de estabelecer uma Política de Arte e Cultura do IFRS, no entanto, arte e cultura também é lazer. Logo, os próximos desafios serão ainda maiores, pois se ainda não conseguimos chegar em um consenso entre os professores de educação física, agora teremos que envolver também profissionais de outras áreas, e o objetivo da política terá que ser ainda mais amplo. Acredito que você, com o seu trabalho, que outros estudantes e professores que atuam no curso poderão contribuir muito para propor uma metodologia e um caminho a ser seguido que permita atender a essa demanda.

8 – O seu papel durante as reuniões do grupo de formuladores da proposta esteve mais restrito às questões de suporte administrativo para o evento? Percebeu algum comportamento tentando restringir os debates à esfera acadêmica de domínio dos formuladores da proposta, ou percebeu como um trabalho transversal, buscando atingir as percepções de diferentes campos de atuação e grupos políticos internos?

Acredito que as discussões sempre foram muito positivas o que possibilitou um trabalho transversal. Meu papel em muitos momentos acaba sendo mais no sentido de orientar o que é a política e como ela se constituiu, sendo que por não ter conhecimento aprofundado na área não tinha como defender pontos de vista mais técnicos. Meu papel principal sempre foi o de tentar fazer com que os professores expressassem porque a política era necessária e o que ela deveria envolver, de fato de tentar entender qual deveria ser o objetivo da política. Mas realmente é um assunto complexo, onde cada um tem um ponto de vista, onde um quer estimular a competição, o outro a integração e participação de todos...isso só envolvendo o esporte. Indo para as outras áreas terão outros interesses, cada área defende os seus interesses, e dentro da mesma área tem interesses distintos e o papel do gestor é tentar mediar essa disputa de espaços e conseguir filtrar a essência da discussão. Como foram poucas contribuições e manifestações não conseguimos identificar até agora o que deve ser o centro da política. E te digo isso de uma forma muito aberta. Se tentar perguntar para um grupo de professores e estudantes o que deve conter na política poucos saberão o que responder. Esse é o maior desafio a ser superado.

9 – Outros servidores docentes e técnicos a procuraram, se oferecendo para contribuir com a Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS?

Temos alguns professores bem ativos que se envolveram com a política em diversos momentos, mas que por outros compromissos profissionais e pessoais não puderam se dedicar ao projeto. Tivemos contribuições fundamentais principalmente da professora Cíntia, do Campus Restinga, e da professora Daiane, do Campus Caxias do Sul, profissionais essas que até hoje continuam tentando envolver pessoas nessa luta. Além disso, os estudantes do curso de Gestão Desportiva e de Lazer sempre se colocaram à disposição para contribuir, mas como coloquei anteriormente, metodologicamente não conseguimos alcançar o objetivo e envolver os estudantes, assim como também os estudantes não nos procuraram mais.

10 – Há alguma temática pela qual lutaria para que a mesma estivesse contemplada na Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS?

Mesmo não tendo conhecimento aprofundado na área, eu acredito que a Política de Esporte e Lazer do IFRS deve garantir espaços de valorização da vida, através do esporte, lazer, arte, cultura, etc. O centro dessa política deve ser possibilitar o desenvolvimento das pessoas (estudantes, servidores e comunidade externa), deve ser criar oportunidades, possibilitar atividades voltadas ao ser humano na sua essência, reconhecendo a importância de atividades físicas, esportes, arte, cultura e outros espaços de lazer, pois acredito que esses são espaços que fazem com que as pessoas se sintam bem, seguras, completas, realizadas e incluídas. Sem contar em todas as habilidades e competências que podem ser desenvolvidas e potencializadas por meio do esporte e do lazer.

11 - Alguma consideração que acredita ser pertinente e não foi levantada durante a entrevista?

Acredito que seria muito importante nos resultados do TCC você acrescentar a sua percepção de qual poderia ser o objetivo da Política de Esporte e Lazer e, a partir, de todo conhecimento que você já tem e que com certeza está obtendo com a realização da pesquisa pudesse sugerir para a gestão caminhos a serem seguidos para que de fato a política possa ser concretizada. Nos caminhos me refiro à possíveis metodologias e, principalmente, quais áreas não poderiam ficar de fora para que o “lazer” pudesse ser contemplado em sua totalidade. Tenho certeza que o resultado do estudo será de grande valia para a instituição.

Finalizando a entrevista, agradecimentos e despedida.

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO AOS FORMULADORES DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

Proposições para construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS (PIEL)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa que tem o objetivo de avaliar, entre os participantes do grupo de construção da PIEL, a abordagem conceitual dos participantes, metas e objetivos da PIEL, diagnóstico, metodologia, necessidades de profissionalização, e considerações finais. Este questionário foi elaborado visando o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno Paulo Ricardo Corrêa Bernardes, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer do IFRS Campus Restinga.

Se desejar maiores informações, pode procurar pela Coordenação de Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 32478400.

Os dados obtidos através desta pesquisa são exclusivos para fins acadêmicos.

Um pouco sobre você

Tempo de atividade no IFRS?

Qual sua formação na Graduação?

Qual o principal tema, linha ou projeto de pesquisa você está envolvido recentemente?

Para as sentenças a seguir, atribua uma pontuação entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente) que melhor represente seus posicionamentos face a construção da PIEL/IFRS.

Bloco 1 - abordagem conceitual de lazer

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Enquanto um atributo, o tempo é a principal elemento a considerarmos na construção de uma proposta de lazer.	O	O	O	O	O
O lazer só poderá ser usufruído no tempo livre, longe das obrigações pessoais, sociais ou laborais.	O	O	O	O	O
O lazer é hedonista, lúdico e instrutivo.	O	O	O	O	O
O lazer possui funções de descanso, divertimento e desenvolvimento.	O	O	O	O	O
O lazer possui capacidade de promover a qualidade de vida da população, bem estar, prazer e auto humanização.	O	O	O	O	O
Considero os aspectos lúdicos e de divertimento como os mais importantes para um bom lazer.	O	O	O	O	O
O tempo não é importante para usufruir o lazer, pois este último se manifesta/expressa numa perspectiva de encontro, percepção e escolhas independentes do tempo.	O	O	O	O	O
Percebo que o lazer possui uma dimensão econômica e esta atua como instrumento para atender a uma dimensão humana.	O	O	O	O	O
Esportes na natureza causam um impacto nocivo ao ambiente maior do que os benefícios aos seus praticantes.	O	O	O	O	O

Bloco 2 - metas e objetivos da PIEL

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Acredito que a constituição de equipes esportivas atenderia elementos do	O	O	O	O	O

projeto pedagógico do IFRS, possibilitando o desenvolvimento dos estudantes.					
Acredito que a constituição de equipes esportivas seja algo excludente, fomentando uma percepção de não pertencimento nos estudantes do IFRS, não atendendo seu projeto pedagógico.	O	O	O	O	O
Acredito que seja função do IFRS contribuir para a formação de jovens atletas, oportunizando-lhes estrutura e treinamento fora dos horários obrigatórios de ensino.	O	O	O	O	O
O IFRS deve captar recursos específicos do Ministério do Esporte para a construção de equipamentos esportivos (pistas, academias, ginásios, etc.) tendo em vista tornar-se ponto de referência em suas comunidades.	O	O	O	O	O
Programas de segurança, prevenção a acidentes e primeiros socorros devem ser obrigatórios aos participantes de atividades físicas, esportivas e de lazer.	O	O	O	O	O
As avaliações de custoXbenefício da PIEL estão claras.	O	O	O	O	O
As metas e objetivos da intervenção propostos na PIEL estão bem desenhadas e claras.	O	O	O	O	O
Acredito que o IFRS deve incluir entre os objetivos da PIEL a proposição de cursos de Especialização e Mestrado em Gestão do Esporte e de Lazer.	O	O	O	O	O
Acredito no lazer como uma possibilidade de educação para o lúdico, cultural, o repouso, o bem estar, o espaço e o tempo livre.	O	O	O	O	O
Acredito que o IFRS deve estimular e incentivar talentos culturais da comunidade interna e externa.	O	O	O	O	O
Acredito que ações interdisciplinares, projetos de extensão e outras atividades sejam necessárias para a cultura do lazer ativo.	O	O	O	O	O
Acredito que deveria existir uma Política Institucional específica para Arte e Cultura.	O	O	O	O	O

Bloco 3 - diagnóstico de estrutura

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Os espaços físicos no IFRS (no seu campus) são suficientes e adequados para a construção de equipamentos e ações de esporte e de lazer.	O	O	O	O	O
Os equipamentos no IFRS (no seu campus) são suficientes e adequados para as práticas de esporte e lazer.	O	O	O	O	O
É possível exercer atividades de lazer sem equipamentos, mas não é possível o lazer sem a existência de um espaço.	O	O	O	O	O
O IFRS deve dispor de, preferencialmente, equipamentos para esportes coletivos.	O	O	O	O	O
Pessoas com necessidades especiais ou deficiências se locomovem e acessam os espaços do IFRS (seu campus) com autonomia.	O	O	O	O	O
O IFRS possui condições de infraestrutura adequada para a	O	O	O	O	O

implementação da PIEL de modo imediato.					
---	--	--	--	--	--

Bloco 4 - metodologia da PIEL

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Considero necessária a participação da comunidade acadêmica nos debates que construirão a PIEL, afim de apropriarmos seus saberes e opiniões na versão final a ser apresentada para apreciação.	O	O	O	O	O
O diagnóstico de todo fenômeno social é extremamente importante para a construção de ações.	O	O	O	O	O
Acredito que a efetivação da PIEL não se dará somente pela elaboração e oferecimento de projetos, mas sim pela educação das pessoas para o esporte e lazer, disponibilidade dos espaços e equipamentos, bem como o acesso aos mesmos por todos aqueles que tiverem interesse.	O	O	O	O	O
Acredito que o planejamento da PIEL precisa ser visto como um processo e não como um produto técnico somente.	O	O	O	O	O
Acredito ser importante coletar somente os dados necessários para auxiliar o diagnóstico e formulação da PIEL.	O	O	O	O	O
Acredito ser importante identificar e analisar somente as informações necessárias para auxiliar o diagnóstico e formulação da PIEL.	O	O	O	O	O
Acredito ser importante envolver a comunidade escolar para auxiliar o diagnóstico e formulação da PIEL.	O	O	O	O	O
O IFRS está realizando um adequado mapeamento/diagnóstico da realidade institucional para o planejamento de ações e política de esporte e lazer.	O	O	O	O	O
Os diferentes segmentos da comunidade escolar conhecem, profundamente, suas necessidades acerca de ações que visem atender ao seu esporte e lazer.	O	O	O	O	O

Bloco 5 - identificação da necessidade de profissionalização

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Considero os servidores, que debatem a construção da PIEL para o IFRS, plenamente capazes para apresentarem uma versão que atenda as demandas da comunidade acadêmica e, ao final do processo, seja apreciada por esta.	O	O	O	O	O
A história da Educação Física e do Lazer percorrem juntos uma mesma trajetória. Assim, o Educador Físico seria o profissional mais apto a atuar nesse campo.	O	O	O	O	O
Tenho muito bem identificado os problemas e limitações mais relevantes e que necessitam de intervenção do IFRS na construção da PIEL.	O	O	O	O	O
Tenho muito bem identificado as potencialidades mais relevantes e que auxiliarão o IFRS na construção da PIEL.	O	O	O	O	O

Minha participação/colaboração na construção da PIEL é reconhecida pelos meus pares.	O	O	O	O	O
Quanto à estrutura de gestão para o planejamento, a direção, a execução e o controle da PIEL há número de profissionais suficiente, em tempo integral, para desenvolvê-la.	O	O	O	O	O
Considero necessária a presença de profissionais com formação na gestão do esporte e lazer para um melhor resultado da PIEL.	O	O	O	O	O
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação BRAT-DO (Bedimo-Rung Assessment Tools-Direct Observation), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	O	O	O	O	O
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação PARA (Physical Activity Resource Assessment Instrument), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	O	O	O	O	O
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação APAFE (Avaliação da Promoção da Atividade Física na Escola), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	O	O	O	O	O
Tenho conhecimentos consistentes quanto à forma e aplicação do instrumento de avaliação PROESP (Projeto Esporte Brasil), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	O	O	O	O	O
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de avaliação "Ferramenta de Auditoria na Escola", sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	O	O	O	O	O
Tenho conhecimentos consistentes quanto a forma e aplicação do instrumento de diagnóstico ERP (Estimativa Rápida Participativa), sendo capaz de ministrar treinamento teórico-prático.	O	O	O	O	O

Bloco 6 - considerações finais

Cite até 3 autores que você recomenda como essenciais para a concepção teórica do esporte e lazer:

Cite apenas um conteúdo que considere prioritário e que deveria estar entre os objetivos da PIEL:

Sobre o processo de construção da PIEL, comente sua experiência. Você tem encontrado um ambiente de maior concordância ou de maior divergência com seus principais ideais, e como acredita que a PIEL alcançará seus propósitos?

Muito obrigado pela sua participação, se desejar maiores informações, pode procurar pela Coordenação de Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do IFRS/Campus Restinga pelo telefone: 51 32478400

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO AOS DESTINATÁRIOS DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ESPORTES E LAZER DO IFRS

Proposições para construção da Política Institucional de Esportes e Lazer do IFRS (PIEL)

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), em uma pesquisa que tem o objetivo de avaliar, dentro da comunidade IFRS, as atitudes e hábitos face ao lazer. Este questionário foi elaborado visando o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno Paulo Ricardo Corrêa Bernardes, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer do IFRS Campus Restinga.

Se desejar maior informação, pode procurar pela Coordenação de Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 32478400.

Os dados obtidos através desta pesquisa são exclusivos para fins acadêmicos.

Bloco 1 – dados sociais

Qual seu sexo?

masculino feminino

Idade em anos?

de 14 à 18 incompletos de 18 à 22 incompletos de 22 à 26 incompletos de 26 à 30 incompletos acima de 30 anos

Qual o seu Campus? _____

Seu vínculo com o IFRS

Superior Téc. Médio Concomitante Téc. Médio Integrado Téc. Médio Proeja Téc. Médio Subsequente Servidor TAE

O seu deslocamento para o IFRS é feito:

a pé bicicleta ônibus metrô automóvel/moto

Bloco 2 – rotinas

Como você percebe sua prática de atividade física semanal?

quase não pratico
 pratico pouco
 pratico bastantes
 pratico todos os dias

Quantas horas, aproximadamente, você dedica a atividades físicas diárias? (apenas números)

Qual a frequência, aproximada, de idas mensais a praças e parques? (apenas números)

Quantas horas, aproximadamente, você dedica a atividades culturais diárias? (apenas números)

Como você percebe sua condição de saúde, de uma forma geral?

possuo limitações devido a minha saúde
 fraco condicionamento
 bom condicionamento
 sinto-me muito bem

Caso você fosse responsável por estabelecer três atividades de lazer obrigatórias no seu Campus, quais seriam? (seleção de múltipla escolha)

Caminhar, Fotografar, Ler livros, Praticar esportes, Assistir filmes, Fazer piqueniques, Pescar, Cantar, Tocar instrumento musical, Arvorismo, Tirolesa, Rapel, Nadar, Dançar, Yoga

Caso você fosse responsável por estabelecer três esportes obrigatórios no seu Campus, quais seriam? (seleção de múltipla escolha)

Arco e flecha, Atletismo, Badminton, Basquete, Baseball, Boxe, Ciclismo, Escalada, Esportes náuticos, Frescobol, Futebol, Futebol Americano, Futsal, Ginástica, Handebol, Judô, Karatê, Mountain Bike, Natação, Patinação, Punhobol, Rugby, Skate, Slackline, Squash, Tênis, Tênis de Mesa, Vôlei, Vôlei de Praia, Xadrez, Jogos Eletrônicos,

Para as sentenças a seguir, atribua uma pontuação entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente) que melhor represente seus posicionamentos face a construção da PIEL/IFRS.

Bloco 3 – atitudes face ao lazer – aspectos cognitivos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Acredito que envolver-me em atividades de lazer é uma boa forma de usar o tempo.	O	O	O	O	O
Acredito que as atividades de lazer são benéficas para os indivíduos e para as sociedades, contribuem para a saúde das pessoas, ajudam a renovar as energias, e pode ser uma forma de auto-crescimento.	O	O	O	O	O
Acredito que as pessoas criam amizades nas suas atividades de lazer e aumenta a felicidade das pessoas.	O	O	O	O	O
O lazer aumenta a produtividade das pessoas no trabalho.	O	O	O	O	O
Acredito que as atividades de lazer ajudam as pessoas a relaxarem.	O	O	O	O	O
Acredito que as atividades de lazer são importantes e que as pessoas precisam, pois são oportunidades de contatos sociais.	O	O	O	O	O

Bloco 4 – atitudes face ao lazer – aspectos afetivos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Gosto e valorizo as minhas atividades de lazer, elas me dão prazer e quando estou envolvido(a) em atividades de lazer o tempo voa.	O	O	O	O	O
Durante as minhas atividades de lazer posso ser eu próprio.	O	O	O	O	O
Gosto do tempo que passo quando estou envolvido em atividades de lazer, as minhas atividades de lazer propiciam-me experiências encantadoras.	O	O	O	O	O
Sinto que o lazer é bom pra mim, as minhas atividades de lazer são reparadoras.	O	O	O	O	O
Considero apropriado um envolvimento frequente em atividades de lazer, sinto que não se trata de um tempo perdido.	O	O	O	O	O
As minhas atividades de lazer absorvem-me ou exigem a minha total atenção.	O	O	O	O	O

Bloco 5 – atitudes face ao lazer – aspectos comportamentais

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Gostaria de ter mais tempo de educação e preparação para atividades de lazer. Se tivesse oportunidade aumentaria a quantidade de tempo que passo em atividades de lazer.	O	O	O	O	O
Compro artigos e equipamentos para usar nas minhas atividades de lazer sempre que as minhas possibilidades financeiras assim o permitem.	O	O	O	O	O
Faria mais e novas atividades de lazer se tivesse mais tempo e dinheiro.	O	O	O	O	O
Se pudesse escolher, viveria num ambiente ou cidade que tivesse mais oportunidades de lazer.	O	O	O	O	O

Participaria numa aula ou seminário para ser mais capaz de fazer melhor as atividades de lazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Dentre as atividades que tenho dou grande prioridade às de lazer.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Bloco 6 – hábitos de lazer – aspectos hedonistas

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Gosto de ir a shows, teatro, cinema, assistir a filmes em casa (tv, internet, DVD, Blue Ray).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ir à piscina, à praia (balneários de água doce ou salgada).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de "jogar conversa fora", contar piadas, encontrar-me com alguém (amigos, paquera, etc.).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de navegar na internet.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ir a bares ou restaurantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de comprar roupas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Bloco 7 – hábitos de lazer – aspectos lúdicos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Gosto de jogar videogames ou jogos de aventura e ação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ir ao jardim zoológico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de praticar esportes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de dirigir carro ou moto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de passear de bicicleta, patins, patinete, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de participar de passeatas em favor do fim dos problemas ambientais, sociais e políticos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Bloco 8 – hábitos de lazer – aspectos instrutivos

Afirmativa:	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Gosto de ler livros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ler revistas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ler jornais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de fazer trabalhos manuais (pintar, escrever, fazer artesanato, etc.).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de visitar familiares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Gosto de ir a cultos religiosos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Muito obrigado pela sua participação, se desejar maiores informações, pode procurar pela Coordenação de Curso de Gestão Desportiva e de Lazer do IFRS/Campus Restinga pelo telefone: 51 32478400

ANEXOS

ANEXO A – EXPECTATIVA DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS NOS CAMPI IFRS

Alunos matriculados em 2016 (Fonte: Sistec)									
Campus	Técnico	Tecnológico	Licenciatura	Bacharelado	Especialização	Mestrado	Total	% Campus/IFRS	200 questionários
Alvorada	231	0	0	0	0	0	231	1,25	3
Bento Gonçalves	471	717	409	0	24	0	1621	8,79	18
Canoas	376	509	100	0	0	0	985	5,34	11
Caxias do Sul	623	289	163	0	0	21	1096	5,94	12
Erechim	931	183	0	283	0	0	1397	7,58	15
Farroupilha	427	250	17	251	0	6	951	5,16	10
Feliz	231	199	117	60	75	2	684	3,71	7
Ibirubá	434	22	111	227	30	0	824	4,47	9
Osório	819	181	99	0	35	0	1134	6,15	12
Porto Alegre	2302	568	225	0	58	38	3191	17,30	35
Restinga	561	343	0	0	0	0	904	4,90	10
Rio Grande	1804	465	40	89	0	0	2398	13,00	26
Rolante	236	0	0	0	0	0	236	1,28	3
Sertão	885	479	250	395	53	0	2062	11,18	22
Vacaria	135	0	0	25	0	0	160	0,87	2
Veranópolis	118	0	0	0	0	0	118	0,64	1
Viamão	448	0	0	0	0	0	448	2,43	5
Total (IFRS)	11032	4205	1531	1330	275	67	18440	100,00	200

Fonte: Adaptado de IFRS – Reitoria, 2017b, página 12.